

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



Ano 2018

Volume 9, Número 1

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

MARE NOSTRUM. ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO

Revista do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo

LEIR-MA-USP: <http://leir.fflch.usp.br/>

V. 9, N. 1 / 2018 – Brasil

ISSN: 2177-4218

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História

Equipe Editorial

Editor Coordenador

1. Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, Brasil

Editores

1. Camila Condilo, Universidade de São Paulo, Brasil
2. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Faculdade de São Bernardo do Campo, Brasil
3. Uiran Gebara da Silva, Universidade de São Paulo, Brasil

Comissão Editorial

1. Aiste Celkyte, Utrecht University, Holanda
2. Bruno dos Santos Silva, Universidade de São Paulo, Brasil
3. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil
4. Fabio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
5. Gabriel Cabral Bernardo, Universidade de São Paulo, Brasil
6. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
7. Ivan Matijasic, Newcastle University, Reino Unido
8. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo, Brasil
9. Maria Dolores Casero Chamorro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
10. Paloma Guijarro Ruano, França
11. Pedro Luís de Toledo Piza, LEIR-MA/USP, Brasil
12. Tatiana Faia, Universidade de Lisboa, Portugal

Conselho Editorial

1. Alex Degan, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
2. Carlos Augusto Ribeiro Machado, University of St. Andrews, Reino Unido
3. Fabio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
4. Fábio Faversoni, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
5. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
6. Ivana Lopes Teixeira, Faculdade de São Bernardo do Campo, Brasil
7. Joana Campos Climaco, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
8. Juliana Bastos Marques, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
9. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, Brasil
10. Tatiana Bina, Brasil

Equipe Técnica

Editor de Layout: Uiran Gebara da Silva (uirangs@hotmail.com)

Revisão: Gabriel Cabral Bernardo (gacabe@hotmail.com) e Pedro Luís de Toledo Piza (pl_piza@hotmail.com)

Suporte Técnico: Uiran Gebara da Silva (uirangs@hotmail.com)

Responsável: Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (leir.ma.usp@gmail.com)

Mare Nostrum (São Paulo) [recurso eletrônico]: Revista do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. – v. 9, n. 1 (2018). – São Paulo: USP/FFLCH, 2018 –

Anual, v. 1, n.1 (2010) -

Semestral, v. 8, n.8 (2017-)

ISSN: 2177-4218

Modo de acesso: World Wide Web.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/marenostrum>>

1. História Antiga. 2. Letras Clássicas. 3. Arqueologia do Mediterrâneo. 4. Filosofia Antiga - Periódicos. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

MARE NOSTRUM
ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO
2018, VOLUME 09, NÚMERO 01

ISSN 2177-4218

SUMÁRIO

I. EDITORIAL V

II. ARTIGOS

1. A Pártia e os Partos nos *Anais* de Tácito

Matheus Treuk Medeiros de Araujo 1

2. A Construção da Autoridade Literária na Tradição Cronográfica Cristã da Antiguidade Tardia

Pedro Benedetti 23

3. A Utilização da Arquitetura por Otávio Augusto na Construção do Principado, de 31 a.C. à 27 a.C.

Macsuelber de Cássio Barros da Cunha 47

4. O Iconoclasmo Bizantino: Modos de Integração e Desintegração no Mediterrâneo

Caroline Coelho Fernandes 73

5. Sepultamentos e Rituais Funerários entre os Povos Celtiberos

Silvana Trombetta 95

6. As *Cetariae* na Província da Hispânia Bética: O *Garum* enquanto Continuação de uma Prática Econômica e Cultural Fenício-Púnico em Gades e sua Ressignificação em Contexto Romano

Rodrigo Araújo de Lima 115

7. Presença e Ausência do *ut* Completivo em Plauto: A Estrutura, Alguma Bibliografia e Dados Globais

Alex Mazzanti Jr. 135

III. RESENHAS

1. Lefebvre, L. *Le Mythe Néron: La Fabrique D'un Monstre dans la Littérature Antique*. Villeneuve D'ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2017, 364 p., ISBN 978-2-7574-1729-4

Por Ana Lucia Santos Coelho 153

I- Editorial

O presente número da *Mare Nostrum* dá continuidade à publicação de trabalhos que contribuem para o estudo do Mediterrâneo Antigo. Mantém, assim, a prática de apresentar ao público pesquisas nas áreas de História, Arqueologia e Letras, ao mesmo tempo que permanece na formulação adotada em 2017 de subdividir os volumes anuais em números semestrais. Uma novidade, porém, se encontra na nova numeração da revista, adaptada para atender à nova formulação. Deste modo, o volume 9, correspondente ao ano de 2018, será dividido em números 1 e 2, o segundo sendo publicado no segundo semestre deste ano.

Os primeiros dois artigos se concentram na escrita histórica antiga, analisando diferentes formas do fazer histórico e abordando como os historiadores e cronógrafos antigos e tardo-antigos representam e se relacionam com o outro. No caso de *A Pártia e os partos nos Anais de Tácito*, de Matheus Treuk Medeiros de Araújo, o autor é o conhecido historiador romano, enquanto o outro consiste nos partos, os quais seriam representados por Tácito de forma ambivalente: homens a ser menosprezados por estarem fora dos limites físicos do império, mas, ao mesmo tempo, guardando alguma relação com os romanos, de forma que as fronteiras entre ambos acabam sendo relativizadas. Já Pedro Benedetti, em seu artigo *A construção da autoridade literária na tradição cronográfica cristã da Antiguidade Tardia*, apresenta concepções de alteridade (ou a paulatina relativização das mesmas) entre autores de cronografias cristãs dos séculos III, IV e V d.C. Trabalhando com as cronografias de Eusébio, Jerônimo e Idácio, o autor busca demonstrar como a concepção de autoria passa por um desenvolvimento bem específicos na tradição cronográfica tardo-antiga, na medida em que os autores vão simplesmente dando continuidade à obra de seus antecessores eclesiásticos, por vezes sem sequer esclarecer onde terminam as palavras de um e se inicia a obra de outro.

Os dois artigos seguintes abordam diferentes formas de consolidação do poder no Mediterrâneo Antigo e Tardo-Antigo. Em *A utilização da arquitetura por Otávio Augusto na construção do Principado, de 31 a.C. a 27 a.C.*, de Maçuelber de Cássio Barros da Cunha, o autor analisa as estratégias de construção de uma memória coletiva presentes nas reformas, restaurações e demais obras urbanísticas executadas em Roma por Otávio Augusto no período posterior à sua

vitória sobre Marco Antônio, na batalha de Ácio. Sua tese é a de que existe uma grande mudança topográfica nas alterações executadas no Fórum Romano, a qual sugere uma mudança de foco público do Senado para as ações do próprio *princeps* na restauração da ordem romana e do devido culto aos deuses. Caroline Coelho Fernandes, de sua parte, traz a público sua pesquisa no artigo intitulado *O Iconoclasmo bizantino: Modos de integração e desintegração no Mediterrâneo*. Segundo ela, quando o historiador adota o aporte teórico-metodológico da *Global History* para analisar a querela iconoclasta iniciada no século VIII d.C., um resultado possível seria contemplar o conflito como resultante da política de Leão III visando a integração dos povos médio-orientais sob seu domínio, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, toma parte (ainda que involuntariamente) no processo de desintegração entre as porções ocidental e oriental do Mediterrâneo.

A publicação prossegue com dois artigos que abordam os povos ibéricos, antes e durante a dominação romana. Em *Sepultamentos e rituais funerários entre os povos celtiberos*, a arqueóloga Silvana Trombetta apresenta alguns frutos de seu trabalho junto às necrópoles de La Mercadera, Carratiermes e Numância. A partir deles, procede a um levantamento e análise das características específicas de diferentes práticas funerárias, sobretudo no que tange os objetos selecionados para acompanhar os mortos em sua tumba. Rodrigo Araújo de Lima, de sua parte, trabalha com a importante produção de *garum* na Hispânia Bética em seu artigo *As cetariae na província da Hispânia Bética: O garum enquanto continuação de uma prática econômica e cultural fenício-púnica em Gades e sua ressignificação em contexto romano*. Ambos os artigos, portanto, abordam continuidades e permanências socioculturais, assim como suas transformações e ressignificações.

Na área de Letras Clássicas, apresentamos o trabalho de Alex Mazzanti Jr., intitulado *Presença e ausência do ut completivo em Plauto: A estrutura, alguma bibliografia e dados globais*. Nele, o autor faz um trabalho minucioso sobre a obra do escritor clássico, apontando para o uso frequente, de sua parte, dos verbos latinos *facio* e *uolo* complementados por subjuntivo, ao mesmo tempo que identifica sua utilização aparentemente irregular do *ut* completivo.

O número se encerra com uma resenha de Ana Lúcia Santos Coelho da tese de doutorado de Laurie Lefebvre, *Le Mythe Néron: La fabrique d'un monstre dans la littérature antique*, defendida em 2009.

A PÁRTIA E OS PARTOS NOS ANAIS DE TÁCITO

Matheus Treuk Medeiros de Araujo¹

RESUMO: Os *Anais* de Tácito constituem uma das principais fontes narrativas para a história do Império Parto. Considerando a profunda inimizade romana em relação à Pártia, contudo, nem sempre é fácil dizer como se deveria interpretar essa obra. Este artigo resume múltiplos aspectos da descrição taciteana da Pártia e dos partos, abordando questões de credibilidade e representação dos outros. Através de uma análise contextual de alusões e ressonâncias narrativas, esforça-se por demonstrar que a avaliação de Tácito dos arsácidas é bastante complexa. Como outros autores romanos, Tácito expressa, efetivamente, desprezo genérico em relação aos inimigos iranianos, mas também associa, implicitamente, Roma à Pártia, atenuando, por conseguinte, as fronteiras entre ambos. Em segundo lugar, examina-se brevemente a persistência da ideia de *divisio orbis* nos *Anais*. Por fim, o autor aborda questões relativas à relevância de Tácito para o estudo do Império Parto. Conclui-se que as descrições de Tácito são, de fato, de grande valor para a História Antiga do Irã, mas apenas se cuidadosamente apreciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Tácito; Arsácidas; Pártia; Historiografia.

ABSTRACT: Tacitus' *Annals* are one of our main narrative sources for the history of the Parthian Empire. In the light of Roman profound enmity towards Parthia, however, it is not always easy to assert how one should interpret this work. This paper summarizes multiple aspects of Tacitus' description of Parthia and Parthians, addressing questions of credibility and representation of others. Through contextual analysis of narrative allusions and resonances, one strives to show that Tacitus' evaluation of the Arsacids is rather complex. As other Roman authors, Tacitus does show general disregard towards his Iranian foes, but also implicitly associates Parthia to Rome, therefore attenuating the frontiers between both. Secondly, the author examines the persistence of the idea of *divisio orbis* in the *Annals*. Finally, one addresses questions concerning Tacitus' relevance to the study of the Parthian Empire. The author concludes that Tacitus' descriptions are indeed of great value to the history of Ancient Iran, but only if carefully appreciated.

KEYWORDS: Tacitus; Arsacids; Parthia; Historiography.

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Laboratório do Antigo Oriente Próximo. Bolsista regular da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo n.º 2016/14318-0) com estágio doutoral na *École Française de Rome* sob financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Processo n.º 88881.135183/2016-01). E-mail: mathtreuk@gmail.com.

O visitante que transita pelos museus e monumentos históricos de Roma logo se dá conta da importante presença da Pártia e dos partos na retórica imperial. Do arco de Severo, no Fórum Romano, à estátua de *Prima Porta*,² no Museu do Vaticano, constata-se que os discursos de sujeição dos arsácidas tiveram um destaque especial na propaganda política dos imperadores de Roma. A evidência numismática, com suas múltiplas referências às vitórias contra o vizinho oriental, não é menos expressiva (Rose, 2005). Nada mais natural, portanto, do que a crescente produção historiográfica sobre a Pártia e os partos na documentação latina.

Sabemos pelas fontes literárias do período romano que os partos foram competentes adversários da República e do Império. A poesia da era de Augusto revela alguma consciência das questões estratégicas envolvidas no embate com os partos e, como é nítido, reverbera a propaganda imperial (Wisseman, 1982, p. 129-132).³ “Quem temeria o parto (...) enquanto César está incólume?” (Horácio *Carm.* 4.5; tradução de Nogueira, 2006, p. 61). A historiografia latina manifesta preocupação equivalente com a posição do Império Romano perante os arsácidas. E, dentro dessa última tradição literária, destaca-se Tácito como um autor notavelmente interessado pela fronteira oriental.

Para os romanos, a Pártia passou cedo ao tradicional imaginário do Oriente afeminado, lascivo e submisso (Brosius, 2006, p. 136-138). Uma marca característica da dinastia arsácida, como vemos mesmo em Tácito (*Ann.* 11.8.2; 10.3; 10.4), é a insuportável crueldade de seus monarcas, um clichê que contribuiu à veiculação da ideia de “despotismo oriental”.⁴ Fala-se, ademais, das disputas fraticidas da corte, da poliginia bárbara e da influência das mulheres na política (Lerouge, 2007, p. 260-265). Sobretudo após Augusto, os partos são representados na estatuária de edificações públicas, às vezes de joelhos, geralmente servindo de apoio, em sinal de submissão. Esculpidas em mármore colorido ori-

² Há interpretações divergentes sobre a imagem na armadura da estátua de *Prima Porta*. Simpson (2005) sugere que a figura central da couraça não deva ser identificada como um parto.

³ A partir de 20 a.C., quando Augusto finalmente recupera os estandartes perdidos na Batalha de Carras, os poetas latinos passam a representar a Pártia como um reino vassalo. Seu tratamento da Pártia se conforma aos interesses de cada momento: antes do acordo, os partos são inimigos hostis e, depois, vassalos submissos (Wisseman, 1982, p. 130).

⁴ Os romanos conheciam a doutrina grega, apesar de empregarem uma terminologia própria (Koebner, 1951, p. 278).

ental e trajando os tradicionais barretes frígios, as imagens reforçavam a alteridade dos partos para o público romano (Schneider, 1986, p. 19-20; 39-45; 161-162; Brosius, 2006, p. 137).

Apesar de unidas por clichês sobre a ferocidade, incivilidade e despotismo dos partos, as fontes do período romano costumam ser separadas em no mínimo três períodos distintos, com algumas nuances. A classificação visa explicar diferentes atitudes dos autores latinos perante os partos conforme o interesse estratégico da vez. O esquema é, grosso modo, o seguinte: na República, e pelo menos até o fracasso de Carras (*Carrhae*), em 53 a.C., diz-se que a Pártia não assume um caráter específico na literatura latina (Lerouge, 2007, p. 81). Mais tarde, sob Augusto, uma política diplomática particular enfatiza a grandeza militar da Pártia, sua degradação moral e a necessidade de uma postura defensiva que evitasse o arriscado combate e a “contaminação” por um Oriente degenerado (Sonnabend, 1986, p. 197-229). Trajano, seguido, em particular, por Marco Aurélio, Severo e Caracala – e, se formos mais longe, já no período sassânida, por Juliano, o Apóstata –, faz do empreendimento conquistador um tema central de sua propaganda e política em relação à Pártia, à maneira de um Alexandre, o Grande, que havia submetido a Pérsia Aquemênida (Lerouge, 2007, p. 149-165).

Não é novidade que Tácito contribuiu definitivamente para nosso conhecimento dos partos. No entanto, se, de um lado, os *Anais* recontam a história da dinastia Julio-Claudiana, de outro, eles foram produzidos sob o domínio dos Nerva-Antoninos. Nessa interface de dois mundos, duas posturas alegadamente distintas em relação à Pártia, se encontram as descrições de política externa do historiador. Tentamos entender o lugar da Pártia em sua narrativa nas linhas seguintes.

Era uma vez no Leste...

A reconstrução da história política da Pártia arsácida esbarra em inúmeras dificuldades ligadas à natureza das fontes disponíveis. É verdade que esse problema não é exclusividade do período arsácida, e os especialistas da Pérsia aquemênida não raro confessam enfrentar obstáculos similares. A carência de fontes locais, contudo, é de longe mais pronunciada neste período da história do Irã pré-

islâmico, resultando na dependência bastante questionável de fontes gregas e latinas para sua reconstrução. Como decorrência, arrisca-se, de forma geral, proceder a raciocínios frágeis e tautológicos em grande parte das análises históricas das próprias narrativas romanas sobre os partos.

Duas respeitadas histórias políticas do Império Arsácida foram escritas por Debevoise (1938) e Bivar (1983)⁵ e permitem aferir o estado lacunar do nosso conhecimento. As melhores obras de síntese (Wiesehöfer, 2001; 2003; Brosius, 2006), por sua própria natureza, não esclarecem opções pelas teorias que se multiplicam sobre a origem e cronologia dinástica dos partos, mas são suficientes para se ter uma visão geral da sua trajetória. Para os propósitos desse estudo, uma brevíssima introdução histórica é inevitável.

A satrapia da Pártia, na região nordeste do atual Irã, existia formalmente desde pelo menos a inscrição de Dario I em Behistun, no final do século VI a.C. (DB, §6: “θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: imā dahyāva tayā manā patiyāiša... Parθava...”).⁶ No período selêucida, após a rebelião de um sátrapa local, Andrágoras, a região foi tomada por um povo de língua iraniana, os “parnos” (*parni*). Por volta de 238 a.C., Arsaces, o líder dos parnos, derrotou Andrágoras e, mais tarde, repeliu uma expedição punitiva de Seleuco II. Com o tempo, esse povo passou a ser denominado “parto”, enquanto a dinastia reinante obteve seu nome do fundador, Arsaces I (Bivar, 1983, p. 31).

A verdadeira fase de expansão parta se inicia, segundo a opinião unânime dos especialistas, com o reinado de Mitrídates I (171-139/138 a.C.), quando os arsácidas conquistam a Média, a Mesopotâmia e parcelas do Reino Greco-Báctrio (Wiesehöfer, 2003, p. 91; Brosius, 2006, p. 86-90; Bivar, 1983, p. 32-35). Os sucessores de Mitrídates, Fraates II (c. 139/8-128 a.C.) e Artabano II (c. 128-124/3 a.C.), se veem ameaçados por dificuldades na fronteira oriental e na Mesopotâmia, mas Mitrídates II (124/3-87 a.C.) assegura e consolida o domínio dos arsácidas nos dois *fronts* (Bivar, 1983, p. 36-41).

Pouco antes das Guerras Mitridáticas, contra Pontus, arsácidas e romanos se encontram pela primeira vez (Lerouge, 2007, p. 42). O Eufrates é, a seguir, reconhecido como fronteira entre a Pártia e Roma (Wiesehöfer, 2003, p. 92).

⁵ Que segue e atualiza Debevoise (Bivar, 1983, p. 23).

⁶ “Diz Dario, o rei: estes países são aqueles que vieram a mim... a Pártia...” (Schmitt, 1991, p. 27).

Vistos até então como inimigos de menor importância, os partos se tornam perigosos adversários com o fracasso retumbante de Crasso em Carras, em 53 a.C. (Wiesehöfer, 2003, p. 92). Crasso havia sido nomeado governador da Síria e, se pudermos acreditar na biografia escrita por Plutarco (*Vit. Crass.* 16-18),⁷ arriscou uma campanha contra a Pártia por puro prestígio pessoal. É provável que uma disputa dinástica entre Orodes II e Mitrídates III tenha favorecido a decisão de Crasso, que terminou tendo a cabeça oferecida a Orodes, como se fosse Penteu, numa encenação de *As Bacantes* de Eurípides (Bivar, 1983, p. 49-56).

Após a derrota de Crasso, o próprio Júlio César planejou um ataque à Pártia, mas o empreendimento foi abortado em razão de sua morte precoce (Debevoise, 1938, p. 106). Uma malfadada campanha de Marco Antônio no atual Azerbaijão acrescenta-se à lista de fracassos romanos contra a Pártia (Bivar, 1983, p. 58-66).

Durante a Guerra Civil, os partos forneceram apoio à facção republicana de Cássio e seu enviado, Labieno (Brosius, 2006, p. 96). Segundo Dieter Timpe (1962, p. 118), a próxima associação entre Pártia e os derrotados republicanos explica, em grande medida, a escolha dos arsácidas como principais adversários dos imperadores romanos a partir de Augusto, e a batalha de Carras não teria tido um significado especial até então. Seja como for, é também a partir de Augusto que a história da Pártia passa ao centro de interesse de Tácito, o que exige maior detalhamento no relato a seguir.

Em 20 a.C., Augusto adota uma política de conciliação com os partos e celebra um acordo com Fraates IV, resgatando os estandartes perdidos em Carras, alguns prisioneiros romanos e o controle da Armênia. Festejado como uma grande vitória em Roma, o episódio não envolveu esforços militares, mas consagrou a fama de Augusto como um governante habilidoso. Para reforçar seu pacto com Fraates, o imperador romano também presenteou o rei com uma escrava italiana conhecida como Thea Musa,⁸ que logo daria à luz um filho, o futuro Fraates V (Bivar, 1983, p. 67; Debevoise, 1938, p. 143).

⁷ Em *vit. Crass.*, Plutarco descreve a embaixada arsácida em termos favoráveis (18.1-2) e fornece, ainda, informações sobre o exército parto (18.7), a cidade de Selêucia (32.3-4) e a corte parto (32.5).

⁸ O nome assim é grafado em moedas; “Thermusa” em Josefo (Bivar, 1983, p. 67).

Por volta de 10 a.C., Musa, mulher influente na corte e, agora, a preferida do rei, convenceu Fraates a exilar quatro filhos oriundos de outros matrimônios, abrindo caminho para a sucessão do seu filho, Fraates V. Alguns anos depois, a rainha teria envenenado o próprio Fraates IV e assegurado a sucessão do filho, com o qual reinou como consorte, em alegado incesto (Bivar, 1983, p. 68; Debevoise, 1938, p. 147).⁹ Uma revolta acabou cedo com o reinado de Fraates V, e seu sucessor, Orodes III, foi brutalmente assassinado.

A crise na Pártia faz com que legados partos requeiram a Roma o retorno de Vonones, um dos filhos de Fraates IV que havia sido afastado a pedido de Musa. Odiado por seus modos estrangeiros, Vonones (c. 8-12 d.C.) é rapidamente substituído por Artabano III,¹⁰ e é nessa época que Tibério envia Germânico à Síria para retomar o controle da Armênia e pacificar a fronteira oriental (Bivar, 1983, p. 68-69; Debevoise, 1938, p. 153-154).

Em 35 d.C., após mais de uma década de tranquilidade na região (Bivar, 1983, p. 69), o imperador Tibério, ao lado de membros da nobreza parta, maquina contra Artabano e envia Fraates à Síria a fim de promover uma revolta na Pártia (Debevoise, 1938, p. 157). O jovem príncipe morre antes de completar seus intentos, mas Tibério escolhe outro pretendente ao trono para minar o reinado de Artabano, desta feita um certo Tirídates (Debevoise, 1938, p. 158). Após estabelecer o irmão do rei da Ibéria no comando da Armênia, expulsando os arsácidas, os aliados de Roma derrotam em combate Orodes, filho de Artabano, e o próprio Artabano, que se retira para o extremo leste do império. Tirídates III se torna rei da Pártia por breve período, apenas para ser repellido por Artabano (Debevoise, 1938, p. 162). Roma, representada pelo governador da Síria, Vitélio, celebra um acordo com a Pártia, cujo conteúdo nos é conhecido apenas em linhas gerais (Bivar, 1983, p. 74).

Com a morte de Artabano III, em 38 d.C., seus filhos Vardanes e Gotarzes disputam pelo trono. Roma, aproveitando-se da divisão interna na Pártia, retoma o controle da Armênia por meio de um aliado, Mitrídates. Em 45 d.C., Vardanes é assassinado e Gotarzes II assume o trono, sendo logo expulso por parte da aristocracia parta, que pede ao imperador Cláudio que envie como pretendente ao

⁹ Uniões incestuosas eram promovidas pelo zoroastrismo.

¹⁰ Pela “nova cronologia”, Artabano II, pela “velha cronologia”, Artabano III. A “nova cronologia”, contestável, considera mítico o reinado de Artabano I, alterando a contagem (cf. Bivar, 1983).

trono o neto de Fraates IV, Meherdates. Isso é exatamente o que o imperador faz. Sem sucesso, contudo, o derrotado Meherdates é humilhado, mas poupado, por Gotarzes II (Bivar, 1983, p. 75-78).

A morte de Gotarzes II (51 d.C.) conduz a mais uma crise entre romanos e partos. Vonones II assume o trono por apenas alguns meses e seu filho, Vologeses I, inicia uma ofensiva contra a Armênia, onde instaura como rei seu irmão Tirídates, expulsando Radamisto, filho do rei da Ibéria (Bivar, 1983, p. 79). Em Roma, Nero sucede a Cláudio (54 d.C.) e, inconformado com a situação da Armênia, envia Cneu Domício Córbulo para resolver a crise. A primeira campanha romana é um sucesso, com a tomada de Tigranocerta (59 d.C.; Debevoise, 1938, p. 184), mas os partos reagem com um cerco a esta cidade armênia. Negociações interrompem a atuação de Córbulo, que é sucedido por Cesênio Peto no comando da questão armênia (Bivar, 1983, p. 84). Com o fracasso humilhante deste último (Debevoise, 1938, p. 190), e o retorno de Córbulo, os partos decidem ceder e Tirídates aceita receber seu diadema diretamente das mãos de Nero, a quem presta homenagem em Nápoles (Bivar, 1983, p. 83-85).

O final do primeiro século cristão representa uma nova fase nas relações entre partos e romanos. Vologeses, que permanece no trono até 79 d.C., mantém relações amigáveis com Flávio Vespasiano. Domiciano, contudo, já expressa elevadas pretensões de conquistas no Oriente (Debevoise, 1938, p. 215). Após a ingerência indevida de Osróes nos assuntos armênios, Trajano prepara uma grandiosa campanha punitiva contra os Partos (114-117 d.C.; Bivar, 1983, p. 87). A tomada de Ctesifonte e a anexação de territórios a leste do rio Eufrates, façanhas notáveis, foram, contudo, parcialmente revertidas durante o reinado de Adriano (Brosius, 2006, p. 100). Ataques similares à Pártia, com a tomada das principais cidades ocidentais do império, se repetiriam durante os reinados de Severo e Caracala (Brosius, 2006, p. 100).

Distopia e narrativa Taciteana

Infere-se por uma carta de Plínio, o Jovem, que *Gaius* (ou *Publius*) *Cornelius Tacitus* deve ter nascido por volta de 56 d.C. (Jackson, 1992, p. 228; Syme,

1958, p. 63). A data, entretanto, é incerta, assim como seus antecedentes familiares e o local de seu nascimento.¹¹ O próprio autor revela que teria se casado com a filha de Cneu Júlio Agrícola em 77 d.C. (Syme, 1958, p. 64) e que teria sido promovido ao longo de sua carreira pelos três imperadores Flavianos (Syme, 1958, p. 65). No reinado de Domiciano, ele certamente ocupara a posição de pretor (Syme, 1958, p. 64) e, como sua obra permite supor, testemunhou os últimos terríveis anos daquele imperador. Tácito viveu até os reinados de Nerva, Trajano e Adriano, e teria composto e publicado seus *Anais* nos últimos anos do segundo da lista (Syme, 1958, 465-474). De sua autoria são também as *Histórias*, uma narrativa política de seu tempo, e obras menores, como uma biografia do sogro, *Agrícola*.

Os *Anais* não chegaram intactos até nós, mas há farto material para episódios dos reinados de Tibério, Cláudio e Nero. Como era tradicional na historiografia latina, tratam de temas de política doméstica e externa e, mais precisamente, seguem dois *Leitmotive* principais. De um lado, abordando a relação entre os imperadores romanos e o senado, os *Anais* denunciam a gradual perda da liberdade (*libertas*) face aos imperadores Julio-Claudianos e a ascensão de uma postura adulatória e servil por parte dos senadores (Oakley, 2010, p. 185). De outro, a “domesticação” do ambiente público, manifesta pela (assim percebida) usurpação do poder político pelas mulheres imperiais, escravos e libertos, é especialmente relevante (Milnor, 2009). Ambos os fenômenos são apresentados como um estado de degeneração crescente se comparado ao passado ideal da República Romana, quando o senado detinha proeminência e liberdade de ação e o espaço público não se deixava contaminar pelo privado.

A literatura especializada sobre a representação dos partos em Tácito, ou nas fontes latinas em geral, está, majoritariamente, em língua alemã. A obra de Gerold Walser (1951), lidando sobretudo com a questão da fiabilidade histórica, foi seguida pela monografia de Holger Sonnabend (1986). A mais recente publicação de Norbert Ehrhardt (1998) sobre os partos em Tácito perscruta, em especial, sua importância enquanto fonte para o passado arsácida. Os trabalhos gerais envolvem uma monografia de Michael Wisseman sobre a poesia latina (1982) e a recente obra (em francês) de Charlotte Lerouge (2007).

¹¹ Para uma discussão completa sobre os antecedentes familiares de Tácito, cf. Syme, 1958, p. 611-624.

Ao examinar a imagem dos arsácidas em Tácito, portanto, um importante desafio é considerar seu contexto histórico e as contribuições trazidas por alguns desses autores sobre sua credibilidade factual. De outro lado, é preciso inserir a construção desta imagem dentro do contexto mais amplo da narrativa dos *Anais*, expondo ao leitor os expedientes narratológicos que servem à veiculação de uma mensagem crítica à dinastia Julio-Claudiana, conforme acima delineado. Assim, a retórica de Tácito não deve ser lida exclusivamente como um simples óbice à revelação da “verdade histórica”, mas como um objeto de exame em si mesmo, sendo necessário esclarecer suas consequências para a avaliação taciteana da Pártia.

Partos, Pártia e Oriente nos Anais

A Pártia é representada de forma preponderantemente negativa nos *Anais*, como seria de se esperar. Uma síntese dos juízos negativos é fornecida por Ehrhardt (1998, p. 302-303): os partos, como os armênios, são pouco confiáveis, traiçoeiros e hipócritas, como quando pretendem enganar Córbulos durante as negociações de armistício (13.38). Eles são, ainda, politicamente instáveis, sanguinários e cruéis. Poderíamos pensar, ademais, na covardia e impetuosidade dos partos, sugeridas em diferentes momentos (por exemplo, 15.4). Assim, para Ehrhardt, “a avaliação de Tácito dos partos e de sua política é inequivocamente negativa” (Ehrhardt, 1998, p. 305, nossa tradução).

É possível elencar numerosas passagens em que se demonstra o desprezo de Tácito pelos bárbaros orientais. Os armênios “ignoravam a liberdade” e, portanto, toleravam a “escravidão” sob os partos (13.34); os habitantes de Tigranocerta, na Armênia, são, por natureza, covardes e traiçoeiros (14.23); Vologeses I pretende-se moderado apenas após satisfazer sua soberba (15.15); os partos não só aceitam, como também recompensam, a nefasta instituição dos eunucos (6.31); oreis partos, como Artabano, são arrogantes contra Roma, além de cruéis e inclementes com seus próprios súditos (6:31; 36).

Além desta óbvia constatação, contudo, há muito a ser explorado. Em especial, é preciso notar que o império oriental fornece matéria com a qual Tácito ironiza a degradação da política romana, sobretudo por meio de ressonâncias e estratégias alusivas. Assim, o juízo de Tácito sobre os orientais e, em particular,

os arsácidas, deve ser temperado pela sua dura crítica aos próprios romanos, aviltados pela decadência moral de seus governantes.

A primeira aparição dos partos nos *Anais* de Tácito ocorre em 2.2, onde o autor descreve a chegada de uma delegação parta a Roma requisitando o retorno do príncipe Vonones, filho de Fraates IV, a fim de estabelecê-lo como rei. As menções ao massacre de Fraates e seus sucessores em disputas familiares, à desordem causada pela adoção de um rei criado à moda estrangeira e ao desgoverno da Armênia (2.2-4) não constituem expediente gratuito. Inseridas no início do segundo livro dos *Anais*, começam onde termina um lúgubre vaticínio sobre a sorte da República sob a condução de Tibério e seus sucessores (1.81). O massacre dos bárbaros prospõe-se aos artifícios de Tibério e sua mãe contra o próprio Augusto (1.5) e seu neto, Agripa Póstumo (1.6). Prefigura, ademais, a sina de Germânico (2.5; 2.43) e Agripina Maior (6.25). A acusação contra a indolência e as maneiras estrangeiras de Vonones mais parece uma denúncia contra os próprios Césares, em especial o futuro Nero e seus arroubos filo-helênicos (15.33). E o desgoverno da Armênia, inclusive com direito à ginococracia (2.4), reverbera a crítica à domesticação do Império nas mãos de mulheres como Livia e Agripina Menor (L'Hoir, 1994).

Do ponto de vista estrutural, a digressão parta no início do segundo livro tem um significado particular. Segundo a narrativa de Flávio Josefo, Musa teria tramado para assegurar a sucessão tranquila de Fraates V, com o exílio dos demais herdeiros e o envenenamento do rei Fraates IV, evento que deveria ter sido conhecido, em algum grau, em Roma (Josefo *AJ* 18.39-43). A narrativa é notavelmente similar à versão da morte de Augusto por Livia e a ascensão de Tibério em Tácito (1.5). De forma geral, a ideia de um poder usurpado pelo elemento feminino, com a recorrente narrativa de mulheres que “fazem” imperadores (Rutland, 1978), certamente aludiria à percebida degeneração política do Oriente, onde, para uma longa tradição romana, o governo feminino era bem aceito (Quinto-Cúrcio 10.1.37-38; cf. Lerouge, 2007, p. 262). Embora a morte de Fraates IV preceda em mais de uma década a morte de Augusto, Tácito prefere retardar o relato desse episódio e, por meio de alusões genéricas, atrela o início dos dois primeiros livros à sangrenta sucessão de duas casas imperiais.

Ao longo do segundo livro, notícias da fronteira oriental intermeiam a carreira de Germânico até que ambas as frentes, por assim dizer, se encontram.

De início, Tibério utiliza a comoção no Oriente para afastar Germânico, pois considerava-o uma ameaça. Mais de uma vez, Tácito sugere que a conspiração de Cneu Calpúrnio Pisão contra Germânico, resultando em seu suposto envenenamento, teria sido promovida por Tibério (2.43; 3.15-16). Na narrativa sobre a questão armênia, Tácito sujeita a descrição dos partos a um interesse maior, o enaltecimento de Germânico. Assim, as ações no Oriente, como a coroação, na Armênia, de um rei aliado (2.56; 2.64) e um acordo celebrado com Artabano (2.58) são apresentadas de forma favorável ao herói. A carreira de Germânico é expressamente comparada à biografia de Alexandre: um jovem e competente general, morto em terras estrangeiras por seus iguais (2.73). Nesse sentido, sua recepção favorável pelos partos (2.58) e egípcios (2.59), bem como outros povos, deve ter tido a finalidade de aproximar sua figura daquela do conquistador macedônio. Vislumbra-se, na campanha parta, uma associação à campanha contra os antigos persas.

O livro sexto traz a história de uma conspiração da aristocracia parta contra Artabano III (cf. nossa introdução histórica). Mais uma vez, Tácito combina a narrativa da política doméstica à política externa, realçando as similaridades entre Roma e Pártia. O banho de sangue promovido por Artabano contra seus próprios parentes (6.31) em nada surpreenderia uma audiência à qual se acabara de relatar as mortes de Druso César e Agripina Maior (6.24-25), injustamente punidos nas perseguições conduzidas por Sejano e Tibério. Um déspota adulado pelo Senado e odiado pelo povo (6.23; 30), Tibério não era menos tirânico que Artabano, este também, outrora, um aliado do Senado de Selêucia contra o povo (6.42). E o rei Tirídates III, imposto pelos romanos, é denunciado como um fantoche de seu conselheiro Abdageses (6.43), assim como Tibério é um fantoche, ora de Sejano, ora de Macro (6.45).

O mesmo jogo de alusões perdura nas narrativas seguintes. O discurso de Cláudio sobre o despotismo dos partos (12.11), às vezes considerado uma expressão do próprio pensamento taciteano, representa mais bem uma crítica ao seu reinado. A passagem é cheia de ironias, e ninguém poderia esperar um governante menos qualificado do que este imperador para pregar aos outros as virtudes da clemência e da moderação. Nas palavras de Elizabeth Keitel (1978, p. 466-467),

A pomposa palestra de Cláudio aos partos em 12.11 sobre os princípios do bom governo é repleta de ironias em relação ao seu próprio governo. A alardeada *clementia* do *princeps* frequentemente implica a punição de inocentes (...) ou o perdão dos culpados (...). A sua administração da justiça é errática e subjetiva (...) (nossa tradução).

A mesma Elizabeth Keitel (1978, p. 462-465), examinando a presença da Pártia e da Armênia nos “livros de Cláudio” (11 e 12), demonstra seu estreito vínculo com o tema do despotismo e da degradação da política dinástica romana. A disputa entre os irmãos Gotarzes e Vardanes (11.8-10) prefigura a rivalidade de Nero e Britânico (11.11), o domínio violento de Vardanes e Gotarzes (11.10; 11.10) é descrito em termos similares ao caráter de Agripina Menor (12.7; 12.22; 13.13; 13.2; 13.21) e as tramas contra os soberanos Vardanes e Cláudio são aproximadas por uma mesma linguagem (11.8 e 11.26; cf. Ehrhardt, 1998, p. 297).

No livro 15, Tácito reconta os motivos que levaram romanos e partos a uma nova disputa pela Armênia. Apesar das não raras críticas ao temperamento de Vologeses I, Tácito parece sugerir que até mesmo um bárbaro era capaz de maior moderação que Nero. O discurso de Vologeses I contra as disputas fratricidas (15.1-2) e seu afeto por Tirídates, o irmão, contrastam fortemente com as ações de Nero contra Britânico (13.16). Até mesmo a resolução bélica de Tirídates (15.1) e o relativo valor militar de Vologeses (15.11-13), ainda que inferiores à liderança de Córbulo, superariam as “qualidades” de Nero, um imperador mais propenso a cantarolar e escrever poesia (14.16; 15.39).

A essa altura, seria útil recordar o caso da representação taciteana de Boudica, que, sendo pertinente à avaliação dos bárbaros em Tácito, apresenta obstáculos similares de interpretação. Esposa do falecido rei Prasutagus, a rainha dos icenos, Boudica, se queixa dos abusos cometidos pelos romanos, em especial o estupro de suas filhas. Ela lidera uma malfadada revolta contra a Roma neroniana (14.35-37).

Os especialistas têm opiniões divergentes sobre a avaliação de Boudica em Tácito. Para Santoro L’Hoir (1994, p. 9), a rainha bárbara integra uma galeria de mulheres usurpadoras do poder masculino, ao lado de Agripina Menor e Lúvia, todas responsáveis por desgraçar e escravizar suas respectivas nações. Kaitlyn Pettigrew (2013, p. 98-103) acredita que a apresentação de Boudica como uma mãe protetora das filhas violadas se enquadraria na concepção romana idealizada

de uma *matrona*, atraindo a simpatia das audiências. Eric Adler (2008, p. 181, 184), por sua vez, argumenta que o discurso final em favor da “liberdade” seria uma incômoda contraposição ao estado de coisas que vigorava no período neroniano. Michael Roberts (1988, p. 128-129) defende que a atribuição do discurso de liberdade à rainha derrotada expressa um vínculo entre a imaginada irracionalidade feminina e a total impossibilidade de resistir ao imperialismo romano.

Estas divergências se alimentam de uma ambiguidade ínsita ao relato de Tácito. A inserção das descrições dos estrangeiros em contexto dificulta a teorização de avaliações unívocas. No caso de Boudica, por exemplo, Adler (2008, p. 194) advoga persuasivamente pelo caráter híbrido da sua representação em Tácito. As referências às transgressões dos papéis de gênero, à covardia romana e à liberdade provocariam, em cada caso, estranhamento, reprovação e simpatia.

Da mesma forma, o tratamento dispensado por Tácito aos partos tem alguma ambiguidade. Evidentemente, preconceitos genéricos contra os bárbaros não poderiam faltar ao relato, mas a comparação da Pártia aos descaminhos de Roma enfraquece, em algum grau, as fronteiras entre os dois mundos. Déspotas como Tibério não são muito melhores que seus pares na Pártia. Pelo menos uma vez, um discurso inequivocamente romano é colocado na boca de um parto (2.2), o que deveria suscitar alguma simpatia nas audiências dos *Anais*. Além disso, diversos paralelos conferem uma coloração favorável aos líderes orientais.¹² Os reis “alienados” e enviados pelos romanos à Pártia são geralmente covardes, fracos e, portanto, rapidamente derrotados, o que depõe mais contra a “formação” imperial do que o contrário. Assim, o retrato que o autor faz dos partos não é de todo plano.

Guerra dos Mundos

Charlotte Lerouge e Holger Sonnabend convergem em sua avaliação dos *Anais* ao indicar a persistência, mesmo em Tácito, da temática augustana do “mundo dividido” em dois (Lerouge, 2007, p. 144-146; Sonnabend, 1986, p. 219).

¹² Mencionamos, acima, o caso de Vologeses I e Tirídates em face de Nero e Britânico. Keitel (1978, p. 471-472) também cita o relato sobre o amor conjugal de Zenóbia e Radamisto da Armênia (12.51), em intenso contraste com a relação de Cláudio e Agripina Menor (Tac. *Ann.* 12.68).

Segundo a teoria instaurada por Sonnabend (1986, p. 202-203), por vezes apelidada de *Zwei-Welten Theorie*, Augusto, após a devolução das insígnias romanas, teria buscado uma política de coexistência mais ou menos pacífica com os partos, atrelando a essa abordagem diplomática um novo discurso sobre os arsácidas. Parte dessa nova retórica envolvia reconhecer no inimigo uma potência equivalente, com a qual se deveria partilhar a orbe –, postura que, ademais, tem algum reflexo na iconografia da época (Rose, 2005, p. 23, 33-35). Essa influente hipótese é reverberada em autores como Maria Brosius (2006, p. 136), Rahin Shayegan (2011, p. 335) e Wiebke Vergin (2013, p. 90).

O vigor e popularidade da propaganda augustana são irrecusáveis nas obras de Estrabão (*Geog.* 11.9.2), Veleio Patérculo (2.101.2) e Pompeu Trogo (*Just. Epit.* 41.1.1). Sua persistência em um autor tardio como Tácito, contudo, se presta a alguns questionamentos.¹³ Num período em que o tema da conquista supostamente se impõe, passando a nortear as ações romanas na Armênia e na Mesopotâmia, é de se perguntar por que motivos teria o historiógrafo tão insistentemente se adstrito a uma visão historicamente superada.

Parcialmente, esse tratamento talvez se imponha por avaliações pessoais de estratégia militar ou por mera fiabilidade histórica. De outro lado, a leitura cuidadosa das passagens geralmente mobilizadas em apoio da hipótese do mundo dividido poderia mitigar o impacto e alcance que teriam nas prováveis audiências. E, é claro, é possível que o próprio apelo da conquista não fosse ainda tão pronunciado como se pensou. Um exame de algumas passagens, portanto, pode ser elucidativo.

Em 2.2, como já mencionado, Tácito descreve a chegada de uma delegação parta a Roma que, devido à extinção da linha sucessória de Fraates, solicita ao imperador autorização para instalar no trono Vonones, um destes príncipes que os romanos mantinham na capital como garantia de seus tratados com os arsácidas. Pouco depois, diz-se, a nobreza parta se queixa do novo rei, sacado a um outro mundo (*alio ex orbe rex*) e degenerado por uma criação débil. Essa pas-

¹³ Sonnabend (1986, p. 219) prevê a “possível objeção de que Tácito teria introduzido ideias de sua própria época”, mas a considera frágil, afirmando que “sua argumentação se orienta estreitamente pelas ideias que já são visíveis na época de Augusto” (nossa tradução).

sagem, que, como é habitual na historiografia latina, coloca na boca de um bárbaro um discurso idealizado e tipicamente romano, é invocada como um dos exemplos da teoria dos dois mundos.

Se é verdade, de um lado, que a expressão *alius orbis* aponta para o imaginado abismo entre partos e romanos, de outro, ela não demonstra a alegada equivalência entre eles. Apesar de sua consciência da importância e do poder dos partos, do que é testemunho sua terminologia, Tácito poderia estar apenas reconhecendo, a contragosto, a importância de um inimigo (Ehrhardt, 1998, p. 305; cf. 2.57).

Uma análise sistemática da narrativa de Tácito, contudo, não deixa dúvidas quanto à recorrência do tema, com implicações qualitativas. Em outro trecho bastante significativo, que diz respeito à passagem de Germânico pelo Egito (2.60), a grandeza do “império” de Ramsés, aferida pela (fictícia) lista de províncias tributárias em uma proclamação real, é comparada ao poder de partos e romanos. A descrição da Armênia como um país enclausurado por dois “vastos impérios”, Roma e Pártia, também se harmoniza com essa concepção (2.56). Não nos esqueçamos, por fim, do discurso de Tirídates, irmão de Vologeses I, que insere a Pártia no rol dos *magna imperia* (15.1).

Não parece correto Ehrhardt (1998, p. 305), portanto, ao questionar a pertinência da questão da *divisio orbis* em Tácito. Esse autor não apenas deixa de comentar passagens em que a ideia aparece de forma clara, como também invoca como argumento uma perspectiva da política externa romana que se aplicaria, sem problemas, a outros autores do período augustano, onde a temática parece indiscutível. Como explicar, portanto, a persistência desse tema nesse momento?

A ideia dos dois mundos, como foi dito, teria se atrelado a uma política externa defensiva e à aceitação da impossibilidade de se conquistar os inimigos partos (Spawforth, 1994, p. 240-241). Essa ideologia foi fortemente associada à tradição da resistência grega aos persas e, assim, os partos foram quase automaticamente vinculados pelas elites romanas à Pérsia Aquemênida (Spawforth, 1994, p. 242-243). Uma série de eventos, contudo, confirmam a importância do tema da guerra defensiva dos gregos contra os persas até pelo menos o século III d.C., não se limitando à Era de Augusto. Essa iconografia, sem dúvida, continuava

aludindo à expulsão dos invasores (Spawforth, 1994, p. 238-239) e não forçosamente à conquista.¹⁴

Além disso, como esclarece Charlotte Lerouge (2007, p. 119-120), a própria teoria de Sonnabend não se sustenta totalmente quando se pensa no período augustano. Os temas da conquista e da resistência não chegam a ser excludentes e as fontes sugerem algum grau de convivência entre eles. Essa constatação, contudo, cria dificuldades consideráveis em se explicar a ideia dos dois mundos. Lerouge (Lerouge, 2007, p. 122) propõe que o modelo se prestasse a escamotear os problemas na fronteira ocidental, transmitindo a falsa noção de estabilidade, mas essa teoria não é particularmente convincente, sobretudo como argumento para sua persistência muitas décadas depois.

Tampouco parece haver uma explicação estratégica para a veiculação desse tema em Tácito. A política defensiva de Augusto não é tida como sinal de moderação, mas como resultado de “medo ou inveja” (1.11). A derrota de Cesênio Peto contra os partos, sua incapacidade de preservar aquilo que havia tomado, não poderia ser tomada como alerta ou crítica à campanha de Trajano, à semelhança do juízo de Dio Cássio (68.33), já que o fracasso é nitidamente atribuído às decisões de um só homem, sendo revertido, mais tarde, por Córbulo (Pomeroy, 2017, p. 12). Na verdade, o destaque da Pártia numa obra como os *Anais* parece refletir, em alguma medida, o crescente interesse de Roma pela conquista desse império inimigo.

Em Tácito, em particular, é possível que a ideia se relacionasse à noção de *translatio imperii* (2.70). Graças à tradição grega sobre a Pérsia, a Pártia passou a fazer parte de uma história de sucessão imperial à qual os próprios romanos se vinculavam. Os partos, como os romanos, eram percebidos como sucessores dos aquemênidas e macedônios, detentores de domínios “universais”. Nenhuma outra nação estava em situação similar. Nesse sentido, a ideia deve ter tido uma vitalidade única. Infelizmente, um exame exaustivo da origem da ideia de *divisio orbis*, tomando-se em conta a vasta documentação do período romano, não pode ser empreendida aqui.

¹⁴ Também Josefo, num período não tão recuado, expressa a ideia do mundo dividido (*AJ* 18.46).

Uma Verdade Possível

Como Tácito pode contribuir para nosso conhecimento da história do Irã? Quais eram as fontes de Tácito? É correto aquilo que o autor afirma sobre os partos? Essas são questões frequentes a emanar das discussões sobre a credibilidade dos *Anais*. Tópicos importantes envolvem descrições da relação entre rei e nobreza, a constituição política das cidades e a ideologia real.

Já foram apontados motivos que permitem colocar a credibilidade do autor em xeque.¹⁵ Ao instrumentalizar suas digressões párticas em função de escopos narrativos maiores, Tácito certamente distorceu alguns episódios da história política oriental. Comparações entre seus relatos e os de Josefo mostram, por vezes, discrepâncias,¹⁶ e os especialistas questionam informações dos *Anais* que não parecem plausíveis.¹⁷ De outro lado, ao relatar as tensões constantes entre nobreza e monarquia, o historiador parece fornecer informações confiáveis sobre o arranjo institucional arsácida (Ehrhardt, 1998, p. 298). Da mesma forma, sua descrição de Selêucia, com ênfase no elemento grego e na relativa independência formal,¹⁸ tem respaldo em outras fontes (Ehrhardt, 1998, p. 300).

Muitos autores tentaram, insistentemente, encontrar a verdade por trás do suposto discurso de Artabano III nos *Anais*, no qual o monarca reivindica as fronteiras do reino de Alexandre e dos aquemênidas (6.31), demonstrando uma consciência histórica e uma filiação ideológica que outras fontes não permitem aferir com facilidade. Se verdadeira, como pensam muitos autores (Ehrhardt, 1998, p. 299), a fala revelaria importantes modelos de conduta real dos arsácidas. Shayegan (2011, p. 302-307) propõe que, durante o domínio das dinastias arsácida e sassânida, vigoraram duas tradições contrastantes sobre Alexandre, uma sacerdotal e crítica e outra, positiva, preservada oralmente e refletida, mais tarde, no *Shahnameh*, o que confirmaria o relato de Tácito. O autor acredita, ainda, que os arsácidas foram estimulados pelo embate com Roma e por civilizações vizinhas

¹⁵ Para os romanos em geral, cf. Schneider, 2007, p. 60: “(...) pouca informação confiável sobre a Pártia estava disponível em Roma”.

¹⁶ Por exemplo, quanto à causa da morte de Gotarzes II: uma doença (Tac. *Ann.* 12.14) ou uma conspiração (Joseph. *AJ* 20.74)? Cf. Bivar, 1983, p. 79.

¹⁷ A fuga de Vardanes pelas planícies da Bactria, por exemplo, parece improvável, já que a Hircânia estava sob controle do adversário (Bivar, 1983, p. 75).

¹⁸ Sobre o senado de Selêucia, comparar com Plut. *Crass.* 32.3.

(mas não por uma tradição inerentemente iraniana) a assumir um passado “aque-mênida” (Shayegan, 2011, p. 330-331).

Como as fontes de Tácito não aparentam ter origem oriental, contudo, grande parte de suas afirmações devem depender de relatos autobiográficos e documentos oficiais (Ehrhardt, 1998, p. 297). O caráter superficial do conhecimento romano sobre a Pártia se reflete na carência das informações que temos sobre os arsácidas. Como assevera Bivar (1983, p. 80),

É uma característica da tradição histórica remanescente sobre a Pártia, derivada, como é, sobretudo de fontes romanas, que ela forma um interminável catálogo de expedições militares e demonstra pouco interesse pelos modos e aspirações partos. Os poucos partos mencionados na narrativa são retratados como figuras obscuras e as impressões informativas são raras, quando não totalmente ausentes (nossa tradução).

Essa verdade, é claro, não deve constituir censura à “qualidade” da historiografia clássica. Sem dúvida, não se pode esperar dos autores antigos os mesmos parâmetros de objetividade instaurados pela historiografia “científica”. Por mais preocupados que fossem em relação à verdade, esses autores obedeciam a outras convenções textuais e é até mesmo questionável se teriam desejado um texto orientado pelo crivo moderno.

Conclusão

A escrita da história do Irã Antigo é repleta de dificuldades relativas à natureza das fontes disponíveis. Reconstruir sua trajetória política envolve, inevitavelmente, o exame minucioso de fontes estrangeiras e hostis, gregas ou latinas. Mais do que uma compilação de referências, a narrativa histórica dos arsácidas depende de uma interpretação das fontes que leve em conta seu contexto histórico e textual.

Tácito é uma das mais importantes fontes antigas sobre a história da Pártia e das relações romano-partas. Para entender sua avaliação dos arsácidas, bem como a relevância dos dados que ele nos traz, é preciso reinserir as narrativas de política externa no contexto geral dos *Anais*. Em mais de uma passagem, como tentou-se aqui demonstrar, os partos e os armênios são instrumentalizados pelo

autor a fim de ressaltar os descaminhos dos próprios romanos. Seja como referência da espécie de tirania “oriental” em que Roma se transformara, seja como contraponto a ela, os arsácidas servem a um propósito narrativo que muitas vezes obscurece seu verdadeiro papel histórico.

Existem informações valiosas nos *Anais*, mas a cautela é indispensável. É crível, por exemplo, que Artabano se pensasse um sucessor dos aquemênidas e de Alexandre, mas outros discursos proferidos pelos partos nos *Anais* são bastante duvidosos. Em cada discurso, um exame sistemático da narrativa é de grande ajuda para elucidar seu valor histórico.

No geral, Tácito partilha os preconceitos de seus contemporâneos sobre a Pártia, reproduzindo clichês atávicos e veiculando a velha ideia da *divisio orbis*. Apesar disso, é improvável que Tácito concordasse com a política que inspirou a noção dos dois mundos, e sua postura em relação à Pártia decerto não pertence ao universo augustano. É mais provável, na verdade, que a importância ocupada pela Pártia em seus *Anais* refletisse uma preocupação presente, suscitada pelas campanhas de Trajano. Daí a importância de se reavaliar a evidência disponível com particular atenção aos anacronismos.

Artigo recebido em 11.12.2017, aprovado em 16.01.2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Flávio Josefo. *Flavii Iosephi opera*. Tradução de B. Niese. Berlim: Weidmann, 1892.

Plutarco. *Lives*. Tradução de Bernadotte Perrin. Londres: William Heineman Ltd; Nova Iorque: G. P. Putnam's Sons. 1932.

Quinto-Cúrcio. *Historia de Alejandro Magno*. Tradução de Giovanni Porta. Milão: BUR, 2005.

Tácito. *Annals* (livros i-iii). Tradução de John Jackson. Londres, Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1992.

_____. *Annals* (livros iv-xii). Tradução de John Jackson. Londres, Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1986.

_____. *Annals* (livros xiii-xvi). Tradução de John Jackson. Londres, Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1991.

Bibliografia Crítica

Adler, Eric. Boudica's speeches in Tacitus and Dio, *Classical World*, vol. 101, n. 2, 2008, p. 173-195.

Bivar, A. D. H. A political history of Iran under the Arsacids. In: Yarshater, Ehsan (ed.). *The Cambridge History of Iran (vol. 3, part 1): the Seleucid, Parthian and Sasanian Periods*. Cambridge, Londres, Nova Iorque, New Rochelle, Melbourne, Sydney: Cambridge University Press, 1983.

Brosius, Maria. *The Persians*. Nova Iorque: Routledge, 2006.

Debevoise, Neilson C. *A political history of Parthia*. Chicado, Illinois: University of Chicago Press, 1938.

Ehrhardt, Norbert. Parther und parthische Geschichte bei Tacitus. In: Wisehöfer, Josef (ed.). *Das Partherreich und seine Zeugnisse/ The Arsacid Empire: sources and documentation*. Beiträge des internationalen Colloquiums, Eutin. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1998.

Keitel, Elizabeth. The role of Parthia and Armenia in Tacitus Annals 11 and 12, *American Journal of Philology*, vol. 99, n. 4, 1978, p. 462-473.

Koebner, Richard. Despot and despotism: vicissitudes of a political term, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 14, n. 3/4, 1951, p. 275-302.

Lerouge, Charlotte. *L'image des Parthes dans le monde gréco-romain: du début du Ier siècle av. J.-C. jusqu'à la fin du Haut-Empire romain*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2007.

L'Hoir, Francesca Santoro. Tacitus and women's usurpation of power. *The Classical World*, vol. 88, n. 1, 1994, p. 5-25.

Milnor, Kristina. Women in Roman historiography. In: Feldherr, Andrew (ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Nogueira, Érico. *A Lírica Laudatória no Livro Quarto das Odes de Horácio*. Dissertação de Mestrado, letras clássicas, departamento de letras clássicas e vernáculas, Universidade de São Paulo, 2006.

Oakley, Stephen P. Res olim dissociabiles: emperors, senators and liberty. In: Woodman, A. J. (ed.) *The Cambridge Companion to Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Pettigrew, Kaitlyn. *Foreign women in latin literature: the representation of Boudicca*. Tese, Departamento de Estudos Clássicos, University of Western Ontario, 2013.

Pomeroy, Arthur J. Fabius and Minucius in Tacitus: intertextuality and allusion in Annals book 15, *The Classical Quarterly*, 2017, p. 1-14.

Roberts, Michael. The revolt of Boudicca and the assertion of libertas in Neronian Rome, *The American Journal of Philology*, vol. 109, n. 1, 1988, p. 118-132.

Rose, Charles Brian. The Parthians in Augustan Rome, *American Journal of Archaeology*, vol. 109, 2005, p. 21-75.

Rutland, Linda W. Women as makers of kings in Tacitus' Annals, *The Classical World*, vol. 72, n. 1, 1978, p. 15-29.

Schmitt, Rüdiger. *The Bisitun Inscriptions of Darius the Great: Old Persian Text*. Londres: Corpus Inscriptionum Iranicarum, 1991.

Schneider, Rolf Michael. *Bunte Barbaren: Orientalenstatuen aus farbigen Marmor in der römischen Repräsentationskunst*. Worms: Wernersche Verlagsgesellschaft, 1986.

_____. Friend and Foe. The Orient in Rome. In: Curtis, Vesta Sarkhosh (eds.): *The Age of the Parthians*. Londres: I. B. Tauris, 2007.

Sayegan, M. Rahim. *Arsacids and Sasanians: political ideology in Post-Hellenistic and Late Antique Persia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Simpson, Christopher J. Where is the Parthian? The Prima Porta Statue of Augustus Revisited, *Latomus*, vol. 64, fasc. 1, 2005, p. 82-90.

Sonnabend, Holger. *Fremdenbild und Politik: Vorstellungen der Römer von Ägypten und dem Partherreich in der späten Republik und frühen Kaiserzeit*. Berna, Frankfurt am Main, Nova Iorque: Peter Lang, 1986.

Spawforth, Antony. Symbol of unity? The Persian-Wars tradition in the Roman Empire. In: Hornblower, Simon (ed.). *Greek historiography*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

Syme, Ronald. *Tacitus* (vols. 1-2). Oxford: Clarendon Press, 1958.

Timpe, Dieter. Die Bedeutung der Schlacht von Carrhae, *Museum Helveticum*, vol. 19, n. 2, 1962, p. 104-129.

Vergin, Wiebke. *Das Imperium Romanum und seine Gegenwelten: die geographisch-ethnographischen Exkurse in den "Res Gestae" des Ammianus Marcellinus*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2013.

Walser, Gerold. *Rom, das Reich und die fremden Völker in der Geschichtsschreibung der frühen Kaiserzeit: studien zur Glaubwürdigkeit des Tacitus*. Basileia: Helbing & Lichtenhahn, 1951.

Wiesehöfer, Josef. *Ancient Persia: from 550 BC to 650 AD*. Traduzido por Azizeh Azodi. Londres, Nova Iorque: I. B. Tauris, 2001.

_____. *La Persia antica*. Tradução de Alessandro Cristofori. Bolonha: Il Mulino, 2003.

Wisseman, Michael. *Die Parther in der augusteischen Dichtung*. Frankfurt am Main, Berna: Peter Lang, 1982.

A CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE LITERÁRIA NA TRADIÇÃO CRONOGRÁFICA CRISTÃ DA ANTIGUIDADE TARDIA

Pedro Benedetti¹

RESUMO: Neste artigo, pretendemos explorar as formas com as quais se constrói a autoridade literária na tradição cronográfica cristã da Antiguidade Tardia. A pergunta que guia nossa investigação é: na qualidade de um gênero historiográfico novo, de que maneira as crônicas cristãs se colocam diante das tradições historiográficas mais antigas? É possível que os autores se utilizem das mesmas estratégias que os historiadores do período clássico, ou há também novas formas? Para isso, revisitaremos brevemente a questão da autoridade nos autores clássicos, traçando a permanência desses princípios em obras historiográficas tardias consideradas herdeiras dessa tradição. Depois analisaremos os prefácios e introduções da crônica de Eusébio e das continuções de Jerônimo e Idácio de Límia em busca de elementos de afirmação da autoridade literária.

PALAVRAS-CHAVE: Cronografia; Antiguidade Tardia; Eusébio; Jerônimo; Idácio

ABSTRACT: In this article we intend to explore the ways in which literary authority is constructed in the Christian chronological tradition of Late Antiquity. The question that guides our investigation is: as a new historiographical genre, how do the Christian chronicles put themselves before the oldest historiographic traditions? Is it possible that the authors use the same strategies as the historians of the classical period, or are there also new forms? For this, we will briefly revisit the question of authority in classical authors, tracing the permanence of these principles in late historiographical works considered as heirs of that tradition. Then we will analyze the prefaces and introductions of the chronicle of Eusebius and the continuations of Jerome and Hydatius of Lemica, searching for elements of affirmation of literary authority.

KEYWORDS: Chronography, Late Antiquity; Eusebius; Jerome; Hydatius

¹ Doutorando no programa de História Social da Universidade de São Paulo, mestre em Antropologia e História da Antiguidade pela Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Membro do grupo de estudos LATIVM-UFU, da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos e do Grupo de pesquisa sobre os grupos subalternos e as práticas populares na Antiguidade Greco-Romana. E-mail: benedetti190@hotmail.com.

Considerações iniciais: autoridade literária e escrita histórica entre mythos e logos

As crônicas cristãs da Antiguidade Tardia surgem, se não como um gênero literário absolutamente novo, visto que Eusébio de Cesareia se apoia na tradição cronográfica grega e incorpora a crônica de Sexto Júlio Africano, ao menos como uma reformulação bastante peculiar. Nesse aspecto, elas devem ser lidas e interpretadas na qualidade de uma ordenação teleológica de eventos e, consequentemente, como importante instrumento formador da identidade cristã ao se contrapor às outras visões sobre o passado através de uma *interpretatio christiana* da História a rivalizar com as ideias de passado e presente das tradições greco-romanas e judaicas (Kahlos, 2015). É pertinente, portanto, que o autor de uma crônica cristã que se proponha a “contar” a história do mundo, de modo a tentar provar a antiguidade da tradição cristã (Burgess e Kulikowski, 2013, p. 99-103) e a mostrar como os acontecimentos na História foram guiados pela divina providência, desenvolva um argumento de autoridade para legitimar sua narrativa tal qual o fizeram outrora os autores de histórias gregos e romanos.

Posto que o presente estudo tem por objetivo compreender a maneira com a qual se constroem manifestamente os argumentos de autoridade nas crônicas da Antiguidade Tardia diante da então quase milenar tradição historiográfica clássica, convém que revisitemos pontos importantes sobre os quais muita tinta já correu no meio acadêmico. Mas antes, é importante que deixemos claro que entenderemos por “autoridade” neste artigo não a miríade de significados que o termo venha a ter em outras disciplinas, tais quais poder político, religioso ou social, mas mais especificamente, como explica John Marincola (1997, p. 1), a autoridade literária entendida como “os meios retóricos pelos quais os historiadores antigos reivindicam a competência para narrar e explicar o passado, e simultaneamente constroem uma persona que a audiência acreditará ser persuasiva e crível”.

No mundo clássico, de modo geral, a autoridade de uma narrativa histórica se realizava, em um primeiro momento, por meio do enunciado de autoria da obra. É Hecateu de Mileto que, em suas Genealogias, traz para si a responsabilidade de narrar aquelas coisas “como me parecem verdadeiras (ὡς μοι δοκεῖ

ἀλεθῆα εἶναι. FGrH 1F1)”,² é Heródoto de Halicarnasso (*Histórias*, I, 1, prefácio) quem conduz uma investigação (ἱστορία) para que os feitos dos homens não se percam no tempo e é Tucídides de Atenas (*História da Guerra do Peloponeso*, I, 1, 1-2) quem escreve (συγγράφω) a guerra dos peloponésios e atenienses por acreditar ter sido a maior comoção a atingir os helenos e parte dos bárbaros. Ao longo da Antiguidade Tardia, a proposição parece se manter. Apesar de não dispormos do primeiro livro, sabemos que é Amiano Marcelino (*Histórias*, XXXI, 16, 9), na qualidade de grego e soldado, quem assume a tarefa de esclarecer (*explico*) os eventos que se desenrolaram de Nerva a Valente, e é Zózimo quem arroga em sua *Nova História* (I, 57, 1) o propósito de mostrar (ἔρχομαι λέξων) como os romanos, em um curto período, perderam seu império.

Essa enunciação cumpre um propósito bastante claro, que é o de trazer para o plano do julgamento e entendimento dos homens os acontecimentos do passado em contraposição à dimensão mítica que emana da inspiração das musas, que fazem do poeta o instrumento de seu canto.³ A narrativa histórica aparece, nesse sentido, como fruto de uma empreitada da razão humana sobre o emaranhado de acontecimentos do passado, distante ou recente, visando torná-lo inteligível.

Disso decorre o segundo aspecto da construção da autoridade literária do historiador, que é a afirmação de sua obra como uma narrativa que lida com a realidade passível de investigação, em contraste com as histórias consideradas míticas. Com efeito, como ressaltou Robert Fowler (2011), não se trata da relação entre *logos* e *mythos* como uma oposição binária, na qual a primeira eventualmente suplanta a segunda de forma a dar origem ao pensamento racional. Ambas as categorias convivem e se imiscuem, para os historiadores em especial. Neste ínterim, a narrativa mítica não é necessariamente fantasia, confabulação ou mentira, mas eventos que não podem ser conhecidos através do exame da razão e que não podem, portanto, ser objeto de uma investigação. Ainda no prefácio de sua obra, Hecateu considera as muitas histórias contadas pelos helenos como risíveis,

² Todas as traduções do grego e latim no presente estudo refletem um esforço do autor, salvo indicação contrária.

³ “Canta-me, ó musa, do homem de muitas habilidades (ἄνδρα μοι ἔννεπε, μοῦσα, πολύτροπον, Homero, *Odisseia*, I, 1)”.

divertidas (γελοῖοι), sem necessariamente caracterizá-las como mentiras. Também Tucídides (I, 21, 1) não hesita em opor sua narrativa às histórias dos poetas e logógrafos, que ele acredita terem um caráter mítico (μυθώδης) justamente por não poderem ser comprovadas pelos critérios e pela metodologia de análise dos acontecimentos que ele estabelece. Na Antiguidade Tardia, herdeiros dessa tradição historiográfica clássica, como Amiano Marcelino, não se furtam de caracterizar “a antiguidade (grega, em especial)” como fabulosa, nem de associar os poetas com o universo da inventividade narrativa.⁴

Estabelecidas essas coisas, segue-se por fim ao derradeiro aspecto dessa estruturação, que é a exposição dos métodos da pesquisa histórica utilizados na elaboração da narrativa. Em Heródoto isso fica implícito na própria palavra utilizada para descrever o processo de construção da narrativa, o jônico ἱστορίη denota em sua época uma pesquisa *in loco* do que se vê e escuta. Com efeito, o historiador descreve em primeira mão lugares do Mediterrâneo e Mar Negro, viajou por lugares como Egito e Trácia e em diversas ocasiões especifica seus informantes, por vezes até nomeando-os. Heródoto, em várias ocasiões no decorrer de sua obra, nos deixa a par de versões e interpretações diferentes que lhe chegam acerca de um mesmo tema, dando-nos uma ideia do que seria sua investigação (Luce, 1997, p. 13-15). Já Tucídides (I, 22) se coloca de maneira mais explícita em seu famoso parágrafo metodológico, no qual o ateniense estabelece que não registraria nada que porventura conhecesse através de uma informação casual, mas somente as coisas que o próprio presenciara ou que investigara a fundo junto a outros com a maior exatidão (ἀκριβεία) possível, mencionando inclusive as dificuldades encontradas ao lidar com testemunhos conflitantes. Novamente, a historiografia dos séculos seguintes se insere nessa tradição com enunciados metodológicos semelhantes.⁵

Por fim, a verossimilhança se reafirma no decorrer da narrativa, como ocorre também em obras de caráter retórico, através de argumentos *εἰκός* (de verossimilhança), que Manfred Kraus (2006, p. 14-142) considera convincentes pelo “grau de coerência e congruência que a narrativa do orador tem com a experiência ordinária cotidiana da audiência”.

⁴ E.g.: *fabulosa vetustas*, Amm. Marc. XIV, 11, 26; *Graecia fabulosa* Amm. Marc. XVIII, 6, 23; *fabulantes poetae*, Amm. Marc. XXII, 15, 4; *Homerus fabulatur*, Amm. Marc. XXII, 16, 10.

⁵ Como em Amm. Marc. XV, 1, 1.

Todos os pontos acima mencionados visam, de uma maneira ou de outra, conferir autoridade à narrativa historiográfica que floresceu na Antiguidade Clássica e da qual é tributária boa parte daquela que se desenvolve durante a Antiguidade Tardia. Em outras palavras, é através da manifestação autoral, da oposição às histórias de caráter mítico, da exposição dos métodos de investigação e da verossimilhança narrativa que se atribui às histórias um caráter de verdade.

Cabe inquirir, portanto, de que maneira e em que medida a crônica cristã tardoantiga, na qualidade de um gênero literário novo que se opõe tanto à narrativa mítica quanto histórica da antiguidade clássica, desenvolve seus argumentos de autoridade. Os cronistas se apóiam nesses elementos clássicos, os transformam e reutilizam, ou criam novos argumentos autoritativos? Qual a relação que eles desenvolvem com a autoridade expressa pelos autores clássicos? Para isso, analisaremos os prefácios e introduções da crônica de Eusébio de Cesareia e das continuações de Jerônimo e Idácio de Límia.

Esses textos, velhos conhecidos dos historiadores e filólogos da Antiguidade Tardia, já foram sem dúvida escrutinados em seus mínimos detalhes, de problemas encontrados na transmissão manuscrita à dificuldade de estabelecer a cronologia no interior da obra e identificar as fontes utilizadas por cada um. No tocante ao tema desse estudo, vale mencionar o exaustivo trabalho de Alden Mosshammer intitulado *The Chronicle of Eusebius and Greek Chronographic Tradition* (1979), no qual o erudito analisa a relação do bispo com suas fontes. Depois disso, ele se volta para casos específicos de datas atribuídas a personagens gregos de Licurgo a Eurípides, buscando as inconsistências do texto e colocando em questão a utilidade da obra como documento para o estudo do mundo grego arcaico.

Essas mesmas questões e muitas outras são abordadas no célebre artigo de Richard Burgess, “Jerome explained: an Introduction to his Chronicle and a Guide to its use” (2002), no qual o historiador critica veementemente os classicistas que ignoram ou desdenham da tradução e continuação de Jerônimo. O texto se propõe, portanto, a destrinchar os aspectos principais da obra a fim de facilitar sua compreensão e propiciar seu correto uso pelos historiadores e filólogos. Burgess explica a cronologia da obra, rebate os críticos modernos que acusavam Jerônimo de ser desleixado tanto na tradução de Eusébio quanto em sua

continuação, comenta cada uma das edições modernas do texto, identifica as fontes utilizadas e o valor das adições feitas por Jerônimo. Por fim, o livro de Steven Muhlberger, *The Fifth-Century Chroniclers* (1990) e as excelentes introduções de Alain Tranoy (1974) e do próprio Richard Burgess (1993) às suas traduções da obra de Idácio de Límia tratam de todas essas questões que voltam a se colocar na medida em que continuações à crônica de Jerônimo foram escritas.

Ainda que esses trabalhos tratem de assuntos que tangenciem o tema da autoridade em cada um desses autores, faz-se necessário um estudo que desenvolva esse ponto de maneira mais direta no estabelecimento do *Chronicon* como tradição historiográfica. Ou seja, uma análise da construção da autoridade literária no *Chronicon* como um todo, abrangendo, senão toda a tradição que se inicia com Eusébio e se estende até João de Biclaro em 590, ao menos a célebre tradução e continuação de Jerônimo⁶ e de Idácio de Límia, os quais escreveram copiosos prefácios e introduções às suas partes repletos de elementos que nos interessam para este estudo.

O Chronicon de Eusébio de Cesareia, pedra fundadora de uma nova tradição

Eusébio de Cesareia, bispo dessa mesma cidade, teria nascido por volta de 260 ou 265 e morrido em torno de 340⁷. Famoso por sua biografia de Constantino, e especialmente por sua *História Eclesiástica*, a primeira do tipo que sobreviveu e lhe valeu o título de "pai da história eclesiástica", o clérigo teria composto seu *Chronicon* paralelamente a ela durante os anos 290, de modo que as primeiras versões das duas obras teriam circulado pouco depois do ano 300 (Burgess, 1997). Em sua versão final, no entanto, a crônica universal compreendia os

⁶ Foi somente a partir do esforço de Jerônimo que o *Chronicon* se tornou conhecido e amplamente lido no ocidente latino, ao passo que o original grego caiu no ostracismo na parte helenófona do império. A segunda geração, por assim dizer, de cronistas latinos é composta por Idácio de Límia, o cronista anônimo de 452 e Próspero da Aquitânia, cuja obra inspirou no século seguinte a terceira geração, composta por Cassiodoro, Victor de Tununa, Mário e João de Biclaro. A crônica de Marcelino *comes* aparece isolada como a única continuação de Jerônimo composta no Oriente (Burgess e Kulikowski, 2013, p. 187).

⁷ Segundo Sócrates de Constantinopla e Sozomeno, Eusébio teria morrido pouco antes de Constantino II e depois da segunda excomunhão de Atanásio.

eventos históricos considerados marcantes pelo bispo de Cesareia desde o nascimento de Abraão, primeiro acontecimento que ele considerava poder datar com certa precisão, até as vicenárias do imperador Constantino.

	PERSA RHM	CONS	MACE DONU	EGYPT TIORU
xcvii OLYMPIAS				
xviii			v	i
mdc xxx	xviii	E uagoras in furore uersusca regnaret cypri	vi	ii
xx			vii	iii
xxi			viii	iiii
xcviii OLYMPIAS		xxx DINASTIA AEGYPTI SE BENHYTIS REGNANTIBUS		
xxii			iiii	v
xxiii			x	vi

Fig. 1: fólio 102r do Codex Oxon. Merton 315, século IX

É possível notar até cinco sistemas cronológicos em sincronia: as olimpíadas, o ano desde o nascimento de Abraão, dos reis persas, cônsules romanos, reis macedônios e egípcios.

A obra foi concebida, originalmente, em dois livros. O primeiro recebeu o nome de *Xρονογραφία* (cronografia) e consiste em um sumário de história universal por reinados e nações a partir de determinadas fontes. Esse é, em essência, o formato clássico da tradição cronográfica grega, uma lista de reis e quanto tempo reinaram, com eventuais notas acerca de eventos importantes em anos específicos de reinado. O bispo de Cesareia, no entanto, queria ainda ligar os eventos ocorridos em determinado reino com outros, conjugando assim informações coletadas em fontes de diferentes tradições. Para tal, Eusébio concebeu o segundo livro da obra, chamado especificamente de *Xρονικοὶ Κανόνες* (cânones cronológicos), na forma de tabelas cronológicas nas quais ele estabelece uma sincronia entre os diversos sistemas cronológicos antigos (fig. 1), de modo que cada linha corresponda a um ano. Por isso, o livro se apresenta em um formato revolucionário e Eusébio faz uso do então recente códice ao invés do tradicional rolo.

Infelizmente, nenhuma parte significativa da obra sobreviveu no original grego. Há uma tradução armênia de ambos os livros que sobreviveu em dois ma-

nuscritos, apesar do final do primeiro livro e do início do segundo estarem perdidos em ambos. A melhor versão do segundo livro, no entanto, é a tradução para o latim feita por Jerônimo, que depois continuou-a até o ano da batalha de Adrianópolis (378). Há, dessa maneira, dois prefácios escritos por Eusébio de Cesareia para cada um dos livros que compõem seu *Chronicon*, cada qual com seu propósito específico: o do primeiro livro apenas em sua versão armênia e o do segundo livro somente em sua tradução latina.

O prefácio do primeiro livro se inicia com a alegação em primeira pessoa de que Eusébio, para construir seu compêndio, utilizou-se de numerosas histórias do passado escritas pelos caldeus e assírios, detalhadas pelos egípcios e “narradas pelos gregos com a maior precisão possível (Eusébio, *Chronographia*, 1)”.⁸ Para o bispo, no entanto, a autoridade desses escritos não é admitida a priori, nem por serem muito antigos, nem por terem sido escritos por autores confiáveis, mas somente quando se coloca adjacente a essas narrativas as histórias dos patriarcas hebreus “tal qual a Bíblia nos revelou (Eus. *Chron.* 1)”. Essa operação literária, também autoritativa por se tratar de um método investigativo, serve a um propósito primordial na concepção histórica de Eusébio:

[...] estabelecer quanto tempo antes da revelação [de Cristo] Moisés e os profetas hebreus que o antecederam viveram e o que eles, imbuídos do espírito divino, disseram antes [de Cristo]. Dessa maneira, pode ser possível reconhecer com facilidade quando os bravos de cada nação apareceram [em comparação a] quando os célebres profetas hebreus viveram e quem eram seus líderes um por um (Eus. *Chron.* 1).

Portanto, a veracidade de todas as histórias do passado deve, no pensamento histórico do bispo de Cesareia, ser verificada no confronto com o livro que é a fonte de toda a verdade: a Bíblia. Com isso seu objetivo se torna claro: provar a antiguidade da tradição cristã frente aos detratores da cristandade, em um esforço deliberado de “ultrapassar o passado” de seus rivais. Pois é ao invocar origens mais antigas que implicitamente se afirma a importância de determinado grupo perante uma sociedade que valoriza mais aquilo que é mais antigo (Zerubavel, 2003, p. 105-106) e deprecia o que pode ser considerado “recente demais”.

⁸ A tradução do livro primeiro utilizada neste estudo foi feita a partir do original em armênio antigo por Robert Bedrosian em 2008 e se encontra online em: <http://www.tertullian.org/fathers/eusebius_chronicon_02_text.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

Depois de enunciar a questão central de sua obra e a forma como vai explorá-la, Eusébio insere como parte da construção de sua autoridade literária o reconhecimento da dificuldade da investigação acerca dos acontecimentos de eras remotas, tal qual os historiadores lembrados na primeira parte desse estudo, porém de maneira diferente. A tarefa de estabelecer uma cronologia absolutamente precisa, que o bispo considera ser uma “empreitada tola”, não deve seu embaraço à impossibilidade de investigar os eventos mais recuados pelos meios da razão, mas à vontade divina expressa pela boca do próprio Cristo, que, em Atos 1:7⁹, ao ser questionado pelos apóstolos se depois de sua ressurreição chegara o tempo da restauração de Israel, responde: “Não compete a vós conhecer os tempos e os momentos que o Pai fixou com sua própria autoridade”. Essa parece ser a lente pela qual Eusébio de Cesareia observa as histórias escritas antes de sua época, pois na interpretação do bispo, manifesta logo depois da citação bíblica, parece que Jesus “proferiu tal sucinto veredito não apenas acerca do derradeiro dia, mas sobre todas as eras (Eus. *Chron.* 1)”.

Ora, Eusébio conclui a partir disso que todas as alegações de conhecimento preciso do passado pelos gregos, bárbaros ou mesmo os hebreus são falaciosas, e essa asserção constitui outro elemento de afirmação de autoridade comum aos historiadores clássicos: a crítica àqueles que o precederam como escritores de coisas não verdadeiras e, portanto, míticas. Vale ressaltar que, nesse ponto, o mítico deixa de ser, como o era na época dos historiadores gregos clássicos, uma narrativa impossível de ser verificada pelos meios da razão, e passa a ser vista pela cristandade como invenção e mentira, posto que no pensamento cristão há uma verdade revelada, um só deus e um só mediador (Cristo), como vemos em 1 Timóteo 2:5. Talvez a passagem que melhor explique essa mudança de atitude diante das narrativas míticas seja Isaías 43:10, 11: “Antes de mim não foi formado nenhum Deus e depois de mim continuou a não haver nenhum”. De todo esse raciocínio, o bispo espera que seus leitores tirem duas lições básicas antes da leitura da obra propriamente dita:

⁹ Todas as passagens bíblicas mencionadas neste artigo foram retiradas da Bíblia de Jerusalém, da editora Paulus.

Primeiramente, não seja levado a acreditar, como outros, que a cronologia pode [sempre] ser determinada precisamente. Em segundo lugar, apesar disso, utilize a clareza na medida do possível para reconhecer a natureza da investigação que te confronta, e proceda resoluto (Eus. *Chron.* 1).

Eusébio ilustra sua premissa central com uma passagem de Platão, *Tímeu*, 22b, na qual um egípcio, de maneira um tanto sarcástica, diz a Sólon que é impossível conhecer a história antiga através dos gregos, uma vez que eles são demasiadamente jovens¹⁰. A própria citação, vale notar, é também um recurso de legitimação perante um público que deposita grande valor no conhecimento dos cânones da tradição grega. O próprio bispo responde a essa invectiva desacreditando as histórias de outros povos como narrativas míticas e, portanto, não críveis. Ele afirma que tampouco é possível conhecer a antiguidade pelos relatos egípcios, pois se tratam de relatos fabulosos sobre “[falsos] deuses e seus primogênitos, fantasmas e espíritos dos mortos, e histórias sobre reis contadas de maneira mítica, desvairados alucinantes (Eus. *Chron.* 1).” Nem os Caldeus escapam às críticas do bispo de Cesareia, que acredita ser absurda a alegação de que seus escritos abarcam mais de 400 mil anos.

Diante disso, Eusébio se coloca uma pergunta retórica:

Por quê deveria eu, que reverencio a verdade acima de tudo, me debruçar sobre todo esse tipo de material em tantos detalhes? [E porquê deveria eu], que amo os hebreus, apontar nas passagens apropriadas onde encontrei inconsistências [em seus relatos]? [Fi-lo] para recriminar a pretensão dos imodestos cronógrafos (Eus. *Chron.* 2).

Em sua introdução, Robert Bedrosian tece um pertinente comentário acerca do final do prefácio:

Assim, o texto do primeiro livro estabeleceu cuidadosamente a moldura cronológica a partir da qual derivam as tabelas do segundo livro. Para os historiadores modernos, tabelas cronológicas sintéticas são algo corriqueiro, mas foi Eusébio quem inicialmente e de modo preciso as introduziu em sua Crônica. Esse foi um progresso revolucionário na

¹⁰ No sentido de terem começado a registrar sua História muito recentemente. Eusébio explica anteriormente que foi apenas depois que Cadmo trouxe o alfabeto fenício para a Grécia que os gregos começaram a escrever.

época de Eusébio, que não é suficientemente apreciado nos trabalhos modernos de historiografia.¹¹

Diante disso, cabe-nos ainda acrescentar que todo o primeiro livro é também uma exposição dos métodos analíticos de Eusébio de Cesareia perante os relatos do passado. Ou seja, como o bispo, examinando as narrativas antigas, determina o que pode e o que não pode ser aproveitado, o que é ou não crível, tendo em vista todos os preceitos expostos em seu prefácio.

O primeiro relato antigo colocado sob o olhar analítico do bispo é a crônica dos reis caldeus feita por Beroso, um sacerdote caldeu helenizado da Babilônia que viveu no século III a.C. e escreveu seu relato em grego. Apesar de sua obra ter se perdido, Eusébio utiliza os trechos sobreviventes copiados por Alexandre Polímata, um erudito grego escravizado durante as guerras mitridáticas do século I a.C. Depois de expor a lista, o bispo contabiliza dez reis, que reinaram por cento e vinte *sars*, ou o equivalente a 432 mil anos,¹² o que lhe parece absurdo, inverossímil, e força-o a advertir que “se alguém julga como preciso e aceita como válido que [reinos duresm] tantos anos, então teria de acreditar noutras matérias fantásticas presentes nesse mesmo livro (*Eus. Chron. 3*)”.¹³

Apesar de todas as duras considerações de Eusébio sobre as histórias relatadas por Beroso, que desacreditam seu relato e reforçam a autoridade daquele dentro do *Chronicon*, o bispo reconhece o elemento verdadeiro de sua narrativa ao compará-lo com o conteúdo da Bíblia. Segundo o relato dos caldeus, houve nove gerações antes do dilúvio que cobriu a terra durante o reinado de Xisutro, e a tradição bíblica menciona nove patriarcas anteriores a Noé (Genesis 5:1-31). Ele afirma: “para aqueles de vós que procurais a verdade sobre essas coisas, é simples aceitar que Xisutro é o mesmo que o homem ao qual os hebreus chamam Noé,

¹¹ Disponível em <http://www.tertullian.org/fathers/eusebius_chronicon_02_intro.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

¹² 1 *sar* era a unidade de tempo assíria equivalente a 3600 anos.

¹³ O bispo é ainda mais enfático depois de descrever as histórias lendárias dos caldeus, sobre divindades como Oanes, em *Chron. I, 6*: “Certamente, se alguém julga ser verdadeiro [que o relato] dos caldeus [englobe] tão grande número de anos, tal pessoa aceitará outras partes de sua história falaciosa. Ela simplesmente desafia a razão e é apócrifa, não importa como seja interpretada. [Mesmo] que alguém aceite [o relato], não deveria aceitar que cálculo do tempo sem exame. Se, de acordo com a cronologia deles, houve [realmente] tantos milhares de anos acumulados, se os sucessores desses povos [realizaram] seus atos e feitos durante um período igualmente longo, e se apenas dez reis poderiam ter reinado por tantos anos, quem acreditaria que haveria qualquer verdade em tais coisas e fábulas?”

durante cuja vida ocorreu o dilúvio (Eus. *Chron.* 6)”. De maneira semelhante, quando Eusébio invoca a história narrada por Alexandre sobre uma torre imensa construída na Babilônia, ele não tarda a lhe conferir veracidade ao compará-la com o conto bíblico da torre de Babel (Eus. *Chron.* 7-8). O bispo de Cesareia continua esse procedimento ao longo de todo o livro, ao analisar as histórias de Abideno, Flávio Josefo, Diodoro da Sicília, Castor, Maneto, Heródoto, entre outros e confrontá-las entre si e com a tradição bíblica.

O prefácio de seu segundo livro, os *Chronici Canones* preservados pela tradução latina de Jerônimo, começa com uma dura resposta a Porfírio. O filósofo neoplatônico, discípulo de Plotino, foi o mais conhecido adversário da cristandade e defensor da religião tradicional de sua época. Durante sua vida, Porfírio se envolveu em uma série de controvérsias e suas obras foram respondidas por mais de trinta apologetas cristãos, dentre eles Agostinho, Jerônimo, Metódio e o próprio Eusébio. Suas obras, no entanto, foram banidas em 311 e queimadas em 448 (Hoffman, 1994, p. 17), de modo que tudo o que conhecemos de seus argumentos advém das respostas que lhe foram dadas pelos apologetas. Um desses argumentos contra a tradição cristã pode ser encontrado nesse prefácio. Baseando-se nos escritos de outros cristãos e hebreus, Eusébio estabelece que Moisés viveu na mesma época de Ínaco, primeiro rei de Argos, mas que

aquele ímpio Porfírio (*impius ille Porphyrius*), no quarto livro de sua obra, que ele teceu contra nós¹⁴ em vão esforço, afirma que Semiramis, tendo reinado dentre os assírios por 150 anos antes de Ínaco, viveu depois de Moisés. E por isso, segundo ele, descobre-se que Moisés antecede a guerra de Troia em 850 anos (Jerônimo, *Chronicon*, prefácio traduzido de Eusébio).

Sendo assim, o segundo livro surge como uma resposta àqueles que desafiam a autoridade não apenas de Eusébio, mas daqueles que tiveram a veracidade narrativa demonstrada no primeiro livro através de seu método histórico. Diante disso, o clérigo considera ser necessária uma busca ainda mais cautelosa da verdade, e por isso reafirma sua autoridade, colocando sua cronologia à prova “para quem quer que deseje, calcule (*utcumque quis volet, computet*, Jer. *Chron.*

¹⁴ Subentende-se pelo *adversum nos* que Eusébio se refere ao quarto dos quinze livros contra os cristãos (*Κατὰ Χριστιανῶν; Adversus Christianos*).

pref. Eus.)”. Surge daí, e como resposta a essa polêmica, o formato inovador de sua obra. Eusébio estabelece sete eixos a partir dos quais ele compõe sua tabela cronológica. Trata-se de sete acontecimentos célebres e bem estabelecidos, extraídos de toda a massa documental apresentada e analisada no primeiro livro, e que são utilizados para trabalhar a cronologia de eventos anteriores ou posteriores a eles (Burgess, 2002, p. 20). São eles: o nascimento de Abraão, a ascensão do primeiro rei ateniense Cecrops, a captura de Troia, o início da construção do templo de Jerusalém por Salomão, a primeira olimpíada, a reconstrução do templo de Jerusalém e, por fim, o início da pregação de Cristo (Jerônimo, *Chronicon*, 1; 460; 835; 984; 1241; 1996; 2044 anno Abrahami)¹⁵. Com isso, como foi bem observado por Grafton e Williams (2006, p. 135), “Eusébio fez mais do que levar a cabo um feito de racionalização e síntese. Ele também criou uma nova forma de objeto físico e delineou novas convenções para organizar informações com fins de conservação e recuperação”.

Jerônimo e sua contribuição

A tradução do *Chronicon* de Eusébio de Cesareia deve ser compreendida no espectro mais amplo da empreitada levada a cabo por Jerônimo quando de sua estadia em Constantinopla, em 379-381, para continuar sob a tutela de Gregório de Nazianzo seus estudos exegéticos iniciados em Antioquia. Conhecedor da língua grega, Jerônimo entrou em contato com uma literatura que até então tinha sido pouquíssimo utilizada pelos escritores cristãos latinos. Ele então aproveitou sua estadia para vertê-la ao latim a fim de disponibilizar integralmente os originais e facilitar-lhes o acesso (Cavallera, 1922, p. 59-63).

Diante disso, a questão da autoridade literária dentro do *Chronicon* ganha uma nova dimensão com a contribuição de Jerônimo, pois além dos elementos tradicionais de autoridade necessários a uma obra de caráter histórico, há também os que se colocam para as traduções. Desse modo, Jerônimo passa grande parte de seu prefácio expondo uma discussão bastante eloquente sobre o ofício do tradutor, a importância da eloquência e questões relativas ao estilo lite-

¹⁵ Como o único sistema cronológico que atravessa toda a crônica são os anos desde o nascimento de Abraão, parece-nos que essa foi a melhor escolha para localizar as passagens dentro da obra.

rário, mesmo que as tabelas cronológicas não tenham demandado exímias habilidades literárias daqueles que as compuseram. Já no início, ele invoca Cícero como grande expoente da arte do tradutor:

Houve um antigo costume dos doutos de verterem para a língua latina os livros gregos como meio de exercitarem a inteligência. [...] Daí também nosso Túlio [Cícero] traduziu todos os livros de Platão ao pé da letra e, como tivesse publicado Arato já romanizado em versos hexâmetros, divertiu-se com as *Econômicas* de Xenofonte (Jerônimo, *Chronicon*, prefácio, 1¹⁶).

Ao eleger Cícero como modelo, Jerônimo reivindica para si um lugar igualmente importante na cristandade. Da mesma maneira que aquele traduziu textos canônicos da filosofia grega, prestando um serviço aos seus conterrâneos “rudes nas letras gregas” (Cícero, *De officiis*, 1, 1), ele se propõe a traduzir obras essenciais para o desenvolvimento do pensamento cristão no ocidente latino. Colocar-se como um “Cícero cristão” implica, portanto, em elevar sua empreitada a um nível superior de seriedade e ambição para além do mero exercício escolar de tradução. E se até mesmo o famoso orador, ao traduzir Xenofonte, teve seu “áureo rio de eloquência muitas vezes impedido por ásperos e turbulentos obstáculos (Jer. *Chron.* pref. 1)”, o monge pede que seus amigos Vicêncio e Galieno¹⁷ revisem seu trabalho “não com espírito de juizes, mas de amigos (Jer. *Chron.* pref. 2)”, “uma vez que homens muitos eruditos penaram nessa mesma tarefa (Jer. *Chron.* pref. 3)”.

Se por um lado essa é a preocupação que entremeia todo o prefácio de Jerônimo, por outro a segunda seção traz observações importantes acerca da forma das traduções da *Septuaginta*, material fundamental da crônica de Eusébio. Para Jerônimo, apesar das anônimas quinta, sexta e sétima versões¹⁸ “terem tamanha diversidade (*diversitas*) em si que mereceram autoridade sem os nomes

¹⁶ O texto latino tanto do prefácio de Jerônimo quanto do prefácio traduzido de Eusébio podem ser encontrados em <http://www.tertullian.org/fathers/jerome_chronicle_04_latin_prefaces.htm>. Acesso em: 21 fev. 2018. Infelizmente o site não conta com a divisão do texto, por isso seguimos a numeração das seções da tradução de *Nicene and Post-Nicene Fathers: Second Series*, vol VI.

¹⁷ A quem Jerônimo dedica a obra (*Eusebius Hieronymus Vincentio et Gallieno suis salutem*, Jer. *Chron.* pref. 1).

¹⁸ Jerônimo se refere à Hécapla de Orígenes, que consistia em seis versões dos textos bíblicos dispostos em seis colunas diferentes para fins de comparação.

[de seus tradutores] (*ut auctoritatem sine nominibus meruerint, Jer. Chron. pref. 2*)”, a tradução do hebraico para o grego fez com que as escrituras “parecessem menos elegantes e soassem mais ríspidas (*minus comptae et dure sonantes videantur, Jer. Chron. pref. 2*)”. Tal efeito, ele argumenta, pode afastar o erudito que não sabe que se trata de uma tradução do hebraico, afastando-o do conhecimento que as escrituras propiciam, mas a qualidade das escrituras originais são comparáveis aos poemas de Horácio e Píndaro. Essa operação retórica tem um propósito claro: atribuir à Bíblia hebraica o estatuto de clássico e constituí-la como objeto legítimo de investigação. Logo, há uma persistência acerca da questão da autoafirmação literária que subjaz à discussão sobre a arte da tradução exposta em seu prefácio e se insere em um universo cultural definido por cânones que competem entre si. E para Jerônimo, um erudito versado em muitas línguas e conhecedor dos clássicos, o estilo é um elemento central de valor literário (Williams, 2006, p. 47).

Já nos últimos parágrafos a exposição muda de tom e se volta para questões de outra natureza, pois da mesma forma que, nos *Chronici Canones*, Eusébio responde à crítica feita por Porfírio à sua *Cronografia*, Jerônimo antecipa as reprimendas à sua obra:

Sequer ignoro que haverão muitos que, somente pelo prazer de rebaixar a todos, cravarão os dentes nesse volume, algo que só pode ser evitado se não escrevermos absolutamente nada. Mentirão sobre as épocas, trocarão a ordem [dos acontecimentos], censurarão eventos, pularão sílabas e, porque é costumeiro que isso aconteça na maioria das vezes, atribuirão o descuido dos copistas aos autores (*Jer. Chron. pref. 3*).

O uso do plural “autores” se justifica porque, ao final de seu prefácio, Jerônimo se coloca explicitamente não apenas como tradutor, mas também como autor dentro da obra. Fica evidente, com isso, que Jerônimo jamais concebeu o *Chronicon* como dois trabalhos diferentes, uma tradução e sua continuação, de tal modo que cada parte deveria ser avaliada individualmente quanto a sua autoridade. Pelo contrário, ele afirma:

prefiro despachá-los [os possíveis críticos] rapidamente satisfeitos, tanto para que cedam a autoridade dos assuntos gregos ao seu autor (*Graecorum fidem suo auctori as-*

signent) quanto para que reconheçam que os eventos novos que inserimos foram extraídos de outros homens muito reconhecidos (*de aliis probatissimis viris libata*) (Jer. *Chron.* pref. 3).

O *Chronicon* se apresenta, portanto, como um todo indivisível no qual as contribuições de seus autores se fazem presentes de maneira intrincada. Essa característica da obra se revela mais adiante, quando Jerônimo distingue seu processo de composição em três etapas: a parte de Abraão até a tomada de Troia, que se trata de uma simples tradução do grego; a parte até as vicensas de Constantino, na qual muitas coisas foram adicionadas ou modificadas; e a parte final até a batalha de Adrianópolis. Assim, o texto latino se desenrola de tal modo que, se não dispuséssemos dos manuscritos armênios, traduzidos diretamente do original grego, jamais poderíamos discernir quais foram as modificações de autoria de Jerônimo na segunda parte.¹⁹ O que nos mostra que atribuir precisamente cada linha do texto a seu autor parece ser mais uma preocupação moderna (Barthes, 1997, p. 142-143) do que do próprio Jerônimo. Se a tendência na antiguidade foi de um movimento do caráter colaborativo das elegias e epopeias em direção ao aspecto mais pessoal da produção literária (Selle, 2008), a empreitada de Jerônimo traz a inovação de uma obra que deve ser compreendida ao mesmo tempo como esforço coletivo e autoral, constituindo-se, assim, como uma espécie de “patrimônio público” da cristandade.

Logo, se considerarmos o *Chronicon* como um todo coeso, tal qual Jerônimo o concebeu, há três níveis de construção de autoridade no texto, que acompanham as três etapas de composição e são igualmente indissociáveis. Primeiramente está a preocupação com a tradução fiel do texto de Eusébio, cuja autoridade se ancora na caracterização do bispo como “um homem muito erudito (*erudit[issim]us*, Jer. *Chron.* praef. 3)”; em segundo lugar, a qualidade das modificações e adições, que Jerônimo extraiu “muito cuidadosamente de Tranquilo [Suetônio] e outros ilustres historiadores (Jer. *Chron.* pref. 3)”; e por último, os eventos que são descritos pelo próprio Jerônimo no texto que ele chama “todo meu (*totum meum*, Jer. *Chron.* pref. 3)”, arrolando para si a responsabilidade da fidedignidade dos fatos expostos.

¹⁹ Essas modificações e adições são destacadas na edição de Rudolf Helm (1956) por um asterisco entre parênteses e um asterisco, respectivamente. Embora Burgess (2002, p. 24) acuse alguns erros.

Idácio de Chaves e a segunda geração

Até este ponto [a morte de Valente] conserva-se em várias províncias da Espanha a história composta (*conscripta*) por São Jerônimo [...] Eu, um ignorante e o mais indigno de todos os servos de Deus, Idácio, servo de nosso Deus e senhor Jesus Cristo, apreendi e descrevi (*comperi et discripsi*) aqueles eventos que se seguiram ao primeiro ano do imperador Teodósio, brevemente antecédida da informação de um prefácio (Idácio, *Chronicon*, preâmbulo).

A julgar pela afirmação de Idácio, a tradução e a continuação de Jerônimo conheceram um grande sucesso no Ocidente, o que indica que o objetivo de sua empreitada havia sido alcançado. Ele prestou um precioso serviço aos cristãos de língua latina, que até então não possuíam nada que os permitisse se orientar no curso da História Universal, nada que pudesse ser usado para comparar as narrativas bíblicas com as dos historiadores pagãos. A crônica deixava às mãos de todos que pudessem ler o latim uma infinidade de noções outrora dispersas por diversos livros (Cavallera, 1922, p. 67) e ao mesmo tempo abria-se para os continuadores que quisessem seguir o exemplo de Eusébio e Jerônimo. O uso do participio de *conscribo* (escrever juntamente) para caracterizar o *Chronicon* deixa claro que Idácio havia compreendido a natureza colaborativa da obra e se propôs, depois de sua humilde apresentação, a continuá-la até os seus dias, no ano de 468. Com efeito, no único manuscrito completo que temos da obra de Idácio, o qual descende de uma cópia pessoal do bispo (Burgess, 1993, p. 6), o preâmbulo que abre essa seção aparece no próprio corpo dos *Chronicis Canonibus*, depois do último registro de Jerônimo e antes da *supputatio*.²⁰ O prefácio de Idácio e sua continuação vêm logo depois disso, o que indica que a intenção do bispo era que a obra fosse lida como um todo.

O bispo de Chaves, no entanto, não foi o único nem havia sido o primeiro a incumbir-se da tarefa. Próspero da Aquitânia resumiu e continuou a obra de Jerônimo, publicando versões diferentes de 433 até 455 (Muhlberger, 1986). Um cronista anônimo o fez igualmente em 452. Para ambos, a notoriedade alcançada pela obra de Eusébio e Jerônimo parece ter sido suficiente para que a autoridade

²⁰ Isto é, a contagem final dos anos na crônica, desde o nascimento de Abraão, dividido em nove partes.

do *Chronicon* se estendesse até suas continuações. O cronista de 452 sequer escreve um preâmbulo como o de Idácio, o texto apenas se inicia abruptamente após o último registro de Jerônimo, já com a aclamação imperial de Teodósio, e o autor se contenta em manter o *layout* e as grandes estruturas cronológicas do *Chronicon*²¹. Próspero, por sua vez, se limita a declarar, logo depois de seu resumo: “Até esse ponto o presbítero Jerônimo dispôs a ordem dos anos precedentes. Nós cuidamos de adicionar aqueles que se seguiram (Póspero de Aquitânia, *Epitoma Chronicon*, 1166)”.

Idácio, por outro lado, constrói uma contribuição bastante peculiar. Em primeiro lugar, a brevidade característica do gênero cronográfico não encontra lugar em sua composição, que é de longe a mais detalhada da Antiguidade Tardia (Burgess, 1993, p. 8-9). Em segundo lugar, Idácio expande a cronologia do *Chronicon* adicionando as eras espanholas²² e um sistema criado por ele mesmo, os jubileus desde a ascensão de Cristo. Diante dessa novidade, o bispo de Chaves elabora um novo prefácio que precede sua contribuição e visa, dentre outras coisas, reafirmar a autoridade da obra e conferir legitimidade à sua parte. Como não poderia deixar de ser, o texto se abre com uma homenagem aos seus predecessores:

Os estudos dos homens mais estimados (*probatissimorum*) em todos os quesitos – homens que a confirmação da reverência divina, principalmente na fé católica e no modo de vida perfeito, mostra serem testemunhas da verdade – são tão ornados pela elegância das palavras e tão recomendáveis pela glória de seus méritos, que a verdade ganha em toda sua obra insuspeita autoridade (*ut meram in omni opere suo obtineat ueritas firmitatem*, Idácio, *Chronicon*, pref., 1).

Eusébio e Jerônimo, “pais santos e muito eruditos (Ida. *Chron.* pref. 1)”, são colocados não apenas como modelo de vida religiosa, mas como inspiração literária. Jerônimo em especial é caracterizado como um “historiador completamente instruído em todos os documentos de feitos e palavras (*singrafus perfectus uniuersis factorum dictorumque monimentis*, Ida. *Chron.* pref. 3)”. Idácio,

²¹ Em todos os manuscritos da *Chronica Gallica* de 452 o texto se segue à crônica de Jerônimo e mantém a datação do ano desde Abraão, os anos de reinado e as Olimpíadas (Burgess, 2001, 52).

²² Um sistema de datação popular na Galícia da época, que se manteve em uso até os séculos XIV e XV. Seu primeiro ano equivalia ao 38 a.C.

sabendo da importância desses escritores, é incessante ao lembrar os leitores de sua humildade²³, como em seu preâmbulo, nas vezes em que se diz indigno de ocupar a sede episcopal (Ida. *Chron.* pr. 1; 6) e ao confessar ser “pouquíssimo instruído no estudo secular (Ida. *Chron.* pr. 1)”. Colocando-se como continuador de tão ilustres figuras, o bispo de Chaves declara “seguir o exemplo a partir do que eles mostraram em sua obra precedente, de acordo com [sua] capacidade de discernimento próprio e expressão literária (Ida. *Chron.* pr. 1)”.

Dessa maneira, Idácio faz eco tanto às recomendações de Eusébio no primeiro livro quanto às de Jerônimo com relação ao estilo expressas em seu prefácio. E antes do último parágrafo, no qual ele enuncia o escopo de sua obra, o bispo reafirma o compromisso com seus predecessores e os princípios que eles estabeleceram para a composição da obra, expondo também brevemente seus métodos e fechando os elementos que conferem autoridade à sua contribuição ao *Chronicon*:

[as páginas da crônica] instigaram a mente de um inexperiente a seguir seus caminhos sobre as coisas que conhece, ainda que com passos desiguais em todos os sentidos, e a se prostrar aos pés de seus predecessores. Encarregando-me disso com a intenção sincera do coração, adicionei os eventos que se seguiram, parcialmente a partir do estudo dos documentos escritos, ora a partir do relato confiável de muitas pessoas e em parte conforme meu conhecimento, que sofre com a lamentável idade de minha própria vida (Jer. *Chron.* pref. 6).

Conclusão

O surgimento de obras cristãs em diversos gêneros literários trouxe para os autores desafios semelhantes que foram enfrentados também pelos escritores clássicos em certa medida. Questionamos no início desse breve estudo se os autores de crônicas cristãs, na qualidade de novo tipo de escrita sobre o passado, lidaram com a questão da autoridade da mesma forma que os historiadores clássicos. Em outras palavras, buscamos investigar se (e em que medida) a manifes-

²³ A “autodiminuição” diante de seus predecessores é também um recurso de autoridade que permeia todo o prefácio de Idácio e que pode ser encontrado em historiadores clássicos, ainda que raramente (Marincola, 1997, p. 141).

tação autoral, a rejeição das narrativas míticas, a exposição dos métodos de pesquisa e a verossimilhança consistem em sua obra fundamentos dos quais emana a autoridade literária de suas narrativas, tal qual o continuaram sendo para aqueles escritores da Antiguidade Tardia que se pretenderam herdeiros de uma tradição clássica de escrita da história.

Pudemos verificar que Eusébio, como fundador de uma tradição, em grande medida se apoia nesses preceitos ainda que de maneira muito distinta. Principalmente porque a questão da autoridade não se coloca diante de uma audiência que espera uma performance da palavra escrita, mas sim em razão da necessidade de fazer frente aos detratores da cristandade. Ou seja, ela floresce em um esforço de afirmar a *interpretatio christiana* em oposição às outras e confirmar a antiguidade da tradição cristã perante tradições consideradas antiquíssimas.²⁴ Tendo isso em vista, todos esses elementos reaparecem com uma nova roupagem, como a exposição dos métodos de estabelecimento dos eventos históricos, mas por meio de um confronto dos documentos com o texto bíblico. Além disso, outros elementos de autoridade ainda mais inovadores se fazem presentes, como o próprio formato no qual são escritos os *Chronici Canones*.

Jerônimo preserva todos esses componentes em sua tradução e adiciona ainda sua própria “camada de autoridade” conformemente às suas preocupações no tocante à leitura de sua contribuição. Se a parte escrita por Eusébio acabou por ganhar autoridade por si só, basta que Jerônimo assegure a qualidade de sua tradução. Às suas intervenções e sua continuação, lhe conviu mencionar que as informações foram retiradas de “historiadores ilustres” e de sua própria experiência, dando à obra um verdadeiro caráter colaborativo.

Ambos, porém, jamais conceberam o *Chronicon* como uma história propriamente dita, seja o primeiro livro de Eusébio (Cronografia), sejam as tabelas cronológicas. E de fato, pelos padrões antigos sintetizados por Luciano de Samósata em seu célebre *Da maneira de se escrever História*, “uma compilação de datas e acontecimentos sem a organização de uma narrativa [...] não configurava um texto histórico (Almeida e Della Torre, 2015, p. 11)”. Ambos os livros foram

²⁴ Daí a importância de Eusébio afirmar que Moisés “apesar de mais jovem do que o dito acima, ainda descobre-se ser mais velho do que todos aqueles que os gregos julgam ser os mais antigos (*licet junior supra dictis sit, omnibus tamen, quos Graeci antiquissimos putant, senior deprehenditur*, Jer. *Chron.* pref. Eus).”

idealizados como instrumentos a partir dos quais seria possível compor narrativas históricas completas, fontes de informação histórica crua, se assim podemos dizer. O próprio Eusébio em sua *História Eclesiástica* (I, 1, 6) afirma que os *Cânones Cronológicos* são apenas um sumário, e que nessa obra ele se propôs a “escrever a narrativa por completo”. Jerônimo, por sua vez, prefere deixar a narrativa da época de Graciano e Teodósio “para a pena de uma história mais ampla (Jer. *Chron.* pref. 3)”.

No entanto, o sucesso de suas obras (que por sua vez se inserem no contexto mais amplo do fenômeno dos breviários e epítomes da Antiguidade Tardia) permitiu que uma série de continuadores transformasse o *Chronicon* em uma maneira totalmente nova de escrever História. O próprio texto, do modo como se arranjava, estava aberto para que contribuições de naturezas diversas fossem feitas e propiciava grande liberdade aos escritores. Prova disso é a rica e diversificada contribuição de Idácio de Chaves, que acrescentou elementos inéditos à forma e à composição do *Chronicon*, tornando sua contribuição algo completamente característico. Isso, por sua vez, exigiu do bispo um prefácio igualmente rico e diversificado em termos de construção de autoridade literária.

Se por um lado é verdade que dizer-se continuador de um historiador célebre na antiguidade clássica era uma maneira de conferir autoridade a uma obra recente (Marincola, 1997, pp. 237-241), por outro isso jamais ocorreu de maneira a transformar o texto em um todo contínuo, como é o caso do *Chronicon*. Além dos já mencionados, alguns continuadores, como a *Chronica Gallica* de 511 e Mário de Avenches, simplesmente assumem que a autoridade do texto se estende até suas contribuições e continuam a obra. Victor de Tununa apenas copia a curta fórmula introdutória de Próspero²⁵. João de Bicláro, seu continuador, e Marcelino Comes, solitário continuador de Jerônimo no Oriente, se limitam a breves prefácios nos quais homenageiam seus predecessores. O primeiro se contenta em declarar que os eventos narrados foram testemunhados por seus próprios olhos

²⁵ Comparemos os trechos:

“*Hucusque Hieronimus presbyter ordinem praecedentium digessit annorum. Nos quae consecuta sint adicere curauimus* (Pósp. *Epit. Chron.* 1166)”.

“*Hucusque Prosper vir religiosus ordinem praecedentium digessit annorum: cui et nos subiecimus.* (Victor de Tununa, MGH:AA, 11, p. 184)”.

ou dados a conhecer pelo testemunho de pessoas íntegras, talvez um eco de Tucídides (I, 22); o segundo se dá por satisfeito ao recorrer à autoridade conferida por sua posição social de homem claríssimo (*vir clarissimus*) e conde (*comes*).

Em suma, buscamos argumentar neste artigo que a questão da autoridade nas crônicas cristãs da antiguidade tardia só pode ser compreendida ao deixarmos de lado nossas concepções “românticas” de autoria e vislumbrarmos o *Chronicon* como uma obra colaborativa, tal qual os modernos *wikis* e o projeto *Creative Commons*. A construção da autoridade literária dentro dessa tradição se coloca, portanto, também de forma colaborativa, de modo que cada continuador escolhe, por força das circunstâncias em que se encontra, adicionar ou não ao texto coletivo mais uma “camada de autoridade”, extraída (e por vezes modificada) do repertório estabelecido pelos historiadores antigos.

Artigo recebido em 26.02.2018, aprovado em 07.03.2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Neri de B. e Della Torre, Robson M. G. A Historia Eclesiástica de Eusébio de Cesareia frente à tradição historiográfica clássica. In: Salomão, Igor T. e Bassi, Rafael (Orgs.). *A escrita da história na Idade Média*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 9-35.
- Barthes, Roland. *Image, Music, Text*. Essays selected and translated by Stephen Heath. Londres: Fontana Press, 1997.
- Burgess, Richard W. *The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- _____. The dates and editions of Eusebius' *Chronici Canones* and *Historia Ecclesiastica*. *The Journal of Theological Studies*, Oxford: University Press, vol. 48, no. 2, out. 1997, p. 471-504.
- _____. The Gallic Chronicle of 452: A New Critical Edition with a Brief Introduction. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer (Eds.). *Society and Culture in Late Antique Gaul. Revisiting the Sources*. Aldershot: Ashgate, 2001, p. 52-84.
- _____. Jerome Explained: An Introduction to his Chronicle and a Guide to its Use. *Ancient History Bulletin*. Northfield: St. Olaf College, vol. 16, 2002, p. 1-32.
- Burgess, Richard W. e Kulikowski, Michael. *Mosaics of Time, The Latin Chronicle Traditions from the First Century BC to the Sixth Century AD Volume I, A Historical Introduction to the Chronicle Genre from its Origins to the High Middle Ages*. Londres: Brepols, 2013.
- Fowler, Robert L. Mythos and logos. *The Journal Of Hellenic Studies*. Cambridge: University Press, v. 131, nov. 2011, p. 45-66.
- Gavallera, Ferdinand. *Saint Jérôme, sa vie et son œuvre*. Paris: Champion, 1922.
- Grafton, Anthony e Williams, Megan. *Christianity and the transformation of the book: Origen, Eusebius, and the library of Caesarea*. Londres: Harvard University Press, 2006.
- Hoffman, Raymond J. *Porphyry's "Against the Christians": The Literary Remains*. Oxford: University press, 1994.
- Kahlos, Maijastina. Seizing History: Christianising the Past in Late Antique Historiography. In: Isoaho, Mari (ed.). *Past and Present in Medieval Chronicles*. Helsinki: Helsinki Collegium For Advanced Studies, 2015. p. 11-33.
- Kraus, Manfred. Nothing to Do with Truth?: Εἰκός in Early Greek Rhetoric and Philosophy. In: Montefusco, Lucia Calboli (Org.). *Papers on rhetoric VII*. Roma: Herder, 2006, p. 129-150.
- Luce, Torry James. *The Greek Historians*. Londres: Routledge, 1997.
- Marincola, John. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- Mosshammer, Alden A. *The Chronicle of Eusebius and Greek Chronographic Tradition*. Lewisburg: Bucknell University Press, 1979.
- Muhlberger, Steven. Prosper's *Epitoma chronicon*: Was There an Edition of 443? *Classical Philology*. Chicago, University Press, vol. 81, no. 3, Jul., 1986, p. 240-244.

Selle, Hendrik. Open Content? Ancient Thinking on Copyright. *Revue internationale des droits de l'antiquité*. Paris: Bocard, no. 55, 2008, p. 469-484.

Zerubavel, Eviatar. *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*. Chicago: University Press, 2003.

A UTILIZAÇÃO DA ARQUITETURA POR OTÁVIO AUGUSTO NA CONSTRUÇÃO DO PRINCIPADO, DE 31 A.C. À 27 A.C.

Macsuelber de Cássio Barros da Cunha¹

RESUMO: No período que compreende o início do Principado, Roma foi palco de um extraordinário desenvolvimento e sofisticação no que concerne à arquitetura. Essa monumentalidade arquitetônica que se estabeleceu em Roma, teve em Otávio Augusto o seu maior idealizador, que se utilizou da arquitetura a fim de propagar uma imagem positiva de si e de seu governo. Tratamos neste trabalho sobre a forma como Augusto, entre os anos de 31 a.C. à 27 a.C., se utilizou da arquitetura, das construções e reconstruções de edifícios públicos para promover o engrandecimento da *Vrbs* e perpetuar seu nome e seus feitos na memória das futuras gerações. Dedicamos maior atenção ao ano de 29 a.C., quando Otávio Augusto regressou a Roma e após realizar seu triunfo consagrou alguns edifícios no Fórum Romano, promovendo uma verdadeira mudança topográfica neste espaço. Concentramos-nos também no ano de 28 a.C., quando Otávio empreende uma ampla restauração de mais de 80 templos, além de consagrar um novo templo dedicado a Apolo, no Palatino, demonstrando seu comprometimento com seus concidadãos e com os deuses, ressaltando ainda mais a *pietas* com que regia seus atos.

PALAVRAS-CHAVE: Otávio Augusto; Arquitetura; Principado; Propaganda.

ABSTRACT: In the period that includes the beginning of the Principate, Rome was the scene of an extraordinary development and sophistication with regard to architecture. This architectural monumentality that settled in Rome, had in Octavius Augustus its greater idealizer, so that this became a marked characteristic of its government. We deal in this work about the way in which Augustus, between the years 31 BC and 27 BC, used architecture, constructions and reconstructions of public buildings to promote the aggrandizement of *Vrbs* and perpetuate his name and his achievements in the memory of future generations. We devoted more attention to the year 29 BC, when Octavius Augustus returned to Rome and after realizing his triumph he consecrated some buildings in the Roman Forum, promoting a real topographic change in this space. We also focus on the year 28 BC, when Octavius undertakes a vast restoration of more than 80 temples, as well as consecrating a new temple dedicated to Apollo in the Palatine, demonstrating his commitment to his fellow citizens and to the gods, emphasizing even more the *pietas* with which he governed his actions.

KEYWORDS: Octavian Augustus; Architecture; Principate; Propaganda.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves. Desenvolve pesquisa em História Antiga sobre a arquitetura e a escrita do *De Architectura*, de Vitruvius, no período augustano. E-mail: macsuelber@hotmail.com.

Introdução

No ano de 31 a.C. ocorreu uma batalha decisiva entre Roma e Egito, ou mais precisamente entre Otávio Augusto² e seu antigo companheiro de triunvirato, Marco Antônio. Na batalha naval de Ácio, se destacou a figura de Agripa ao lado de Otávio Augusto e, acompanhando Marco Antônio, estava Cleópatra. Após enfrentamentos estratégicos, Otávio e Agripa conseguiram vencer, sem conseguir, contudo, impedir a fuga de Marco Antônio e Cleópatra. No ano seguinte, Otávio Augusto invadiu o Egito. Em 1 de agosto deu-se o último confronto com Antônio, em Alexandria, onde, após a derrota, Marco Antônio se suicidou. Cleópatra foi capturada e iria figurar no cortejo triunfal de Otávio se não tivesse, como conta Plutarco (*Antônio*, LXXXVI), se deixado picar por uma áspide.

A vitória em Ácio pôs fim aos tempos turbulentos pelos quais Roma havia passado; tempo de fome, de insatisfação de parte da população, tempo de proscricções e perseguições políticas, de enfrentamentos entre grandes personalidades de Roma, fossem eles enfrentamentos políticos, propagandísticos, ideológicos ou militares; enfim, tempos de guerra civil e todas as mazelas que ela traz a um povo. A vitória sobre Marco Antônio foi um momento decisivo e de extrema importância para Otaviano, vitória esta que foi amplamente utilizada para a construção e consolidação de uma memória sobre o início do governo do futuro Augusto.

Apesar de ter sido o fim da guerra civil e, portanto, uma vitória sobre um romano, tal fato não transparece de modo claro na memória³ que foi perpetuada a partir de então, pois podemos ver uma preocupação por parte de Otaviano e seu grupo de apoio em mascarar este fato, alardeando que a vitória foi sobre o Egito e os perigos que Cleópatra representaria para Roma, pelo menos de acordo com

² Convém ressaltarmos que, apesar de utilizarmos o nome Otávio Augusto no período tratado neste trabalho, o mesmo não era utilizado neste período, já que ele recebeu o título de Augusto apenas em 27 a.C. Do período que vai de 44 a.C. a 27 a.C. Otávio passou a adotar o mesmo nome de seu pai adotivo, de forma que alguns historiadores, para evitar confusões e com o propósito de diferenciação, optaram por chamá-lo nesse período como Otaviano, nomenclatura que também utilizamos ao longo do trabalho, embora o futuro *Princeps* nunca tenha usado esse nome para si.

³ Ao falar sobre a perpetuação de uma memória ou sobre a construção de uma memória, nos utilizamos neste trabalho, principalmente, daquilo que Joël Candau (2011, p. 23-24) chama de metamemória relacionada ao grupo. Para este autor, metamemória é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, sendo, portanto, “uma memória reivindicada, ostensiva”. Enquanto representação, a metamemória pode ser relacionada, em nível de sociedade, com a expressão *memória coletiva*, ou seja, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.

o que foi propagado nos anos anteriores à vitória de Otaviano. Tal preocupação em ocultar o fato de Otaviano ter derrotado outros romanos pode ser percebida tanto na literatura do período, como também, e principalmente, nas *Res Gestae* escritas anos mais tarde, na qual Otaviano omite o nome dos rivais romanos por ele derrotados, como Sexto Pompeu e Marco Antônio. Tal fato é importante, pois demonstra a manipulação e seleção do que deveria ser inscrito na memória dos vindouros. A propaganda utilizada então pode ser definida como:

a construção e a difusão sistemática de mensagens, através de vários suportes disponíveis, destinadas a um público difuso [...], e visando criar uma imagem positiva de determinados fenômenos, articular uma imagem do governante e estimular determinados comportamentos ligados à adesão dos súditos a este governante (Gonçalves, 2013, p. 46).

Pensando nisso, temos como objetivo tratar da utilização da arquitetura por Otávio e seu grupo de apoio, após sua vitória em Ácio, como uma ferramenta de propaganda que visava criar uma imagem positiva do futuro Augusto e de seu governo; imagem na qual Otaviano figurava como aquele que havia restaurado a paz, após colocar fim às guerras civis. Para tratar acerca disso, damos maior atenção às atitudes de Otávio com relação à arquitetura, ao ano de 29 a.C., ano de seu regresso a Roma e ao ano de 28 a.C., quando ele teria reconstruído diversos templos em Roma.

O Retorno do Triunfador em 29 a.C e as Construções no Fórum Romano

A propagada e festejada vitória em Ácio e Alexandria rendeu ao general vitorioso diversas honrarias⁴ concedidas pelo Senado.

As honras dadas a Otaviano após as vitórias sobre Antônio e Cleópatra em Ácio e Alexandria foram numerosas e acentuam tanto a grande importância de ambas as vitórias quanto de Otaviano, o provedor da vitória e da paz após a guerra civil e, esperançosa-

⁴ De acordo com Lange, “As honrarias eram uma parte importante do estado romano, e mais ainda durante o Triunvirato e o Principado. Elas eram usadas para negociações entre *Princeps* e seus sujeitos, mostrando lealdade, gratidão e apoio. O *Princeps*, por outro lado, teve que mostrar modéstia ao não aceitar todas, mas ao mesmo tempo sem ser ingrato” (Lange, 2009, p. 125).

mente, provavelmente não apenas num nível ideológico e político, o portador da normalidade à *Res Publica* após uma turbulência. A ideologia deu aos romanos algo que eles queriam: paz – paz depois da guerra civil (Lange, 2009, p. 125).

Uma dessas honrarias conferidas pelo Senado, e que possuiu grande poder simbólico, foi o decreto para que as portas do Templo de *Janus* fossem fechadas. Este pequeno templo que se localizava no Fórum estava estritamente conectado com as noções de guerra e paz.

De acordo com Lawrence Richardson (1992, p. 207-208), a partir das fontes, sabe-se que o templo de *Janus* se localizava próximo ao ponto onde se iniciava o *Argiletum*⁵ no Fórum Romano. Existem várias versões sobre sua fundação; numa delas o templo teria sido construído por Rômulo e *Titus Tatius* em conjunto para mostrar a união das duas comunidades; no entanto, a versão mais difundida no período era a de que o templo havia sido fundado por Numa *Pompilius*. Sua estreita relação com guerra e paz se dava pelo fato de que, quando Roma estava em guerra, as portas do templo estavam abertas e quando Roma estava em paz, as portas do templo estavam fechadas. As portas do templo se mantiveram fechados ao longo do reinado de Numa; depois se fecharam novamente no período da Primeira Guerra Púnica; e pela terceira vez após a vitória de Otaviano.

Ainda segundo Richardson (1992, p. 207-208), a partir das moedas em que o templo foi retratado,⁶ podemos dizer que o mesmo parece ter tido uma pequena estrutura retangular de duas paredes longas de alvenaria sob uma ampla janela coberta por um conjunto de grades relativamente alto. Em uma extremidade são mostradas portas duplas emolduradas por colunas e uma estrutura arqueada. Presumivelmente, havia portas semelhantes na extremidade oposta. Não há indicações de um telhado, e presume-se que não havia nenhum. A antiga estátua de bronze do deus que acredita ter sido dedicada por Numa apresentava-se como um homem, mas com dois rostos idênticos voltados em direções opostas.

⁵ *Argiletum* era a principal via de acesso que conectava a praça central do Fórum e Suburra, passando entre a Cúria Julia e a Basílica Emília, antes da construção dos Fóruns Imperiais.

⁶ Por exemplo, no sestércio cunhado em Roma em cerca de 66 d.C. (RIC I 326), no qual vê-se no anverso a efígie laureada de Nero com a inscrição IMP NERO CLAVD CAESAR AVG GER P M TR P P P; e no reverso o templo de *Janus* visto em perspectiva para a direita, com janela gradeada e guirlanda pendurada sobre as portas duplas fechadas, em torno do templo vemos a inscrição PACE P R TERRA MARIQ PARTA IANVM CLVSIT, S C.

De acordo com Dion Cássio (*História Romana*, LI, 20), das diversas honrarias concedidas a Otaviano após suas vitórias, o fechamento das portas do templo de *Janus* seria a que mais o agradou. O próprio Otaviano fez questão de imortalizar este feito, demonstrando a importância que tal acontecimento teve em seu governo e a relevância do mesmo na memória que ele queria deixar registrada sobre si, de modo que registrou nas *Res Gestae*:

Era a vontade de nossos antepassados que as portas de *Janus Quirinus* fossem fechadas quando as vitórias garantissem a paz por terra e pelo mar em todo o Império do povo romano; desde a fundação da cidade até o meu nascimento, a tradição registra que foram fechadas apenas duas vezes, mas enquanto eu fui o *Princeps*, o Senado decretou que deveriam ser fechadas em três ocasiões (*Res Gestae Diui Augusti*, XIII).

Segundo Carsten H. Lange (2009, p. 144), uma possibilidade para a ausência de fechamentos de 235 a.C. a 29 a.C. pode sugerir que a ideologia do fechamento do templo não era geralmente reconhecida, outra é que o templo só se tornou um símbolo de paz com o futuro Augusto, embora algumas fontes destaquem a guerra mais do que a paz. Para este autor os três decretos para o fechamento das portas do templo no governo de Augusto, sugerem que, por trás do fechamento, não havia a ideia de uma paz duradoura; segundo ele, Varrão não menciona a palavra "paz", mas diz que as portas estavam sempre abertas, exceto quando não havia guerra em parte alguma. Lange conclui afirmando que o destaque dado para o lado pacífico do templo de *Janus*, a menção de paz e não guerra, parece uma invenção de Augusto.

Portanto, Otávio se utilizou desta honraria concedida pelo Senado para sublinhar sua imagem de restaurador da paz, ao derrotar os que, de acordo com seu discurso, ameaçavam Roma.

As portas fechadas do Templo de *Janus* simbolizam bem o papel de Otaviano. De todos os generais dos anos 40 e 30 a.C., ele sozinho conseguiu trazer a paz para a cidade no Tibre; ele sozinho tinha vingado César e lutado contra a ameaça do mal representada pelo Egito. Em 29 a.C., Otaviano ficou como o campeão da tradição romana e de Roma como sua personificação. Mesmo ocupado em batalhas a quilômetros de distância, ele explorou o patrocínio dos edifícios em Roma como um meio para legitimar sua herança política de Júlio César e estabelecer seu próprio valor como um triunfador individual e um campeão das tradições romanas (Favro, 2008, p. 102).

Essa é, portanto, a autoimagem que Otaviano começou a moldar e propagar em seu governo. Não se sabe ao certo a data do fechamento das portas do templo de *Janus*. O mais provável é que tenha ocorrido antes da volta de Otaviano para Roma em 29 a.C., de forma que depois deste acontecimento memorável é que Otávio chegou a Roma e comemorou seu triplo triunfo⁷ com toda a pompa necessária para uma procissão tão especial e marcante na vida de um general e suas tropas. Seu triplo triunfo, sobre Ilíria, Alexandria e Ácio, foi um acontecimento magnífico, no qual a população pôde observar a grandeza de Otávio Augusto e a enorme riqueza que este trazia como butim de guerra. Pôde-se ver também uma representação (*simulacrum*) de Cleópatra, bem como seus filhos sobreviventes, Alexandre Hélio e Cleópatra Selene.

Atrás deles estava Otaviano, no carro tradicional puxado por quatro cavalos, e vestido com uma toga bordada com ouro e uma túnica com flores. Na cabeça levava uma coroa de louros, o símbolo da vitória. Normalmente, um general vitorioso seguia atrás dos detentores dos cargos do Estado e do Senado, porém, nesta ocasião, Otávio Augusto foi primeiro, em uma clara demonstração de seu predomínio político (Everitt, 2008, p. 243).

Desta forma, ao cruzar o Fórum Romano, as pessoas envolvidas na procissão puderam lançar o olhar ao pequeno templo de *Janus* e se lembrar do recente fechamento de suas portas associado ao fim das guerras e à paz trazida pela vitória de Otaviano.

Dias depois da realização da procissão triunfal, importantes edifícios localizados no Fórum Romano foram consagrados por Otávio Augusto. A consagração de tais edifícios foi um acontecimento de grande importância e relevância, marcando uma das primeiras medidas adotadas por Otaviano em 29 a.C. Tais medidas estavam intimamente relacionadas com a importância que a arquitetura desempenhou no governo de Otávio, servindo como estratégia política na criação e perpetuação de uma imagem positiva daquele que havia acabado com as guerras

⁷ Os triunfos eram cerimônias grandiosas, uma procissão ritual, em que o vitorioso líder desfilava através das ruas da cidade, à frente de suas tropas, apresentando seus espólios e seus prisioneiros para a população. Ele adentrava a cidade pelo portão triunfal, esplendidamente vestido e sobre uma quadriga (Beard *et al*, 1998, p. 44). Os triunfos se iniciavam no Campo de Marte, o deus da guerra, e além do comandante vitorioso e suas legiões, contava também com a presença de senadores, músicos e dos animais que seriam sacrificados no lugar de destino da procissão, o Capitólio (Everitt, 2008, p. 52-53).

civis e com a ameaça oriental. A escolha do Fórum como o primeiro lugar a receber a atenção de Otaviano é expressiva, haja vista a importância simbólica, política e religiosa que o fórum desempenhou na Antiguidade.

O Fórum Romano era o coração de Roma, centro de poder onde se desenvolviam importantes atividades comerciais, políticas, religiosas, judiciais, de entretenimento, de sociabilidade, etc. Se constituía num amplo espaço aberto circundado por locais para comércio (*tabernae*), templos e outros edifícios públicos.

O Fórum foi estabelecido desde o início como o centro político e simbólico da cidade republicana, que passou a ser a capital da Itália no terceiro século a.C., dominando o mundo mediterrânico através da guerra e da conquista no próximo século. O Fórum foi um espaço público para uma variedade de atividades, incluindo reuniões políticas, distúrbios, combates de gladiadores e funerais (Watkin, 2009, p. 20).

Lewis Mumford (1998, p. 244) conta que, de acordo com a tradição, Roma era constituída pela união de várias tribos estrangeiras nas colinas próximas, lideradas pelos romanos situados no monte Palatino e que o símbolo desta união foi a fundação de um mercado comum a todos, o fórum, com um lugar de assembleia (*comitium*), que era também usado nos primeiros tempos para luta de gladiadores e disputas atléticas, sendo um templo, sem dúvidas, parte essencial e original do fórum.

Segundo Richardson (1992, p. 170-175), no início, o mercado provavelmente contava com simples bancas ao longo do que se tornou o *Vicus Iugarius*, onde os agricultores e pastores da cidade Palatina vendiam provisões; o local onde se desenvolveria o fórum possuía solo pantanoso, de modo que o real uso do vale parece ter começado com a canalização e o controle da Cloaca, e com o fórum seco e seguro, edifícios monumentais surgiram abaixo do *Vicus Iugarius*. Este mercado de Roma, com o tempo, evoluiu para o centro de negócios da cidade republicana. Os templos de Saturno e Castor foram dedicados nos primeiros anos da República. O *Comitium*, consagrado às assembleias públicas, eleições e legislação, ocupava a parte norte do Fórum, ligado à Cúria do lado norte. O Fórum também foi durante muito tempo o cenário de cerimônias e jogos. No século II a.C. foram construídas as Basílicas Pórcia, Fúlvia e Semprônia. A conversão do Fórum em um centro puramente cívico foi provavelmente não muito anterior ao

tempo de Otaviano. No tempo de Sula foi construído o *Tabularium* no monte Capitolino, atrás do templo da Concórdia. A próxima grande obra no Fórum foi a de Júlio César em conexão com um esquema elaborado para reconstruir todo o complexo Comício/Cúria e as duas grandes basílicas.

De acordo com Diane Favro (1988, p. 17-19) em um breve artigo intitulado “The Roman Forum and Roman Memory”, o Fórum Romano, como um ponto focal para energia comunal, não era apenas um espaço aberto em Roma. Ele era um receptáculo da consciência coletiva, de modo que durante a República cada vida romana girava em torno do Fórum; além disso, com todos seus monumentos e edifícios, o Fórum Romano poderia fornecer uma verdadeira aula sobre a história republicana, já que “cada construção, cada espaço, cada pedra tinha uma história e uma moral, cada indivíduo nomeado ou retratado levantava-se como exemplar”.

Pierre Gros (2002, p. 207) também trata sobre a importância que a memória desempenhava nos fóruns antigos ao dizer que a concentração de edifícios religiosos e administrativos, tanto quanto de monumentos comemorativos e inscrições honoríficas, fez do fórum um verdadeiro *monumentum*, um “lugar de memória”, mas de uma memória que é a condição mesma do funcionamento das instituições da vida da comunidade.

David Watkin (2009, p. 16) nos esclarece que ao longo da história romana, o vínculo entre religião e poder foi demonstrado pelos líderes políticos que fundaram templos para enfatizar sua autoridade; o Fórum Romano foi o lugar-chave desta exibição simbólica. Tais edifícios podem ser financiados pelos frutos das campanhas militares e ser ofertas de agradecimento aos deuses, bem como fixar na memória a história romana e aumentar o prestígio de Roma.

Não é de se admirar, portanto, que o Fórum Romano tenha sido passagem obrigatória para as procissões triunfais, ou que Otaviano tenha dedicado tanta atenção a este centro simbólico da cidade, que dentre os principais edifícios,

podemos citar: o templo de Saturno,⁸ o erário da cidade; o templo de Vesta,⁹ templo circular onde era mantido o fogo sagrado da cidade; os templos da Concórdia e de Castor e Pólux; a Cúria;¹⁰ a Régia;¹¹ as basílicas¹² Emília e Júlia; e o cárcere.¹³

Este complexo também reflete a ideologia que seria desenvolvida por Otaviano, que se baseou na manutenção de um delicado equilíbrio entre continuidade e inovação – uma conexão com o passado republicano e reconhecimento de um grande futuro imperial (Sumi, 2011, p. 205).

Sendo assim, o Fórum Romano, ou Fórum Magno, após ter sido palco da cerimônia de fechamento das portas do templo de *Janus*, simbolizando o fim das guerras; e após ter recebido a procissão do triplo triunfo de Otaviano, entre os dias 13 e 15 de agosto de 29 a.C., deu lugar a mais cerimônias e festejos, nas quais Otávio Augusto teve papel de destaque, e tudo isso apenas 3 dias após seu triplo triunfo, mostrando com isso a importância que tais atos desempenharam para a figura pública de Otaviano, já que foram as primeiras coisas a serem feitas após a sua chegada a Roma. Passamos agora a tratar sobre os edifícios inaugurados por Otaviano no Fórum Romano, começando pelo templo dedicado ao seu pai adotivo.

O templo do *Diuus Iulius* foi prometido e iniciado ainda no tempo do triunvirato e, portanto, de responsabilidade não só de Otaviano, como também de Antônio e Lépido. No entanto, Otaviano em suas *Res Gestae* escreve que tal templo é uma construção sua, sem mencionar o nome dos outros dois, de modo a passar para a posteridade que tal obra era um feito unicamente seu (*Res Gestae Diui Augusti*, XIX).

⁸ É provável que tenha sido construído no começo da República. O templo continha o tesouro do estado, o *Aerarium Populi Romani* ou *Aerarium Saturni*.

⁹ De acordo com a tradição, o templo de Vesta foi construído pela primeira vez por Numa Pompílio, fundador da ordem das Vestais.

¹⁰ Edifício no qual se reuniam os Senadores.

¹¹ Pequeno edifício que ficava do lado leste do Fórum *Romanum* entre a Via Sacra e o Templo de Vesta. Teria sido construído por Numa, que vivia nela ou a usava como sede. Também se diz que foi a casa do *Pontifex Maximus*, embora no período histórico ninguém pudesse ter vivido na Régia, pois era um *templum* consagrado contendo *sacraria*. A casa real do *Pontifex Maximus* era provavelmente a *Domus Publica*, ligada ao *Atrium Vestae* (Richardson, 1992, p. 328).

¹² As basílicas serviam especialmente como salas de negócios, os lugares onde os banqueiros montaram suas mesas e coisas do gênero. Local privilegiado para a realização de tribunais. O espaço livre fornecido pelas basílicas estimulou a expansão de seu uso (Richardson, 1992, p. 50).

¹³ A única prisão pública de Roma. Não era um lugar de longa prisão, simplesmente um lugar de detenção, e especialmente o lugar onde os condenados de crimes capitais eram executados.

O templo de César, construído no local de sua cremação, se localizava no lado leste do Fórum Romano (Figura 01), em estreita ligação com a Régia, e ligou o novo deus com os reis antigos e com as formas oficiais da atual religião do estado, devido à importância da Régia neste aspecto. Os despojos da conquista do Egito foram usados como rica decoração interior, que incluiu a famosa pintura de Vênus *Anadyomene*, do mestre grego *Apelles*. A importante localização do templo e o alto pódio exibiram proeminentemente uma colunata coríntia para o público romano, e este exemplo inicial de estilo imperial, escondendo as paredes antigas e irregulares da Régia, deu ao Fórum um elegante novo término a leste. O Templo de César e a Régia tornaram-se parte do mesmo complexo, dando conceitualmente a César uma posição proeminente tanto no panteão romano como no governo imperial sob sua proteção (Gorski e Packer, 2015, p. 85).

Apesar de aparecer nas moedas¹⁴ como um templo tetrástilo, a partir das descobertas arqueológicas sabe-se que o templo era hexástilo.¹⁵ De acordo com Vitruvius (*De Architectura*, III, 3, 2) o templo era picnostilo.¹⁶ Tanto o pronaos¹⁷ quanto a cela¹⁸ eram retângulos largos de igual profundidade. A partir de fragmentos que nos chegaram, se deduz que a ordem era Coríntia. A estátua de culto representava César com uma estrela (o *Sidus Iulium*) acima de sua cabeça. “Além disso, a cela do templo, com suas portas mais largas e a frente mais aberta, foi projetada menos como um santuário e mais como um espaço de exibição para a estátua de culto” (Sumi, 2011, p. 221).

¹⁴ Em moedas de ouro (RRC 540/1) cunhadas por Otaviano, nas quais em seu averso podemos ver a sua efígie, em torno da qual se encontra a inscrição IMP· CAESAR· DIVI· F· III· VIR· ITER· R· P· C, *Imperator* César, filho de um *Divus*, Triúviro pela segunda vez para a manutenção da República. No reverso vemos a imagem de um templo tetrástilo sobre um pódio; no interior do templo pode-se ver uma figura velada, que deve ser a representação da estátua cultual, segurando um *lituus* na mão direita; no tímpano do templo vemos a representação do cometa (*Sidus Iulium*) e na arquitrave a inscrição DIVO·IVL, Divino Júlio; ao lado esquerdo do templo vemos um altar; em torno do qual encontra-se a inscrição COS·ITER·ET·TER·DESIG, Cônsul pela segunda vez e designado para um terceiro consulado.

¹⁵ Com seis colunas frontais.

¹⁶ “Picnóstilo é o templo onde se pode preencher o intercolúnio com um diâmetro e meio de coluna, como acontece no templo do *Divus Iulius*, no templo de Vênus no Fórum de César e em outros que dessa feição se encontram planeados” (Vitruvius. *De Architectura*, III, 3, 2).

¹⁷ Era a antecâmara do templo que antecedia a cela.

¹⁸ Era a estrutura central do templo, na qual ficava a estátua da divindade.

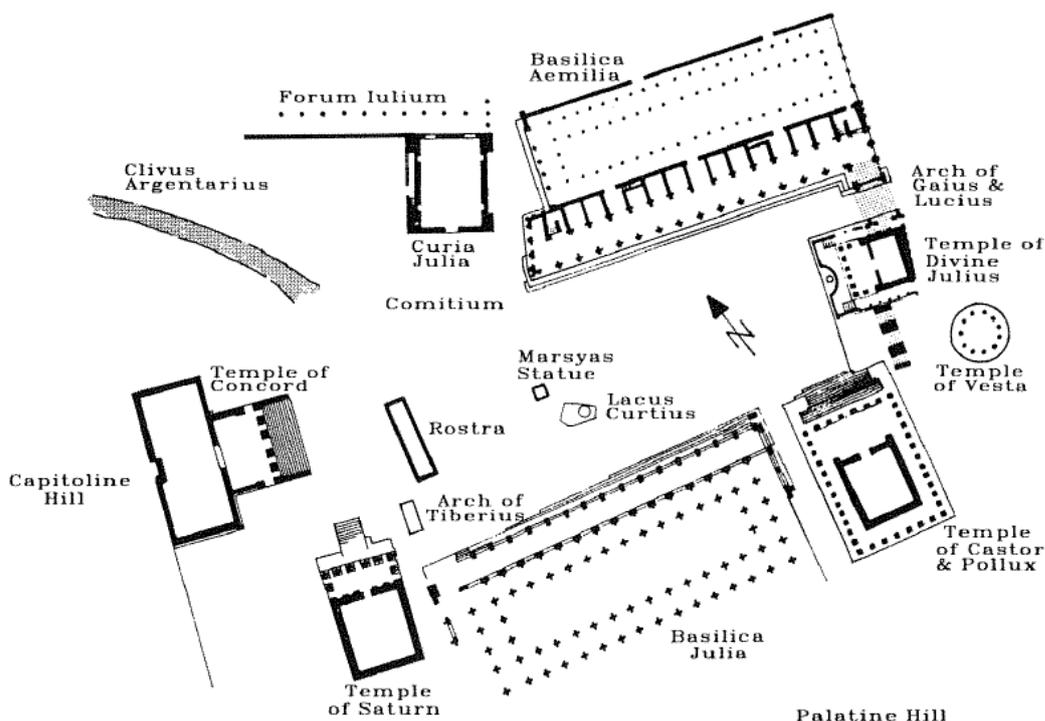


Fig. 1: Fórum Romano, por volta de 20 d.C. (Favro, 1988, p. 19)

A configuração do templo é bastante interessante, pois, como era costume na construção de templos em Roma, o templo de César ficava no alto de um pódio, mas sua escadaria de acesso não ficava em frente ao pódio e sim nas laterais.¹⁹ Com isso, a parte frontal do pódio ficou livre para que Otávio orgulhosamente dispusesse os *rostra* dos navios da batalha em Ácio. Com isso, o templo prestava as devidas honras ao nome de Júlio César, que tinha ascendido à categoria de *Diuus*, junto a isso o templo exaltava o nome e a *pietas* de Otaviano, o *diui filius*; mas o templo também serviu como um *monumentum* à vitória em Ácio, comemorando o fim das guerras civis e o estabelecimento da paz, exaltando a imagem do mais recente triunfador.

Além disso, como lembra Sumi (2011, p. 222), o templo do *Diuus Iulius* estava diretamente em frente à principal plataforma de oradores do Fórum, a *Rostra Augusti*, e a decoração da parte frontal do pódio do templo com os *rostra* de navios capturados em Ácio respondia tematicamente aos *rostra* dispostos na

¹⁹ De acordo com Gilbert Gorski e James Packer (2015, p. 86), durante o governo de Otaviano, o templo passou por três estágios. No primeiro, uma escada paralela a cada lado do pódio levava à plataforma do orador. O nicho semicircular no centro do pódio emoldurou um altar, e uma escada central levou desde o pódio ao pórtico e à cela. No segundo período, Otaviano ampliou o pódio, moveu as escadas do pódio para as extremidades da fachada da *Rostra*, fechou o nicho do altar e instalou os esporões dos navios da batalha em Ácio. Na terceira fase, uma arcada de um andar emoldurou os lados e a parte de trás do templo.

Rostra *Augusti*, forjando, assim, não apenas uma ligação visual entre a nova Rostra e a antiga, mas também uma conexão ideológica: ambas as plataformas preservavam os despojos das vitórias navais que salvaram a República, e assim equipararam as conquistas do novo regime com as da antiga República.

A *Rostra Augusti* localizada no lado oeste do fórum teria sido iniciada por Júlio César, em substituição à Rostra que ficava junto ao *Comitium*, em frente à Cúria Hostília.²⁰ Otaviano foi o responsável por terminar a Rostra e decorá-la com os *rostra* dos barcos de Ácio.

A outra construção no Fórum Romano iniciada por César e concluída por Otaviano, e que também foi inaugurada neste ano de 29 a.C., foi a Cúria Júlia. Tal edifício foi iniciado por César no início de 44 a.C., em substituição à Cúria Hostília que havia sido demolida. Otaviano igualmente dedicou um altar e uma estátua à deusa Vitória. Junto à Cúria que Otaviano concluiu, estava também o *Chalcidicum*, um pórtico ligado à frente da Cúria, que ficava voltada para o Fórum Romano. A parte traseira da Cúria se ligava aos pórticos que cercavam o Fórum de César.

Outro importante edifício do Fórum Romano, que também foi iniciado por César e concluído por Otávio, embora não tenha sido dedicado em 29 a.C., é a Basílica Júlia. O grandioso edifício foi iniciado por Júlio César para substituir a Basílica Semprônia de 170 a.C., provavelmente por volta de 54 a.C., com os despojos das guerras Gálicas, e dedicado inacabado em 46 a.C., de modo que após a morte de César, Otaviano termina a construção.

Percebe-se, assim, que neste período de transição entre a República e o Principado, ocorreu uma verdadeira mudança topográfica do Fórum Romano, coração da cidade e essencialmente um lugar de memória. Tal mudança, iniciada por César e concluída por Otaviano, colocava este último em lugar de destaque, exaltando a figura do general vitorioso que pôs fim às guerras civis, sendo perpe-

²⁰ A Cúria Hostília teria sido construída por Túlio Hostílio, juntamente com a área de votação (*Comitium*) para a primeira assembleia popular de Roma. Em 81 a.C. foi reconstruída por Sula. Em 52 a.C., Fausto Sula restaurou a Cúria. Alguns anos mais tarde foi novamente demolida e no início de 44 a.C. o Senado atribuiu sua reconstrução a César, que deu início à construção da nova Cúria alinhada com a colunata do seu novo Fórum, do qual falamos mais à frente (Gorski e Packer, 2015, p. 117-119).

tuado na memória como o restaurador da paz. Sua imagem se ligava à nova divindade do panteão romano, ao *diuus Iulius*, seu pai adotivo e iniciador de tais reformas arquitetônicas.

Para Zanker (2005, p. 103-106), a reestruturação do Fórum Romano ofereceu um exemplo demonstrativo de como Otaviano ocupou a cidade com seus edifícios e os signos de sua vitória, visto que os novos edifícios inaugurados eram ricamente decorados com motivos que se ligavam à vitória de Ácio. De acordo com Sumi:

Uma das primeiras tarefas de Otaviano após Ácio era completar a nova topografia do *Forum Romanum* que César tinha iniciado. A consagração da Cúria Júlia topograficamente marcou o fim de uma era ao completar a nova orientação do Fórum, com a Cúria, um símbolo do poder e prerrogativa senatorial – na verdade, um símbolo da própria República – que virou-se para a nova *Rostra Augusti*. [...] A remoção da Rostra para longe da Cúria separou o orador topograficamente e simbolicamente da influência do Senado. [...] A nova topografia do Fórum insinua uma redefinida distribuição de poder político sob o Principado (Sumi, 2008, p. 223).

A nova configuração do Fórum Romano enaltecia César e Otaviano, tornando suas imagens ostensivamente presentes em diversos pontos do fórum por meio das histórias às quais cada edifício se ligava, tornando memoráveis o nome e os feitos de seus idealizadores, de tal forma que uma pessoa que se posicionasse no centro do amplo espaço aberto do Fórum Romano podia ver obras relacionadas a César/Otaviano nos quatro lados que cercavam este espaço retangular. Em um dos lados, erguia-se a magnífica e grandiosa Basílica Júlia, uma das maiores construções do fórum; no lado oposto, ao lado da belíssima Basílica Emília, se encontrava a Cúria Júlia; no outro lado, no extremo oeste do Fórum, achava-se a importante *Rostra Augusti*, decorada com os *rostra* dos barcos de Ácio; e do lado oposto, no extremo leste, erguia-se o mais novo templo do Fórum, dedicado à mais nova divindade cultuada em Roma, o divino Júlio César, pai de Otávio, templo este que também lembrava a batalha em Ácio. Deste modo, associações com Otaviano poderiam ser vistas dos quatro lados do fórum, por meio de importantes construções (fig. 1).

Como podemos ver, Otaviano se utilizou da arquitetura, das construções e reconstruções de edifícios públicos e da mudança na topografia do Fórum para assegurar que uma imagem positiva de si fosse transmitida à população.

A Utilização da Arquitetura para o Engrandecimento da Urbs

Otávio Augusto, portanto, se utilizou da arquitetura nos anos posteriores à sua vitória naval de modo a promover o engrandecimento da *Vrbs* e conferir a ela importantes edifícios públicos que serviam para propagar o seu nome e seus feitos. Evidentemente não podemos deixar de dizer que a utilização da arquitetura para o enaltecimento de Roma já era uma prática comum antes de Otávio Augusto, em virtude de que tais empreendimentos elevavam o prestígio daqueles que propiciavam tais obras para a cidade. Este aspecto pode ser visto, por exemplo, no que concerne à construção de templos, pois, de acordo com Eric Orlin (2002, p. 67), na obra intitulada *Temples, Religion, and Politics in the Roman Republic*, os generais, ao prometerem e construírem templos durante a República, poderiam criar a imagem de um indivíduo que colocava os interesses do Estado acima dos interesses próprios, visto que a construção de um templo servia aos “melhores interesses do Estado”. Ainda com relação à construção de templos, podemos citar Adam Ziolkowski (1992, p. 307) que, ao longo de sua obra, demonstra como a construção de templos foi amplamente utilizada durante a República, em especial a partir do quarto século a.C., pois, segundo este autor, mais de 50 templos foram construídos entre 396 e 219 a.C. e cerca de 35 foram construídos entre 218 e 50 a.C.

Apesar deste grande número de construções durante a República, alguns autores defendem que tais empreendimentos não se comparam com os feitos de Otávio Augusto durante seu governo. Diane Favro (2007, p. 235), por exemplo, defende que antes do fim do primeiro século a.C., esforços para o engrandecimento de Roma foram episódicos e que mesmo as magníficas obras arquitetônicas erguidas por generais durante o segundo e primeiro séculos a.C. tiveram um impacto coletivo limitado, não conseguindo transformar Roma. “Apenas quando o poder se concentrou sob um homem que a preocupação com a imagem urbana de Roma como um todo começa a ser abordada. Júlio César foi um dos primeiros a pensar globalmente sobre Roma” (Favro, 2007, p. 235). Numa perspectiva semelhante trabalha Valerie Hope, ao afirmar que:

Foi durante o primeiro século antes de Cristo, contudo, e nas mãos de proeminentes homens como Sula, Pompeu e Júlio César, que a cidade cada vez mais ganhou os símbolos

físicos de poder. Competição aristocrática encorajou tais homens a embelezar Roma como um meio de aumentar seu próprio prestígio (Hope, 2005, p. 65).

Sob este mesmo prisma está o trabalho de Claudia Beltrão (2006, p. 144), ao afirmar que o interesse pelas construções e inovações do espaço público religioso – e que demonstrava o quanto os romanos eram cuidadosos e preocupados com a sua vida religiosa, era algo que já estava presente nas gerações anteriores, porém se desenvolvendo agora em uma escala espetacular:

Nesta expansão e reconstrução de Roma, templos e monumentos religiosos tiveram um papel predominante. Em termos gerais, um magnífico dispêndio de tempo, dinheiro e esforço foi posto em monumentos religiosos tanto antes como depois da “queda da República” e do estabelecimento do novo regime. Não é exagero dizer que a competição entre os líderes políticos da República tardia travou-se, em grande medida, em termos da linguagem religiosa (Beltrão, 2006, p. 144).

Deste modo, Otávio Augusto deu continuidade a uma tradição que César, entre outros, já havia utilizado em grande medida. Porém, na época em que César empreendeu o melhoramento de Roma através da arquitetura, criou-se o rumor de que ele, assim o fazendo, demonstrava que a cidade não era boa o suficiente para ele, e seu relacionamento com Cleópatra agravou ainda mais tais rumores. Pairava no ar o receio de que o centro do poder deixasse Roma em direção de Alexandria. Desta forma, quando ele foi assassinado em 44 a.C., muitas de suas obras ainda não haviam sido concluídas.

Rumores semelhantes giraram em torno de Marco Antônio e seu relacionamento com Cleópatra, muitos dos quais eram propagados pelo próprio Otávio Augusto de modo a difamar seu oponente. Um dos fatos que foi utilizado por Augusto como uma propaganda negativa contra Marco Antônio foi o testamento deixado por este com as Vestais e que expressava seu desejo de ser enterrado junto a Cleópatra. Esta informação foi propagada por Otávio Augusto de modo a criar uma imagem positiva de si próprio, na medida em que atacava a imagem do outro e que passava uma imagem do outro enquanto traidor dos costumes próprios de Roma.

A preservação da centralidade de Roma e a garantia do elusivo fenômeno da identidade Romana continuaram a ser o ponto de manipulação nos anos finais da República. Otaviano, o jovem herdeiro de Júlio César que foi mais tarde nomeado Augusto, alinhou-se

com a cidade e todas suas tradições. A propaganda de Otaviano contrapôs isso com a deslealdade de seu oponente Antônio que caiu sob a influência oriental de Cleópatra e da realeza (Hope, 2005, p. 72).

Em razão disso outra medida que Otaviano tomou em 29 a.C., foi iniciar a construção de seu mausoléu, como forma de deixar claro sua intenção de ser enterrado em Roma, afastando assim qualquer possibilidade de que acontecesse com ele o mesmo que aconteceu com César e com Antônio. Seu mausoléu era “um contraste agudo ao desejo de Antônio, uma afirmação arquitetural que garantia a presença contínua de Otávio Augusto em Roma, após sua morte, e declarava que a capital não poderia ser movida” (Haselberger, 2007, p. 50). O mausoléu de Otávio Augusto teria na época 87 metros de largura e quase 40 de altura. Era uma gigantesca obra arquitetônica localizada no Campo de Marte, demonstrando a riqueza, a grandeza e o poder do seu patrono.

Desta forma, Otaviano dava continuidade, nestes primeiros anos sem Antônio, à incrível empreitada cujo resultado seria transformar Roma em uma cidade digna de ser a capital de um vasto império territorial. Ele “converteu Roma em um lugar digno tanto do Imperador quanto do Império, embelezando e melhorando a cidade” (Hope, 2005, p. 75). Por meio da arquitetura, Otaviano promoveu o engrandecimento de Roma e a propagação de uma imagem positiva de si e de seu governo.

A Importância da Arquitetura Religiosa

Em 28 a.C., Otávio Augusto recebeu o título de *Princeps*, título este que deu origem ao termo “Principado” que passou a nomear a forma de governo que se iniciou com ele, mas, apesar de usarmos este termo, Erich Gruen (2007, p. 33-34) esclarece que este conceito, em referência à forma de governo, só se tornou de uso comum após Augusto, de tal modo que em seu tempo o termo não era utilizado do mesmo modo que, por exemplo, na época de Tácito. Otaviano, quando se refere a si como *Princeps*, se utiliza do vocábulo que já era usado na República e que era “uma designação de figura influente, um sinal de estima e autoridade”.

Neste mesmo ano, ele buscou demonstrar ainda mais fortemente sua *pietas* e seu compromisso com a religião e com o *mos maiorum*, ao empreender um

grande esforço de restauração religiosa, no qual dentre as tarefas realizadas estava a de restaurar os antigos templos localizados na *Urbs*, que haviam ficado relativamente abandonados por aqueles que deveriam cuidar de tais obras, devido principalmente aos problemas advindos das guerras civis. Posteriormente, Horácio escreveu no terceiro livro das *Odes* que os romanos pagariam pelos erros de seus ancestrais até que cada templo em ruínas fosse restaurado (Horácio *Carminum*, III, 6). Tito Lívio, outro contemporâneo de Augusto, deixa entrever no livro quarto de sua obra este importante papel de Otávio Augusto enquanto restaurador dos antigos templos, tratando-o como “fundador ou restaurador de todos os santuários” (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, IV, 20, 7).²¹

Tais reformas eram realizadas com o objetivo de ressaltar ainda mais a tradição romana, visto que os templos eram restaurados de modo a continuar com todas as características arcaizantes que lhes eram próprias, com os materiais costumeiramente utilizados na tradição arquitetônica itálica e com o mesmo estilo que possuíam antes das restaurações. Zanker (2005, p. 286) assinala que um estilo arcaico era utilizado já desde o século V a.C. para determinadas funções religiosas e que, durante o governo de Otaviano, estas formas arcaicas, que representavam uma antiga tradição, floresceram e tinham, então, uma “singular irradiação religiosa”.

Com relação especificamente à restauração destes templos, o próprio Augusto declarou: “Reformei oitenta e dois templos dos deuses na *Vrbs* em meu sexto consulado e pela autoridade senatorial, nada negligenciando do que era, então, preciso reformar” (*Res Gestae Divi Augusti*, XX).

Essas restaurações não faziam parte da ambiciosa transformação de Roma de uma cidade de tijolos para uma cidade de mármore, pois tais restaurações com a permanência da aparência original podem facilmente ser tomadas como demonstrando o sentido de Otávio Augusto de *religio* (Galinsky, 1998, p. 295), ou seja, manter uma ligação cósmica com as divindades sem alterar os canais pelos quais esta ligação se estabelecia, no caso os templos religiosos.

Além disso, as reformas de tais templos se ligavam a uma mais ampla restauração religiosa e dos ritos tradicionais que Otávio também empreendeu. De

²¹ Posteriormente, Suetônio em seu tempo também cita este empreendimento de Otaviano, afirmando que este refez velhos templos ornando-os com doações riquíssimas (*De Vita Caesarum*, *Diuus Augustus*, XXX).

acordo com John Scheid (2007, p. 177), a restauração empreendida por Augusto foi uma reação contra a negligência dos deveres rituais públicos e dos templos, ocorrida devido às desordens das guerras civis, e estas restaurações eram parte de seus objetivos políticos, visto que “restaurar a *Res Publica* automaticamente significava restaurar suas instituições religiosas e lugares de culto, especialmente quando eles tinham sido negligenciados ou mesmo esquecidos”. Diane Favro, em alguns trabalhos seus (1992, p. 61; 2007, p. 242), também afirma que antes do governo de Otávio Augusto, templos e outras estruturas públicas sofreram com décadas de negligência.

No que se refere à suposta negligência de manutenção dos templos antes do governo de Otávio Augusto, Mary Beard, John North e Simon Price (1998, p. 122) questionam se isto não seria uma falsa representação, pois, segundo eles, com uma cuidadosa pesquisa através das referências aos projetos de construções religiosas do fim da República, bem como das evidências arqueológicas remanescentes, pode-se “produzir uma imagem bastante clara da fundação regular de novos templos e da contínua manutenção dos antigos ao longo dos últimos anos da República”, o que coloca a teoria da negligência em cheque.

Seja como for, o que nos interessa aqui é sublinhar que, havendo ou não negligência, esta foi a imagem passada por Augusto e seu grupo, de tal forma que a restauração de edifícios públicos foi uma das principais formas de demonstrar o retorno da estabilidade e da prosperidade, e, no que concerne à arquitetura religiosa, demonstrava o comprometimento do *Princeps* com a busca e a manutenção da *pax deorum*, através do cumprimento dos deveres que competiam a ele e aos demais cidadãos.

Acreditamos que a restauração religiosa empreendida por Otaviano ao longo de seu governo, e que teve início com as reformas dos templos em 28 a.C., foi utilizada como propaganda pelo *Princeps* e seu grupo de apoio.

Durante sua ascensão de Otaviano a Augusto, a religião serviu ao jovem ambicioso como uma excelente ferramenta de propaganda, não apenas para fortalecer sua posição em Roma, mas também para declarar sua legitimidade no tempo da guerra civil, especialmente com relação ao grupo de Antônio (Hesse, 2014, p. 88).

Com relação a esta temática, Scheid (2009, p. 122-123) defende que as iniciativas de Otaviano, no que se refere à restauração religiosa, não devem ser

vistas como propaganda, afirmando que propaganda não era um conceito que se aplicava a Augusto e à Antiguidade. Mas este autor tem uma concepção de propaganda diferenciada da utilizada por nós, pois enquanto para nós a propaganda pode ser definida como “o simples, mas importante, ato de organizar, selecionar e divulgar informações, com o uso de persuasão, de síntese e de imagens que estão na memória dos receptores das mensagens” (Ellul, 1957 *apud* Gonçalves, 2013, p. 45), para Scheid (2009, p. 122-123) a propaganda está mais relacionada ao engodo e à propagação de informações baseada apenas na intenção de convencer, sem estar necessariamente baseada na verdade, já que, para defender a tese de que propaganda não se aplica a Augusto, ele lança mão da justificativa de que os contemporâneos de Otaviano nunca duvidaram de sua sinceridade e jamais zombaram de sua piedade; para este autor, essas reformas, juntamente com suas outras iniciativas religiosas, como a construção de templos, fizeram o *Princeps* parecer aos olhos de seus contemporâneos como um homem de piedade exemplar.

Acreditamos que uma coisa não exclui a outra, ou seja, as reformas de Otávio podem ter sido baseadas numa intenção sincera de restaurar os templos e as antigas tradições que estavam em desuso, ao mesmo passo que também foram amplamente propagadas para reforçar uma imagem positiva de Otaviano e de seu governo. Mesmo porque,

O ato de propagandear, de divulgar uma informação, de fazer uma comunicação, pode conter em si um limite de veracidade, pois trabalha com idealizações e com formação de opiniões, mas esta idealização não pode exceder este limite, pois nenhum governo se mantém muito tempo alicerçado em fatos completamente mentirosos e/ou deformados. É necessário usar de imaginação e criatividade para se transformar a realidade e deixar aparecer somente os fatos positivos a respeito do governante, e ainda usar símbolos para unir a pátria, criar imagens e articular dados para conseguir uma coesão mínima (Gonçalves, 2013, p. 45).

Creemos que foi justamente assim que agiram Otaviano e seu grupo, ao selecionar e manipular informações, histórias, mitos e representações imagéticas na construção de uma memória e de uma imagem positiva de seus feitos, de seu governo e de seu nome; e dentre os meios utilizados por eles, ressaltamos ao longo deste trabalho o papel de destaque da arquitetura para conseguir seus objetivos.

Além das restaurações, não poderíamos deixar de falar aqui sobre outra importante construção que Otávio Augusto empreendeu. Trata-se do templo de

Apolo, sobre o Palatino, associado ao ano de 36 a.C., ano da vitória sobre Sexto, em Nauloco. Este é o ano em que foi decidida a construção do templo de Apolo Palatino.²² Em 28 a.C. o templo foi finalmente consagrado.

Este templo é de suma importância para a compreensão deste contexto, pois demonstra claramente alguns aspectos presentes no modo de governar de Augusto, que adota este deus de modo a associar-se a algumas das características que lhe eram próprias, tais como a moral e a disciplina. Segundo Galinsky (1998, p. 213-215), a colina do Palatino era a mais venerável colina de Roma, pois nela se encontrava a gruta Lupercal, onde a lendária loba havia amamentado Rômulo e Remo, e no topo da colina estava a cabana de Rômulo, que foi preservada e renovada através da história de Roma. Além disso, nesta colina se encontravam um templo dedicado à deusa Vitória e um altar dedicado à Vitória Virgo. Com a construção do templo de Apolo, no Palatino, “Otaviano associou-se tanto com Vitória – um tema geral que ele perseguiu na época – quanto com algumas das mais sagradas tradições da fundação de Roma” (Galinsky, 1998, p. 215).

Deste modo, após adquirir, com recursos próprios, um espaço para a construção de sua casa no Palatino, um raio atingiu o lugar, o que foi tomado como um *prodigium* e interpretado pelos arúspices como um desejo de Apolo por aquela área. Deste modo, Otávio Augusto fez de toda aquela área um lugar público, dedicando-o a Apolo, mas o povo resolveu que a casa deveria ser oferecida a Otávio Augusto às expensas públicas (Dion Cássio *História Romana*, XLIX, 15).

Assim, o templo foi construído lá, e ele estava ligado à sua casa. Após a vitória em Ácio, Apolo, cuja proteção a Otávio Augusto tinha sido sugerida pelo *prodigium* de 36 a.C. e suas consequências, assumiu a papel de um poderoso protetor e deus da guerra. [...] Com o seu esplendor, seus pórticos e bibliotecas, o templo de Apolo era um símbolo do novo regime imperial (Scheid, 2007, p. 179).

Este templo possuía uma colunata coríntia e foi construído com um branco mármore de Luna sobre um alto pódio. O alto do templo estava coroados

²² Apesar desta associação com a batalha de Nauloco, concordamos com autores como Carsten H. Lange (2009, p. 167) e Olivier Hekster e John Rich (2006, p. 149-150), que, em seus respectivos trabalhos, esclarecem que a construção do Templo de Apolo Palatino não se deu devido a uma oferta feita como um ato de ação de graças pela vitória na Sicília, mas sim após o local ter sido atingido por um raio, visto, assim, como um *prodigium*, que devia ser expiado com a construção de um templo.

pela quadriga do deus Sol, que se identificava com Apolo desde os tempos hele-
nísticos. As portas do templo eram feitas de marfim, sobre as quais foram escul-
pidas cenas mitológicas, tais como a que alude à punição que Apolo confere a
Níobe por esta ter ridicularizado Latona, mãe de Apolo, pelo fato de ter tido me-
nos filhos que ela própria. “Apolo assim aparece como salvador e vingador, duas
características que ressoaram no contexto augustano muito além de uma mera
referência à batalha de Ácio” (Galinsky, 1998, p. 218-219).

O templo de Apolo, assim, possuía estreita ligação com Otávio Augusto e
sua casa, constituindo um verdadeiro complexo arquitetônico, no qual o templo
estaria ligado à casa de Augusto, e tinha ligado a ele uma biblioteca onde se en-
contravam textos de escritores gregos e latinos. Além disso, como ressalta Hasel-
berger (2007, p. 90), a inauguração do templo de Apolo, no Palatino, sublinhava
uma importante inovação, pois já existia em Roma um templo dedicado ao deus
Apolo²³, no entanto este se encontrava localizado fora do *pomerium*,²⁴ “agora o
deus mudou-se até uma esplêndida casa nova sobre a colina Palatina, ‘dentro’ da
casa do governante, que vivia junto com ele; Apolo definitivamente se tornou a
‘divindade principal’ da nova era” (Haselberger, 2007, p. 90).

A consagração do Templo de Apolo, em certa medida, foi a culminância
da política adotada por Otávio Augusto desde os tempos do triunvirato, quando
buscava denegrir a imagem de Antônio e sua excessiva proximidade com Cleópa-
tra e o estilo de vida luxuoso e extravagante do Oriente.

Antônio era visto como favorecendo divindades orientais e apreciando uma vida de luxo
e decadência. A decisiva batalha de Ácio era retratada como o conflito final entre as refi-
nadas e civilizadas qualidades romanas e as bárbaras tradições do Egito e do Oriente. A
batalha não foi entre dois romanos, mas entre Roma e Augusto de um lado e Egito e
Cleópatra do outro (Hope, 2005, p. 73).

²³ O templo de Apolo *in circo*, construído no Campo de Marte próximo ao Circo Flamínio, ou Apolo *Medicus* foi prometido em 433-432 a.C. em consequência de uma praga e foi dedicado em 431 pelo cônsul C. Iulius. O templo também é conhecido como Templo de Apolo Sosiano, pois foi reconstruído em 32 a.C. pelo consul C. Sosius.

²⁴ O *pomerium* delimitava as fronteiras religiosas e jurídicas da cidade; fronteiras religiosas no que diz respeito à delimitação do *templum*, o espaço ritualmente inaugurado; e fronteiras jurí-
dicas no que diz respeito à separação do domínio dos magistrados com *Imperium*, poder de co-
mando militar que não poderia ser usado dentro do *pomerium*.

De acordo com Richard Beacham (2007, p. 158), em contraste com a sensual autoindulgência e o licencioso dionisismo completamente incorporado pelas excentricidades de Antônio, se erguia Apolo pela disciplina, moralidade e moderação. “Estas tradicionais virtudes romanas agora eram exigidas urgentemente para a missão vital de criar uma nova ordem, digna do passado de Roma” (Beacham, 2007, p. 158). Com Apolo, Otávio Augusto firmava de modo claro seu comprometimento com as tradições ancestrais, sejam elas romanas ou gregas. A meta dele “consistia não só em imitar o melhor dos gregos, mas em criar algo que fosse equivalente a sua cultura clássica” (Zanker, 2005, p. 114). Com isso, Galinsky chega a afirmar que:

Os novos templos eram uma manifestação visual esplêndida de sua *auctoritas*. A descoberta das jazidas de mármore de Luna (Carrara) em meados do primeiro século a.C. permitiu aos construtores de Otávio Augusto rivalizar os templos gregos em magnificência, gasto e riqueza de detalhes. O resultado foi a usual síntese: a herança itálica do pódio foi mantida e combinada com a mais elaborada das ordens arquiteturais gregas, o estilo coríntio (Galinsky, 1998, p. 295).

Além disso, os templos possuíam um importante papel relacionado à memória e à história, servindo em muitos casos como verdadeiro monumento histórico, como lugar de memória, mantendo viva a memória relacionada à pessoa que o edificou ou ao contexto por trás de tal construção. Como afirma Eric Orlin:

Os templos romanos [...] serviam não apenas como *loci* para a atividade ritual ao fornecer lugares para a religião romana, mas também como monumentos nos quais as memórias romanas e a história romana residiam. [...] À medida que os espectadores encontram um templo, sua atenção é atraída para a pessoa específica que o construiu e o evento específico que ele comemora, e são lembrados, assim, das realizações de seus antepassados e do que significa ser romano (Orlin, 2007, p. 83).

Deste modo, Otávio Augusto se utilizou da arquitetura religiosa como forma de propagar uma imagem positiva de si e de suas vitórias, pois, após regressar a Roma no ano de 29 a.C., ele inaugurou o templo do Divino Júlio César, no Fórum Romano, ricamente decorado com os *rostra* dos navios derrotados na batalha de Ácio. No ano seguinte, ele restaurou 82 templos, além de consagrar o esplêndido templo de Apolo, no Palatino, intimamente relacionado com a sua casa.

Apesar de nos concentrarmos aqui nos anos posteriores à sua vitória sobre Marco Antônio e Cleópatra, devemos lembrar que a importância conferida por Augusto à arquitetura, de modo geral e à arquitetura religiosa, de modo específico, perpassou todo seu governo. De forma que nas *Res Gestae* (XIX e XXI), Augusto fez questão de afirmar que construiu (*feci*) os templos de Apolo no Palatino, do *Diuus Iulius*, de Júpiter Ferétrio, de Júpiter Tonante no Capitólio, de Quirino, de Minerva, da Rainha Juno, de Júpiter da Liberdade no Aventino, dos Lares no topo da Via Sacra, dos deuses Penates em Vélia, da Juventude e o de *Magna Mater* no Palatino, além do Templo de Marte Vingador. No entanto, não temos muitas informações sobre todos estes templos, de modo que não se sabe a data de consagração ou o local de muitos deles. Além disso, como esclarece Haselberger (2007, p. 218), alguns destes templos foram na verdade restaurados pelo Imperador e não construídos. Deste modo, foi “um total de três templos que Augusto erigiu *ex novo*, completamente por sua própria iniciativa e inteiramente com seus próprios fundos” (Haselberger, 2007, p. 88), que são o templo de Apolo, no Palatino, o templo de Júpiter Tonante, no Capitólio e o templo de Marte Vingador em seu novo Fórum. Na opinião de Suetônio (*De Vita Caesarum*, *Diuus Augustus*. XXIX), estes três templos foram as principais obras públicas realizadas por Augusto.

Considerações finais

Em seu governo, Otávio Augusto empreendeu não só a construção do Império no que tange à arquitetura, mas também a construção de todo um imaginário imperial, a partir da arquitetura e do repertório imagético representado nela, fazendo assim o uso e manipulação das representações advindas de uma memória coletiva que tinha, na arquitetura, um lugar de destaque.

Em 27 a.C., Otávio Augusto mudou de postura, pondo fim, assim, ao que Walter Eder (2007, p. 23) chama de “Período Otaviânico”. No período tratado neste trabalho, segundo Eder, Otávio Augusto teria gasto aproximadamente 1 bilhão de sestércios de modo a provar seu cuidado e interesse com o povo de Roma, bem como seu respeito pelos antigos deuses de Roma ou, “sob um ponto de vista diferente, ele tentou comprar seu reconhecimento como Primeiro Cidadão e o maior benfeitor”.

Podemos considerar este período posterior à vitória em Ácio como um período de grande importância no governo de Otávio Augusto, quando ele demonstrou ainda mais a importância da arquitetura para o engrandecimento de Roma, como sede de um vasto Império territorial e capital do mundo conhecido, demonstrando também sua atenção e respeito à religião e aos costumes ancestrais.

Nos anos de 29 e 28 a.C., Otaviano se utilizou de uma estratégia que já havia iniciado no período do Triunvirato e de que se utilizaria durante todo o seu governo, qual seja, a estratégia de usar da arquitetura não apenas para o engrandecimento e monumentalidade de Roma, como também de propaganda de uma imagem positiva de si e de seus feitos. Portanto, o *Princeps* soube lançar mão da arquitetura para demonstrar seu poder, adquirido após a vitória nas importantes batalhas de Ácio e Alexandria, bem como para demonstrar seu prestígio, seu respeito à religião e às tradições ancestrais. Ao usar a arquitetura para perpetuar uma imagem boa de si e de seus feitos, inserindo seu nome na memória dos vindouros, ele a instrumentalizou como ferramenta para auxiliá-lo na construção e manutenção do Principado que se iniciava com ele, se tornando um exemplo a ser seguido pelos futuros imperadores.

Artigo recebido em 04.06.2017, aprovado em 18.12.2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Grumel, Venance. *Le patriarcat byzantine. Série I, les registes des actes du patriarcat de Constantinople. V. 1, Les actes patriarches, fasc. II et III. Les registes de 715 à 1206*. Paris: Institut Français d'Études Byzantines, 1989. Deuxième édition revue et corrigée par Jean Darrouzès, 1989.

Mango, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire, 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1993.

Bibliografia Crítica

Abulafia, David. *O grande mar: uma história humana do Mediterrâneo*. Tradução: Cássio de Arantes Leite. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 237-280.

Auzépy, Marie-France. *State of emergency (700-850)*. In: SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of the Byzantine Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 251-291.

Bajjani, Lucy Cavallini. *Estudo dos 'Libri Carolini': uma contribuição para o estatuto da imagem na Idade Média*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

Barros, José D'Assunção. *Império e papado na Idade Média: reflexões historiográficas sobre duas realidades em conflito*. Revista Textura: Canoas, n. 14, 2006, p. 47-57.

Bayly, C.A.; Beckert, Sven; Connely, Matthew; Hofmeyr, Isabel; Kozol, Wendy; Seed, Patricia. *AHR Conversation: On Transnational History*. American Historical Review 111, no. 5, December 2006, p. 1440-1464.

Besançon, Alain. *A imagem proibida*. Uma história intelectual da Iconoclastia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Bibiane, Daniela; Tôrres, Moisés Romanazzi. *A evolução política da Alta Idade Média na Europa Ocidental: da pluralidade dos Reinos Romano-Germânicos à Unidade Carolíngia*. Revista Brathair, 2 (1), 2002, p. 03-13.

Bíblia, Português. *A Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. [Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin]. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990.

Boy, Renato Viana. *Bizâncio, o Oriente semita e a querela das imagens. Séculos VIII e IX*. Monografia de bacharelado. UFOP. DEHIS, 2004.

_____. *A Querela Iconoclasta: uma disputa em torno dos ícones no Império Bizantino- 726-843*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

Cormack, Robin; Haldon, John; Jeffreys, Elizabeth (Eds.). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Ficker, Sandra Kuntz. *Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales*. IN: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Débats, mis en ligne le 27 mars 2014.

- Gregory, Timothy E. *A History of Byzantium*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- Guarinello, Norberto Luiz. *Ordem, Integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio*. *Mare Nostrum*, ano 2010, vol. 1, p. 113-127.
- Haldon, John. *Iconoclasia en Bizancio: mitos y realidades*. *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, Buenos Aires, v. 42, 2010.
- _____. *Political-Historical survey 518-800*. Cormack, Robin; Haldon, John; Jeffreys, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 249-263.
- Hartog, François. *Experiência do tempo: da história universal à história global?*. IN: *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. p. 164-179.
- Kazhdan, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. 3 vols. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991.
- Kirk, George E. *História do Oriente Médio*. [Tradução: Álvaro Cabral]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 25-79.
- Le Goff, Jacques; Schmitt, Jean-Claude (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. [Coordenação da Tradução: Hilário Franco Júnior]. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2 v.
- Lemerle, Paul. *História de Bizâncio*. [Tradução: Marilene Pinto Michael]. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Maier, Franz Georg. *Historia Universal Siglo XXI, Bizâncio*. México: Siglo XXI de Espana Editores, 1986.
- _____. *Las transformaciones del mundo mediterráneo. Siglos III-VIII*. 13 edición. México: Siglo Veinteuno editores, 1989.
- Morris, Ian. *Mediterraneanization*. *Mediterranean Historical Review*, Vol.18, No.2, December 2003, p.30-55.
- Negrau, Elisabeta. *The ruler's portrait in Byzantine art: a few observations regarding its functions*. *European Journal of Science and Theology*, Vol.7, N^o.2, 2011. p. 63-75.
- Nicholas, Purcell; Peregrine, Horden. *The corrupting sea: a study of Mediterranean*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000. p. 123-172.
- Ostrogorsky, Georg. *Historia del Estado Bizantino*. [Tradução de Javier Facci]. Madri: Akal, 1984. p. 157-216.
- Pacheco, Perla. *Hacia una nueva historia global no eurocéntrica: un balance crítico*. *TRASHUMANTE Revista Americana de Historia Social*. Mexico, v. 9, 2017. p. 144-165.

O ICONOCLASMO BIZANTINO: MODOS DE INTEGRAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO NO MEDITERRÂNEO

Caroline Coelho Fernandes¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo que pode se inserir na perspectiva da corrente historiográfica intitulada *Global History*, com ênfase na história Mediterrânea e análise do Iconoclasmo Bizantino. Pretendemos, dessa forma, demonstrar suas consequências para o Mediterrâneo no século VIII, especialmente para os romanos e para os árabes, uma vez que, nesse período, Constantinopla era o principal centro econômico, religioso e social do Mediterrâneo, devido à sua posição estratégica situada ao mesmo tempo na Ásia e na Europa. Neste sentido, iremos expor como esse acontecimento atingiu não somente a parte oriental do globo, que, no referido recorte, teve como principal ocorrência a expansão islâmica, como a ocidental, com a antiga capital dos romanos e a ascensão de Carlos Magno, através das noções de integração e desintegração mediterrânica.

PALAVRAS-CHAVE: Império Bizantino; Mediterrâneo; Império Romano; Islã; História Global.

ABSTRACT: The present article aims at making a study that can be inserted in the perspective of the historiographic approach entitled *Global History*, with emphasis on the Mediterranean history, and analysis of Byzantine Iconoclasm. We intend, therefore, to demonstrate its consequences for the Mediterranean in the VIII century, especially for the Romans and for the Arabs, since it is the period Constantinople was the main economic, religious and social center of the Mediterranean, because of its strategic position situated at the same time in Asia and in Europe. In this sense, we will expose how this event has changed not only the eastern part of the globe, that during that period had as main occurrence an Islamic expansion, but also the Western part, with the ancient Roman capital and Charlemagne's rise, through the notions of integration and disintegration.

KEYWORDS: Byzantine Empire; Mediterranean; Roman Empire; Islam; Global History.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sob orientação do professor Dr. Fábio Duarte Joly. É membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR/ UFOP). E-mail: carolinehist@yahoo.com.br.

Introdução

Iniciado no século VIII, o que chamamos de iconoclasmo bizantino foi um conflito em torno dos ícones que perdurou até meados do século IX. Em 726, o então imperador, Leão III (717-741), instituiu a proibição do culto aos ícones e a retirada dos mesmos dos locais públicos do Império, de modo a purificar o cristianismo da idolatria daqueles que veneravam as imagens e também proteger Bizâncio. Este conflito, que perseverou por mais de um século, teve um intervalo em 787, com o restabelecimento do culto das imagens pela imperatriz Irene (780-797), com retorno em 815 com o imperador Leão V (813-820) e seu fim definitivo em 843, com a imperatriz Teodora (842-855).

Como esse acontecimento transformou o Império Bizantino no século VIII, tanto interna quanto externamente, nosso objetivo no presente trabalho é propor um estudo sobre as conexões estabelecidas entre o iconoclasmo bizantino, as relações entre Roma e Bizâncio e a expansão islâmica, tendo o Mediterrâneo como centro dessas relações. Apontaremos, assim, como o iconoclasmo instituído pelo próprio imperador atingiu não somente a parte oriental, como também a parte ocidental do Grande Mar. Trata-se, portanto, de uma tentativa de pensar o tema dentro de uma história global.

Para tanto, iniciaremos com um debate acerca da *Global History* e do Mediterrâneo como abordagens analíticas e sua importância para o trabalho historiográfico que faremos aqui, a partir das noções de integração e desintegração. Em seguida, iremos discorrer sobre as conquistas árabes e as políticas de proteção do Império Bizantino elaboradas e empregadas pelo imperador Leão III. Por último, iremos assinalar a repercussão do iconoclasmo em Roma e entre os carolíngios.

A Global History e o Mediterrâneo como abordagens analíticas: um pequeno esboço

Muito se tem discutido no âmbito da História, desde as décadas de 1980 e 1990, acerca de uma não tão nova corrente historiográfica que visa a escrita da história de forma plural e multicultural, a chamada “História Global”. Este novo meio de fazer História seria uma forma de suprimir o ideal unânime eurocêntrico

do fazer historiográfico, com o intuito de dar voz a sociedades e regiões marginalizadas por não se tratarem de territórios ocidentais. No entanto, assim como qualquer outra abordagem historiográfica, a aqui escolhida por nós também possui seus prós e contras. Neste sentido, faremos aqui um debate sobre a *Global History*, procurando demonstrar como a mesma surgiu e se destacou como uma forma de pluralizar o trabalho do historiador, e como a História do Mediterrâneo como parte dessa metodologia passou a ser também utilizada enquanto abordagem analítica.

Assim sendo, apesar do termo “*Global History*” ter alcançado maior destaque a partir da década de 1990, Perla Pacheco (2017) salienta que a História vista em sua totalidade já era aplicada por historiadores desde os antigos, como Políbio, até historiadores modernos, como Hegel, Marx e Braudel. O que se intitula “História Global” seria, assim, o estudo de sociedades não ocidentais, interconectadas em uma economia global.

No entanto, esse modo de fazer a história teria sido deixado para trás com o advento das histórias nacionais, positivistas e pós-modernistas relativistas, tendo retornado apenas no fim da década de 1980 com o fim da Guerra Fria e a Queda do Muro de Berlim, uma vez que o mundo volta a se reconectar e a se reunir, fazendo com que o termo “globalização” se tornasse protagonista (Pacheco, 2017).

François Hartog (2013), por sua vez, afirma que a queda do muro de Berlim teria sido o acontecimento que levou à reabertura da filosofia da história, através da defesa da existência de uma história universal. Porém, enfatiza o perigo da utilização do termo “universal”, já que não há “civilização universal” e sim a existência de múltiplas civilizações, o que contradiz as pretensões de uma “história universal”.

Por isso, para o autor, nesse recorte a expressão “globalização” atinge seu protagonismo como uma nova forma de compreender o mundo, à qual ascenderam não apenas países como China e Índia no Oriente, mas outros como o Brasil na América Latina, no que seria um “outro” Ocidente, colocando em evidência “(...) as formas locais e não ocidentais nas dinâmicas da mundialização” (Hartog, 2013, p. 176), no que podemos chamar de “histórias conectadas”.

Nessa perspectiva, Sandra Ficker (2014) evidencia a importância da diferenciação dos termos “mundial”, “transnacional”, “universal” e “global”, dado que

há uma confusão conceitual que qualifica esses termos como semelhantes, mesmo eles sendo distintos. Pacheco (2017) também concorda com a autora, explicando que tanto história mundial quanto universal seriam histórias eurocêntricas, por focarem questões relativas ao colonialismo e imperialismo modernos, com o ideal de uma temporalidade linear e progressiva. Dessa forma, para saber se um objeto se insere nos estudos globais,

(...) los historiadores que asumen este enfoque dependen de asumir la noción de globalización y sus fenómenos subyacentes caracterizados por rebasar las fronteras nacionales. Dicho esto, los objetos de estudio de este enfoque están íntimamente relacionados con la ampliación de las tradicionales unidades lógicas de análisis: la nación y la región; de allí que se estudien sujetos u objetos transnacionales, o bien, sujetos y objetos locales que son transformados por procesos globales. Este juego de escalas que pretende combinar el estudio de lo singular con lo general a través de una escala transnacional es uno de los rasgos de la nueva historia global más celebrado por los historiadores, pero no es exclusivo de ella (Pacheco, 2017, p. 153-154).

Sendo assim, conforme Ficker, apesar de há muito existir histórias com pretensões “globais”, foi nos Estados Unidos em 1962 que teria surgido uma publicação com o título explícito de história global, já com uma certa consciência de integração do mundo. Entretanto, defende que o que teria separado a tradicional história mundial da global pode ser visto nos escritos de Fernand Braudel e da Escola dos Annales.

De acordo com a autora, a história global braudeliiana seria aquela que se ocupa de todas as áreas interconectadas que constituem o mundo, porque compartilham o “tempo do mundo” e movem-se no mesmo ritmo e respondem a uma racionalidade que compartilham e reagem a condições de mudanças comuns. Portanto, a raiz da História Global estaria na Escola dos *Annales* e em Braudel. Contudo, a plena consciência de seu uso só teria ocorrido na década de 1990.

Há de se destacar ainda a questão interdisciplinar necessária para que se faça estudos referentes à “História Global”. Tanto Pacheco (2017) quanto Bayly (2006) apontam para essa questão, devido à multiplicidade cultural e de interconexões existentes. Assim:

El estudio de un objeto global obliga al historiador a recurrir a otras disciplinas como la geografía, la economía, la antropología, los estudios urbanos, etc., para romper la barrera disciplinaria del estudio histórico; una idea que ya estaba presente en Bloch y Febvre y que es asumida por otras formas de hacer historia (Pacheco, 2017, p. 153).

Neste sentido, podemos perceber que a corrente historiográfica na qual se insere a *Global History* se constitui em um importante meio de se fazer a história de forma a abarcar culturas não ocidentais, além de produzir estudos que vão além das perspectivas nacional, colonial e imperial, sendo imprescindível a interdisciplinaridade e o diálogo com outras abordagens historiográficas para o seu sucesso. Entretanto é necessário destacar também os problemas presentes quando se segue essa abordagem, uma vez que a mesma faz crítica ao ponto de vista eurocêntrico da história.

Hartog, Ficker e Pacheco são autores que evidenciam o fato de que, ao seguirmos uma abordagem global, estamos deixando de compreender o mundo do ponto de vista eurocêntrico, mas passamos a compreendê-lo a partir de uma perspectiva norte-americana, o que é tão perigoso quanto, já que a proposta é fazer uma história que abarque todas as sociedades e culturas. Pacheco salienta que o maior problema ainda nesse ponto está no que diz respeito ao fato de que a maioria desses estudos estão concentrados em ex-colônias e áreas de intervenção dos Estados Unidos que hoje são centros de economia global.

No que se refere ao âmbito regional, como o que pretendemos aqui, podemos destacar trabalhos que abarcam o Mediterrâneo como centro de estudos, como um meio de integração/conexão, como o de Nicholas Purcell e Peregrine Horden (2000), em *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*, no qual realizam uma história do Mediterrâneo através da conexão entre as microrregiões e suas produções, tendo o mar enquanto elemento integrador, com o intuito de se produzir uma história “do” Mediterrâneo e não “no” Mediterrâneo. Para os autores, as conexões seriam feitas independente das instabilidades, tais como clima, guerras e culturas distintas.

De acordo com Ian Morris (2003), tal obra é o primeiro grande trabalho sobre o Mediterrâneo pós-Braudel, destacando que Purcell e Horden fazem também uma história humana do Mar Mediterrâneo e suas terras costeiras, nas quais a navegação de cabotagem se sobressaiu. No entanto, Morris acrescenta que há

uma deficiência no livro, que se refere ao que ele chama de “cegueira sociológica”, uma vez que os autores não apresentam questões relativas a desigualdades e conflitos, o que seria um paradoxo por se tratar de uma história “humana”.

Além disso, Morris afirma que Purcell e Horden fazem crítica a Finley por este defender um modelo estático de comércio na região, baseado no comércio de produtos de luxo, uma vez que acreditam que o comércio passava pela cabotagem e pirataria, ou seja, redes informais e ilegais. Morris salienta ainda que os autores fazem crítica também a Braudel, já que o mesmo defende o modelo de rotas, o que não poderia ser concebido, devido aos variáveis padrões de interação que não poderiam ser resumidos no conceito de “rota”.

Seguindo essa perspectiva, Norberto Luiz Guarinello (2010) insere o Império Romano em uma longa duração na “História Global”, em *Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano*, demonstrando os problemas existentes na narrativa histórica sobre o mesmo, uma vez que esta foca apenas o centro do Império, isto é, a cidade de Roma. Para o autor, deste modelo emanam dois métodos que já não se sustentam mais: estudos sobre o Império Romano sob a perspectiva constitucional e a história do Império retratada a partir das biografias dos imperadores e seus governos. Assim, as regiões conquistadas pelos romanos eram relegadas ao segundo plano como se a sua única opção fosse se integrar ao Império através do comércio ou a partir do processo de romanização de forma pacífica.

Guarinello destaca as mudanças ocorridas nesse sentido na década de 1960, que criticavam o processo de romanização como algo pacífico. Além disso, ressalta ainda outras transformações ocorridas na última década, que se referem à fusão das histórias de Grécia e Roma, com a construção de conceitos específicos para a compreensão do Mundo Antigo; afastamento de uma visão marxista pautada em conflitos políticos para ênfase nas dimensões culturais e sociais, com a emergência do conceito de “identidade”; e, por último, o destaque para o Mediterrâneo enquanto centro dos estudos acerca do Mundo Antigo.

No que se refere à última transformação, a qual nos interessa aqui, o autor esclarece que a *mediterraneanização* da História Antiga acaba por retirar a história do Mediterrâneo, o que induz às seguintes questões:

Como dar conta da chamada conectividade e de seus fluxos sem pensar no modo como fronteiras políticas e culturais determinaram, na ordem do tempo, o sentido e a intensidade desses fluxos? Como pensar o processo de integração do Mediterrâneo sem se preocupar com a quantidade de violência, destruição e recriação de fronteiras, que foram o pressuposto do processo de integração dos locais às suas margens? (Guarinello, 2010, p. 118-119)

Dessa forma, para Guarinello, o Mediterrâneo seria ao mesmo tempo um obstáculo, isto é, uma fronteira, mas também um modo de integração, já que esta última favorecia as trocas de bens, pessoas, informações e ideias.

Por fim, destacamos o trabalho de David Abulafia (2014), em *O grande Mar: Uma História Humana do Mediterrâneo*, no qual faz o que denomina de “história humana” do Mediterrâneo, desde a Antiguidade até a Modernidade, enfatizando a diversidade étnica, cultural, religiosa e política da região.

É preciso salientar que, apesar do autor também utilizar o conceito de “integração” como o fez Guarinello, Abulafia utiliza também o conceito de “desintegração”, que seria o período de 400 a 600 d.C., que denomina de “Segundo Mediterrâneo”, por ser caracterizado pelo afastamento gradual entre o Mediterrâneo Ocidental e o Oriental, devido a diversas crises, como invasões e tomadas de territórios do que sobreviveu do Império Romano nos dois lados do globo, entre as quais o Oriente se recuperou de forma mais rápida, significando o fim da unidade do Grande Mar:

O mapa comercial do Mediterrâneo foi redesenhado, à medida que antigos centros sumiam e novos ganhavam vitalidade. Núcleos sobreviventes de vitalidade econômica lançaram sementes pelo Mediterrâneo bizantino, tornando possível a revivescência da região nos séculos VIII e IX. Mais a oeste, a recuperação foi muito mais lenta e difícil. (Abulafia, 2014, p. 262)

No entanto, o autor reconhece um movimento lento novamente de integração no período de 600 a 1350, que intitula de “Terceiro Mediterrâneo”, apesar de nunca mais ter sido possível uma integração política completa, com os árabes e sua expansão no Grande Mar, que inclusive resultou na perda de importantes territórios para o Império Romano do Oriente:

As conquistas islâmicas representam um paradoxo para os historiadores do Mediterrâneo. Na visão deles foram conquistas que abalaram a unidade mediterrânica; e, contudo, foi também o islã que forneceu a base para a criação de uma nova unidade no Mediterrâneo, embora não em todo o oceano, pois as redes de comércio e comunicação islâmicas restringiam-se sobretudo aos seus litorais sul e leste. (Abulafia, 2014, p. 270)

Abulafia destaca ainda a perda do poder bizantino no Mediterrâneo ocidental no século VIII, com o afastamento cada vez maior entre Roma e Constantinopla, com a coroação de Carlos Magno em 800, o que pôs fim em qualquer tentativa de reunificação do Império Romano.

Neste sentido, o que almejamos é fazer um trabalho sobre “História Global” a nível regional, no caso sobre a região mediterrânica, com o intuito de demonstrar as interconexões entre a expansão islâmica, Roma e Constantinopla, a partir do que ficou conhecido como o iconoclasmo bizantino, que modificou as relações entre essas sociedades que coexistiram no Mediterrâneo, mas ao mesmo tempo global, já que estamos lidando com um Império no qual a sua capital se encontra entre o Oriente e o Ocidente, isto é, um Império caracterizado por ser ao mesmo tempo herdeiro do mundo clássico, mas que, ao se desenvolver na parte oriental do globo, ganhou outros contornos conforme relações e conexões que ali estabeleceu.

Assim o faremos a partir de conceitos já explorados pelos autores citados aqui, compreendendo a crise iconoclasta enquanto um processo de criação de fronteiras, mas também como um setor de integração e desintegração, uma vez que a entendemos como integração por ser uma questão comum entre Constantinopla, Roma e os árabes, estando todos inseridos na discussão, e como um processo de desintegração por opor e afastar de forma política e religiosa Roma e Constantinopla, ao mesmo tempo que reafirma a posição de Bizâncio frente ao islã, com a legitimação e fortalecimento do poder imperial bizantino.

A expansão islâmica e a política iconoclasta de Leão III

Para que possamos entender como surgiu o iconoclasmo bizantino é preciso considerar o contexto no qual o mesmo emergiu, após a ascensão do imperador Leão III, o Isaúrico, em 717. Antes de sua ascensão, o Império passava por um

momento de crise em relação a problemas internos referentes à legitimação do poder imperial por causa de usurpações, mas também a problemas externos por conta de ameaças ao território bizantino.

Essas dificuldades dizem respeito à crise do século VII, com o maior acontecimento do período: a expansão islâmica e os problemas que a mesma acarretou para a então grande potência mediterrânea, Bizâncio, tais como a perda de importantes territórios e sua quase ruína. O islamismo modificou não somente o Império, que precisou adotar diversas transformações para garantir a sua sobrevivência, mas também a situação política global e a economia do mundo mediterrâneo (Maier, 1989).

Após a morte do profeta Maomé em 632, houve a unificação da Arábia em torno da figura dos califas, através do uso da Guerra Santa (*Jihad*). O primeiro califa pós-Maomé, Omar (634-644), de acordo com George Kirk (1967), fez de suas incursões de pilhagem e saque campanhas de conquista que se estenderam por todo o Mediterrâneo. O autor ainda afirma que a conquista de territórios não teria sido o objetivo principal do califa, porém, a vulnerabilidade encontrada nos espaços ocupados pelos Impérios Persa e Bizantino foi o que deu início às invasões e ocupações.

É preciso salientar que, após as conquistas territoriais, eram mantidas pelo califa a posição legal e a orientação religiosa dos súditos não muçumanos, entre eles judeus e cristãos, mesmo com o poder passando a outros califados, pois isto era uma forma de conseguir tributos (Kirk, 1967):

(...) os novos governantes árabes precisavam regularizar, também, a posição legal dos milhões de seus súditos não-muçumanos, que representavam esmagadora maioria da população do império. Nesse ponto, Omar seguiu o exemplo de Maomé, deixando tranquilas as comunidades cristãs e judaicas do Hedjaz setentrional, que ele colocara sob sua tutela, com a condição de pagarem um tributo anual. (...) Longe de existir qualquer ideia de conversão compulsória deles ao Islã, o papel desses povos limitava-se ao fornecimento de rendimentos para a raça árabe dominante, por meio do pagamento de impostos, os quais, de início, eram inferiores, evidentemente, aos coletados pelo Império Bizantino; a conversão de não-muçumanos era até desencorajada na realidade, pois isso iria diminuir o número de contribuintes. (Kirk, 1967, p. 33-34)

Além disso, segundo o autor, era permitido também aos não árabes administrar as províncias às quais pertenciam e que foram conquistadas, como ocorreu no caso da Província de Damasco, que era administrada pela família de João Damasceno (o qual lutou contra o iconoclasmo), de origem síria-cristã.

Assim, neste contexto, apenas seis anos após a vitória bizantina sobre os Persas em 634, o Império foi invadido pelos árabes que, em apenas dois anos, tomaram importantes províncias bizantinas, tais como a Síria (636), Palestina (637) e Egito (641). A partir de então, iniciaram-se diversas reformas que foram essenciais para a manutenção de Bizâncio.

O ponto de partida dessas reformas foi a implementação de um novo regime administrativo intitulado *théma* (Lemerle, 1991), que pode ser definido como uma subdivisão militar das províncias que eram administradas por comandantes chamados de *strategoí*, combinando, assim, os poderes militar e civil subordinados ao poder imperial (Kazhdan, 1991).

Foram essas reformas que impulsionaram a construção de um exército bizantino composto pelo campesinato livre, no qual os indivíduos que pertenciam a determinado *théma* recebiam como recompensa, ao servir o exército, terras que poderiam ser herdadas por seus descendentes. Essa organização do exército, diferentemente da composta por mercenários, continha a vantagem de um maior interesse pela defesa dos territórios, uma vez que os interesses desses soldados/campesinos se encontravam nessas localidades (Maier, 1986).

No âmbito religioso também encontramos mudanças. A perda das províncias orientais levou também à perda de opositores monofisistas², fazendo com que a ortodoxia oriental passasse a ser agrupada em torno do patriarca de Constantinopla, o que garantiria maior influência sobre a população e o imperador. Haveria, assim, maior homogeneidade do Império greco-asiático, o triunfo da língua grega e a fusão da noção de ortodoxia e nacionalidade (Lemerle, 1991).

Isso pode ser observado na mudança no próprio título do imperador que deixa de ser chamado pela forma latina *Augustus* e passa a ser chamado pelo termo grego *Basileus*. Esses fatores demonstram que, apesar do Império ter perdido a sua posição de grande potência, acabou por adquirir nova identidade, o

² Monofisista: doutrina idealizada por Eutíques na qual se recusava a reconhecer em Cristo as duas naturezas, a divina e a humana (Boy, 2004. p. 100).

que foi crucial para sua sobrevivência frente à grande força que se tornou o islamismo (Maier, 1989).

Entretanto, em 674, ocorreu o grande cerco de Constantinopla, novamente pelos árabes, no qual estes atacaram pelo mar devido à impenetrável muralha da cidade. O cerco se estendeu por quatro anos, mas os bizantinos conseguiram a vitória quando seus navios encontraram seus adversários e os atingiram com o *fogo grego*.³

Apesar da vitória bizantina os árabes continuaram a contra-atacar. No entanto, a vitória em 678 foi o ponto de partida para a recuperação do Império, em conjunto com as mudanças administrativas citadas acima. Com isso, os árabes assinaram um acordo de paz de trinta anos em condições mais favoráveis aos bizantinos, o que demonstrava, assim, que essa foi a maior perda árabe em quarenta anos (Gregory, 2005).

Não obstante, com a deposição do imperador Justiniano II em 695, o trono imperial começou a passar por diversas usurpações de curta duração, com a recuperação do poder por Justiniano II em 705. Logo depois, o imperador foi deposto novamente e morto, o que arrastou o Império a um período de novas usurpações e anarquias, além de graves problemas políticos e militares, sendo que o último imperador, Teodósio III (711-717), abdicou após a tomada do trono em 717 por Leão III, o Isáurico, comandante (*strategos*) do *théma* da Anatólia, que acabou por derrotar mais uma investida árabe em Constantinopla (717-8) e que, como imperador, devolveu novamente a estabilidade a Bizâncio (Haldon, 2008).

Sendo assim, em fins do século VII, o território bizantino estava reduzido à Ásia Menor, a algumas regiões da Itália e aos Bálcãs. Entretanto, é preciso destacar que foi por obra das transformações políticas, administrativas e militares, além de sua grande capacidade de adaptação, que Bizâncio conseguiu sobreviver a todas essas adversidades e manter-se com o novo imperador, já que “gracias a su firmeza frente a dos rebeliones internas y a su reorganización de la administración imperial, León III consiguió asegurar la estabilidad dinástica durante ochenta y cinco años” (Maier, 1989, p. 84).

Nesse contexto, o século VIII se inicia com uma ampla mudança no que concerne à estrutura imperial bizantina com a fundação de uma nova dinastia a

³ Arma feita por um material altamente inflamável que até os dias atuais não se tem certeza de como era produzida (Kazhdan, 1991, p. 873).

partir de Leão III (717-741), a chamada dinastia isáurica. Leão III ficou conhecido pela transformação que fez no Império, reorganizando-o, recuperando sua defesa e sua unidade.

Para tanto, o novo imperador deu prioridade à manutenção do exército, dando continuidade à divisão das províncias em *thémata* governados pelos *strategoí* para maior facilidade do controle territorial e a mobilização dos recursos para o mesmo. De fato, assim como os seus antecessores, Leão III enfrentou diversas revoltas, sendo muitas levantadas por comandantes dos *thémata*, o que levou o imperador a repensar o sistema. Redividiu, portanto, os *thémata* maiores, diminuindo, assim, o poder dos comandantes individuais, já que foi dessa forma que conseguiu chegar ao poder quando ainda era o *strategos* do grande *théma* da Anatólia (Gregory, 2005).

Além disso, outra característica do governo de Leão III foi a continuidade dada à tradição do *imperador guerreiro*, prática esta oriunda do reinado de Heráclio (610-641), na qual o imperador acompanhava o seu exército até o campo de batalha. Já no que se refere às relações diplomáticas, a dinastia isáurica teria continuado a política tanto de impressionar seus súditos quanto os seus vizinhos com superioridade e prestígio (Auzépy, 2008).

Entretanto, o maior acontecimento de seu governo teria sido, sem dúvidas, a implementação do iconoclasmo que afetou toda a estrutura imperial. Em 726, Leão III ordenou que fosse retirada da porta de Bronze do Palácio imperial, a *Chalké*, uma imagem de Cristo (Mango, 1993),⁴ dando início a sua política contrária aos ícones.

Apesar da hostilidade do imperador em relação aos ícones, é preciso destacar que os ideais iconoclastas não eram contrários a todos os tipos de imagens, apenas às de Cristo, da Virgem e dos santos. Isso pode ser observado no fato de que muitas dessas imagens foram substituídas por motivos florais e/ ou animais. Dessa maneira, apenas uma categoria de imagem que poderia ser cultuada foi mantida, a que dizia respeito ao imperador (Besançon, 1997):

Suas imagens não apenas subsistiram, mas os imperadores exigiram para elas o culto tradicional. Aumentando seu estatuto de soberano às custas de reduzir aquele de Cristo,

⁴ Esse acontecimento foi descrito nas crônicas de Teófanos e pode ser encontrado em uma compilação de documentos reunidos por Cyril Mango (1993).

substituem nas moedas a cruz tradicional pelo seu retrato, que passa a ocupar o anverso e o reverso. A proibição bíblica, tomada ao pé da letra, não teria permitido essas imagens. Acontece que os iconoclastas usavam argumentos mais circunstanciados e seletivos. (Besançon, 1997, p. 203)

Por isso, apesar do iconoclasmo ter sido instituído apenas nove anos depois do início do governo de Leão III, acreditamos que a implementação do mesmo em conjunto com outras ações do imperador foi o que ajudou a manter o Império, já que, assim como Maier (1986), Auzépy (2008) e Cormack (2008), entendemos que a política iconoclasta teve início não só devido à necessidade de defesa do Império frente à expansão árabe, mas também enquanto uma forma de legitimação do poder imperial, como defendeu Haldon (2010).

Podemos constatar isso devido ao fato de que o Império vinha de uma grande crise, principalmente no que concerne à manutenção do poder imperial e de seus territórios, sendo Leão III o único a conseguir estabilizá-lo e conter os árabes, modificando mais uma vez o contexto mediterrâneo.

Alguns pesquisadores, inclusive, acreditam que o iconoclasmo estaria relacionado com uma possível influência exercida pelo islamismo e pelo judaísmo sobre os imperadores iconoclastas, dado que essas religiões não eram adeptas da fabricação e culto de ícones. Os mesmos chamam a atenção para o fato de que o primeiro imperador iconoclasta era de origem asiática, uma vez que “essa aversão às representações em imagens na religião islâmica teve uma influência muito forte sobre os cidadãos da Ásia Menor, do Egito, Síria e Palestina” (Boy, 2004, p. 36).

Neste sentido é preciso salientar que, em relação à interpretação judaica, de acordo com Alain Besançon (1997), há a proibição na Torá referente aos ícones⁵, na qual se afirma que Deus é ciumento e não aceita que seu povo, o povo escolhido, tenha outros deuses diante dele. Assim, o objetivo era defendê-lo da idolatria que era vista como um “símbolo de uma divindade falsa” (Besançon, 1997, p. 110).

⁵ “Não tenha outros deuses diante de mim. Não faça pra você ídolos, nenhuma representação daquilo que existe no céu e na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra. Não se prostre diante desses deuses, nem sirva a eles, porque eu, Javé seu Deus, sou um Deus ciumento: quando me odeiam, castigo a culpa dos pais nos filhos, netos e bisnetos; mas quando me amam e guardam os meus mandamentos eu os trato com amor por mil gerações” (Êxodo, 20, 3-6).

No tocante à interpretação mulçumana, o autor afirma que no Corão não se encontra citações sobre o tema, mas esclarece que

a iconoclastia judaica é um produto da Aliança. Deus, no contrato que faz com o seu povo, proíbe-lhe terminantemente ter outras imagens diante de sua face, porque ele é um Deus ciumento. A iconoclastia mulçumana, ao contrário, é uma consequência da ausência de Aliança. Por isto, o Corão não se dá o trabalho de proibir categoricamente a imagem. É que o conceito de Deus, tal como se estrutura, em termos do Corão, para o mulçumano, é suficientemente transcendente para desencorajar na raiz qualquer recurso à imagem. No judaísmo, Deus se reserva o direito de propor suas próprias imagens: as figuras antropomórficas de si mesmo, tais como o anjo do Senhor ou a visão de Ezequiel. Para os cristãos, Cristo era o arremate conclusivo dessas iniciativas divinas sucessivas. Em suma, nenhuma imagem de fabricação humana “resiste” à comparação com o Deus judaico, porque ele está demasiado próximo, nem à comparação com o Deus mulçumano, distante demais. (Besançon, 1997, p. 135)

Dessa forma, Renato Viana Boy (2007) acredita que a prática religiosa mulçumana contrária ao uso de representações iconográficas, assim como a judaica, pode ter levado os imperadores bizantinos a interpretar a ameaça árabe a seus territórios como um prelúdio de uma punição divina, devido à idolatria de sua população, fazendo com que proibissem as imagens.

Outro aspecto a ser destacado em relação ao referido, está no fato de que os imperadores iconoclastas, provenientes da parte asiática de Bizâncio, surgiram como salvadores do Império diante de ameaças externas, em função de suas maiores competências militares, o que, para Maier (1986), justificaria que na parte europeia o culto das imagens prosseguisse, já que essa região não corria riscos alarmantes de invasões, ao contrário do que ocorreu na parte oriental.

Além disso, podemos observar, a partir da preservação dos retratos imperiais frente aos ícones, uma forma dos imperadores se imporem até mesmo acima de Deus como soberanos, uma vez que suas imagens representavam a expressão da presença do poder (Besançon, 1997) e eram utilizadas como veículos de propaganda (Negrau, 2011).

A política iconoclasta teria sido assim, uma forma de legitimação do poder imperial frente às investidas árabes, como forma de fortificar o mesmo e garantir a sobrevivência do Império face ao crescimento de uma nova potência. Além

disso, conseguiu por um tempo conter as incursões árabes sobre Bizâncio, mostrando a supremacia do Império na região mesmo após tantas adversidades.

Roma e os carolíngios: repercussão entre o papado e a produção dos Libri Carolini

Como vem sendo mostrado por pesquisadores da temática da Antiguidade Tardia, a queda do Império Romano do Ocidente não significou o seu fim definitivo, mas sim um período de transformação no qual temos o início de uma nova civilização herdeira do mundo clássico na antiga cidade de Bizâncio, que, rebatizada de Constantinopla pelo imperador Constantino (306-337), passou a ser a nova capital do Império Romano, a “Nova Roma”, mais conhecido como o Império Romano do Oriente no século IV.

Como bem salientou José D’Assunção Barros (2006) tem-se, a partir de então, uma oposição entre dois grandes projetos com pretensões de poder universal, herdeiros do Império Romano e com a mesma base cristã:

Uma série de processos históricos que aqui não poderão ser abordados, e dos quais a pressão e entrada no Império Romano de inúmeros povos é apenas um dos muitos fatores, terminou por produzir uma ruptura que separou de um lado o chamado Império Romano do Ocidente, e de outro o chamado Império Romano do Oriente (futuro Império Bizantino). Estes eventos trouxeram uma complexidade peculiar: havia agora dois Impérios com projetos universais similares, com uma base cristã em comum, e edificadas sobre uma cultura e uma história comum. Adicionalmente, a divisão entre um Império ocidental e um Império Oriental produziu também a emergência entre duas Igrejas cristãs: uma que passava a estar sediada em Roma, outra que passava a estar sediada em Bizâncio. (Barros, 2006, p. 49)

Assim sendo, o Império Romano, agora dividido entre o Ocidente e o Oriente, com nova capital em Constantinopla e cristão, continuou sendo a grande potência do Mediterrâneo. Essa mudança da capital modificou não só a estrutura imperial, mas também a religiosa, uma vez que o papado romano foi aos poucos

enfraquecendo a sua influência, enquanto que foi fortalecida a do bispo de Constantinopla sobre o Oriente, o que futuramente levou ao cisma definitivo das duas Igrejas, o “Cisma do Oriente”.⁶

Apesar do rompimento definitivo das duas Igrejas ter ocorrido somente no ano de 1054, no decorrer da história bizantina e romana, muitos foram os conflitos entre o papado e o patriarcado devido às divergências e disputas teológicas e eclesiológicas, além dos conflitos políticos entre ambos. E o iconoclasmo seria mais uma dessas divergências quando o imperador Leão III deu início às suas ações hostis contra os ícones.

Neste período, o Império Romano do Ocidente, sob a autoridade do papado, selou uma aliança com o reino franco, com o intuito de tornar Carlos Magno seu novo imperador, devido às suas pretensões de um novo Império Universal, e também por questões relativas à sua defesa, uma vez que Roma se encontrava cada vez mais afastada de Constantinopla, principalmente devido ao surgimento do iconoclasmo (Bibiane e Tôres, 2002). Assim, podemos perceber que pouco restou da unidade do Império Romano de outrora.

Dessa forma, o que faremos aqui é demonstrar como o iconoclasmo afetou as relações entre as Igrejas de Roma e Constantinopla e, também, as relações entre os imperadores orientais com o papado e com o reino franco liderado por Carlos Magno, o qual logo depois, em 800, se tornaria imperador dos romanos, causando um duro golpe nos bizantinos que consideraram sua coroação como usurpação. Para tanto, demonstraremos através de alguns documentos a reação tanto do patriarcado quanto do papado em relação às ações de Leão III contra os ícones, para em seguida mostrar como as partes orientais e ocidentais do Império foram se distanciando tanto por questões religiosas quanto políticas.

Como pode ser observado em documentos encontrados nas Atas do Patriarcado de Constantinopla, como no documento N.331 (Grumel, 1989, p. 6), de janeiro de 730, há uma advertência ao imperador feita pelo Patriarca sobre a legitimidade do culto das imagens. Essa fonte diz respeito ao patriarcado de Germano I (715-730), o qual logo depois foi destituído pelo imperador Leão III por não concordar com suas ações sobre os ícones, sobretudo por ter questionado o

⁶ O “Cisma do Oriente” foi a separação definitiva entre as Igrejas de Roma e Constantinopla no século XI, devido às diversas divergências entre ambas ao longo de toda história após a escolha de Constantinopla enquanto capital do Império Romano. (LE GOFF; SCHMITT, 2002, p. 579)

imperador após a convocação de um concílio pelo mesmo, no qual proibiu as imagens e sua veneração.

Logo após, encontramos também os documentos N.343 (Grumel, 1989, p. 12), do final de janeiro de 730, que se refere a uma menção de uma ordem imperial contrária às imagens, e o N.344 (Grumel, 1989, p. 12), o qual não se sabe ao certo se é do fim de janeiro ou início de fevereiro de 730, no qual há uma menção a uma carta sinodal escrita ao papa Gregório II (715-731) contra os ícones, que pode ser encontrada entre a compilação de documentos existente sob o patriarcado de Anastácio (730-754), patriarca escolhido pelo próprio imperador Leão III por ser a favor de suas ações.

O patriarca Anastácio teria ainda, segundo Gregory (2005), enviado uma carta sinodal ao papa Gregório II, na qual mostrava o seu posicionamento a favor do iconoclasmo, o que levou logo depois o papa Gregório III (731-741) a convocar um contraconcílio em Roma, em 731, onde excomungou os adversários das imagens.

Ostrogorsky (1984) salienta que o conflito religioso foi seguido de uma crise política na qual se acentuou ainda mais o abismo entre Roma e Constantinopla, levando Bizâncio a perder sua influência no Ocidente latino e, em oposição, reafirmando sua posição no Oriente:

La tensión con Roma brindó a León III la oportunidad de tomar una medida radical, de enormes consecuencias para los acontecimientos posteriores: el emperador separó de Roma las provincias helenizadas del sur de Italia, Sicilia y Calabria, para someterlas al patriarcado de Constantinopla, así como la prefectura de Ilírico que hasta entonces había pertenecido a la jurisdicción de la Iglesia romana. Acompañando su reorganización eclesiástica de medidas fiscales, impuso, por otra parte, la capitación a la población de Sicilia y de Calabria y privó a la Santa Sede de los ingresos de los patrimonios pontificios del sur de Italia, que se elevaban anualmente a tres *centenaria* y medio de oro, para adjudicarlos al imperio. Las reiteradas protestas del Papa contra este golpe quedaron sin repuesta: la nueva línea de demarcación entre las dos grandes capitales eclesiásticas se iba fundiendo con la línea trazada por el transcurso de la evolución histórica entre Oriente y Occidente. El patriarca de Constantinopla, que había añadido a su territorio primitivo las provincias de la Península Balcánica y la Italia del sur griega y que, por otra parte, lo había ampliado a costa del patriarcado de Antioquía caído bajo el azote árabe, extendió su dominio, desde entonces, sobre casi todo el territorio del Imperio Bizantino. De esta manera León III

había creado una base más amplia para la subordinación incondicional de la Iglesia al Estado, que formaba parte de su programa. (Ostrogorsky, 1984, p. 174)

A política iconoclasta de Leão III teria, dessa forma, dado início ao fim tanto do universalismo do Império Bizantino quanto do universalismo da Igreja romana (Ostrogorsky, 1984).

No entanto, como se não bastasse todos esses problemas entre Roma e Constantinopla, existia também a questão carolíngia, já que Carlos Magno (742-814) havia encerrado a autoridade bizantina em Roma e, esta última, exigia que todas as disposições religiosas anteriores ao iconoclasmo fossem restituídas (Ostrogorsky, 1984). Carlos Magno não ficou afastado da discussão em torno dos ícones e tratou de ordenar a escrita de um tratado sobre o assunto, que ficou conhecido como *Libri Carolini*.

De acordo com Lucy Bajjani (2009), o tratado é composto por quatro livros, cuja escrita é atribuída a Teodulfo, e nunca foram promulgados. Porém, a importância dos mesmos está na possibilidade de conhecer o ponto de vista ocidental sobre a querela das imagens no Oriente.

Dessa forma, os *Libri Carolini* foram escritos por volta de 790 com o intuito não só de demonstrar a perspectiva franca frente ao iconoclasmo, como para refutar as definições do Segundo Concílio de Nicéia em 787, no qual foi restabelecido o culto das imagens, dando fim ao primeiro período iconoclasta com a imperatriz Irene.

No que concerne ao conteúdo do tratado, Bajjani salienta que, em um primeiro momento, que se refere ao primeiro período iconoclasta (726-787), os francos apoiaram Roma condenando a iconoclastia; no entanto, em um segundo momento, passaram a se colocar contrários às imagens, defendendo que os ícones não deveriam ser cultuados e tão pouco destruídos. É considerado um tratado político, uma vez que se insere entre o centro das relações entre os imperadores orientais e francos, mas também entre as relações entre esses dois primeiros e Roma.

Neste sentido, é possível perceber aqui como a iconoclastia abalou as relações entre Roma e Constantinopla, causando diversos conflitos tanto religiosos quanto políticos, o que demonstra que esse acontecimento foi mais do que um

simples problema teológico bizantino, e sim algo maior que abalou o Mediterrâneo desde o Oriente até o Ocidente, causando diversas tensões e rupturas entre diferentes culturas e sociedades.

Podemos afirmar, assim, que o iconoclasmo apresentou-se como um impasse externo, que, de diferentes formas e interesses, integrou o Mediterrâneo por ter sido uma questão comum entre Roma, Constantinopla e os árabes, mas também levou a um processo de desintegração do Grande Mar ao acentuar ainda mais o afastamento político e religioso entre Constantinopla e Roma, e reafirmar a posição de Bizâncio frente aos árabes, impedindo que estes últimos com suas investidas subtraíssem mais territórios bizantinos.

Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi fazer um estudo sobre o iconoclasmo bizantino de forma que o mesmo se inserisse na abordagem historiográfica intitulada *Global History*, com o Mar Mediterrâneo como centro de suas relações com outras sociedades. Para tanto procuramos demonstrar como esse acontecimento específico da sociedade bizantina afetou suas relações tanto com os romanos e os carolíngios no Ocidente quanto com os árabes no Oriente.

Assim sendo, em uma primeira parte do artigo buscamos demonstrar a importância dos estudos da *Global History* e da História Mediterrânica, uma vez que os mesmos procuram abordar as sociedades existentes na sua pluralidade, saindo do contexto ocidental para os contextos locais e regionais, que levam a histórias conectadas com um todo. Evidenciamos ainda que, assim como outras abordagens historiográficas, esta também tem os seus problemas de método. No entanto, acreditamos que essa abordagem consegue abarcar da melhor forma sociedades e culturas marginalizadas, colocando-as em evidência.

Na segunda parte, procuramos evidenciar como a expansão islâmica mudou não somente o Império Bizantino, mas também a situação política global e a economia Mediterrânica. Dessa forma, salientamos como a implementação do iconoclasmo, em conjunto com outras ações políticas, administrativas e militares do imperador Leão III, foram imprescindíveis para a sobrevivência e manutenção do Império, mostrando, apesar de todas as adversidades, a ainda existente supremacia bizantina no Mediterrâneo.

Por último, apontamos a repercussão do iconoclasmo bizantino entre o papado romano e entre os carolíngios, através das divergências religiosas e políticas entre Roma e Constantinopla, e também a partir da escrita de um tratado sobre a questão das imagens por Teodulfo, os *Libri Carolini*, a pedido de Carlos Magno.

As consequências do iconoclasmo em Bizâncio para o Mediterrâneo mostram como um conflito interno afetou tanto a parte oriental do globo, contendo a expansão árabe sobre os territórios bizantinos, quanto a parte ocidental, desestabilizando ainda mais as relações entre Roma e Constantinopla nos âmbitos religioso e político, e as relações entre as duas primeiras cidades e os carolíngios.

É possível perceber, assim, que a crise iconoclasta foi um meio de integração e desintegração mediterrânicos, ao reunir três diferentes sociedades em torno de uma única questão, mas ao mesmo tempo demonstrar a posição e interesses dessas sociedades através da criação de limites e fronteiras.

Artigo recebido em 24.01.2018, aprovado em 28.02.2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

GRUMEL, Venance. *Le patriarcat byzantine. Série I, les registes des actes du patriarcat de Constantinople. V. 1, Les actes patriarches, fasc. II et III. Les registes de 715 à 1206*. Paris: Institut Français d'Études Byzantines, 1989. Deuxième édition revue et corrigée par Jean Darrouzès, 1989.

MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire, 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1993.

Bibliografia Crítica

ABULAFIA, David. *O grande mar: uma história humana do Mediterrâneo*. Tradução: Cássio de Arantes Leite. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 237-280.

AUZÉPY, Marie-France. *State of emergency (700-850)*. In: SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of the Byzantine Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 251-291.

BAJJANI, Lucy Cavallini. *Estudo dos 'Libri Carolini': uma contribuição para o estatuto da imagem na Idade Média*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 2009.

BARROS, José D'Assunção. *Império e papado na Idade Média: reflexões historiográficas sobre duas realidades em conflito*. Revista Textura: Canoas, n. 14, 2006, p. 47-57.

BAYLY, C.A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYR, Isabel; KOZOL, Wendy; SEED, Patricia. *AHR Conversation: On Transnational History*. American Historical Review 111, no. 5, December 2006, p. 1440-1464.

BESANÇON, Alain. *A imagem proibida. Uma história intelectual da Iconoclastia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BIBIANE, Daniela; TÔRRES, Moisés Romanazzi. *A evolução política da Alta Idade Média na Europa Ocidental: da pluralidade dos Reinos Romano-Germânicos à Unidade Carolíngia*. Revista Brathair, 2 (1), 2002, p. 03-13.

BÍBLIA, Português. *A Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. [Tradução de Ivo Stornolo e Euclides Martins Balancin]. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990.

BOY, Renato Viana. *Bizâncio, o Oriente semita e a querela das imagens. Séculos VIII e IX*. Monografia de bacharelado. UFOP. DEHIS, 2004.

_____. *A Querela Iconoclasta: uma disputa em torno dos ícones no Império Bizantino- 726-843*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

- FICKER, Sandra Kuntz. *Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales*. IN: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Débats, mis en ligne le 27 mars 2014.
- GREGORY, Timothy E. *A History of Byzantium*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Ordem, Integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio*. Mare Nostrum, ano 2010, vol. 1, p. 113-127.
- HALDON, John. *Iconoclasia en Bizancio: mitos y realidades*. Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna, Buenos Aires, v. 42, 2010.
- _____. *Political-Historical survey 518-800*. CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 249-263.
- HARTOG, François. *Experiência do tempo: da história universal à história global?*. IN: história, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. p. 164-179.
- KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. 3 vols. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991.
- KIRK, George E. *História do Oriente Médio*. [Tradução: Álvaro Cabral]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 25-79.
- LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coordenação). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. [Coordenação da Tradução: Hilário Franco Júnior]. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2 v.
- LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. [Tradução: Marilene Pinto Michael]. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MAIER, Franz Georg. *Historia Universal Siglo XXI, Bizâncio*. México: Siglo XXI de Espana Editores, 1986.
- _____. *Las transformaciones del mundo mediterráneo. Siglos III-VIII*. 13 edición. México: Siglo Veinteuno editores, 1989.
- MORRIS, Ian. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, Vol.18, No.2, December 2003, p.30-55.
- NEGRAU, Elisabeta. *The ruler's portrait in Byzantine art: a few observations regarding its functions*. European Journal of Science and Theology, Vol.7, N^o.2, 2011. p. 63-75.
- NICHOLAS, Purcell; PEREGRINE, Horden. *The corrupting sea: a study of Mediterranean*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000. p. 123-172.
- OSTROGORSKY, Georg. *Historia del Estado Bizantino*. [Tradução de Javier Facci]. Madri: Akal, 1984. p. 157-216.
- PACHECO, Perla. *Hacia una nueva historia global no eurocéntrica: un balance crítico*. TRASHUMANTE Revista Americana de Historia Social. Mexico, v. 9, 2017. p. 144-165.

SEPULTAMENTOS E RITUAIS FUNERÁRIOS ENTRE OS POVOS CELTIBEROS

Silvana Trombetta¹

RESUMO: As pesquisas arqueológicas sobre os sepultamentos celtiberos buscam elucidar as práticas funerárias no que diz respeito ao critério utilizado para escolha dos objetos depositados nas sepulturas (espadas, punhais, adagas, fusos) bem como os processos de incineração e deposição do cadáver. Havia sepultamentos primários cujos restos mortais eram colocados em buracos diretamente escavados na terra e marcados por estelas funerárias e outros secundários nos quais os ossos eram previamente selecionados antes da deposição em urnas cinerárias. Neste sentido, são particularmente importantes as necrópoles de *La Mercadera* (na qual 40% dos enterramentos possuíam armas), Carratiermes (com enterramentos do século VI a. C ao I d.C. que proporcionam uma vasta documentação material) e Numância (na qual a existência de urnas cinerárias com ossos pré-selecionados e a presença nos enterramentos de fíbulas com representações de cavaleiros carregando cabeças cortadas sugerem ritos marcados por uma complexa simbologia).

PALAVRAS-CHAVES: Arqueologia; Celtiberos; Enterramentos; Rituais

ABSTRACT: Archaeological studies of Celtiberian burials endeavor to elucidate funerary practices with regard to the criteria used for selection of the artifacts found in tombs such as swords, daggers, and spindles, and similarly for the methods of incineration and disposal of the bodies. There were simple tombs where mortal remains were placed in holes dug directly in the earth and marked with funerary stele as well as others where bones were selected prior to disposal in urns. In this context, are particularly important the necropoles of *La Mercadera* (in which 40% of the tombs contain weapons), Carratiermes (with tombs dating from the 6th century BC to the 1st century AD that hold vast documentary material), and Numancia (where some urns containing pre-selected bones and tombs containing fibulae showing horsemen displaying severed heads suspended from the horse's neck suggest the existence of rites with complex symbolism).

KEYWORDS: Archaeology; Celtiberians; Burials; Rituals

¹ Doutora em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) e pesquisadora associada do Laboratório de Arqueologia Romana e Provincial (LARP/MAE/USP). E-mail: siltrom@yahoo.com.br.

O propósito deste artigo é apresentar o debate atual sobre os sepultamentos e rituais celtiberos, tendo em mente que os mesmos são marcados por controvérsias ligadas ao simbolismo dos objetos e ossos humanos depositados nas urnas, aos locais destinados aos enterramentos, à exposição de cadáveres para serem devorados por aves necrófagas e às questões sobre o gênero dos indivíduos e sobre o mobiliário encontrado nas necrópoles. Visa-se, assim, proceder uma análise dos diversos materiais encontrados nos enterramentos de modo a traçar um panorama geral das práticas mortuárias na Celtibéria.

No entanto, a interpretação dos materiais provenientes das necrópoles ultrapassa os limites do que etnicamente denomina-se “celtiberico”, o que será explicado pela existência de um substrato proto-celta que determina similaridades entre diversos povos da Península Ibérica. É preciso, portanto, esclarecer quem eram os celtiberos e, num primeiro momento, compreender o debate teórico acerca da presença celta na Hispânia.

Tradicionalmente, as teorias sobre a presença dos povos celtas no Ocidente praticamente excluía a Península Ibérica do debate, visto que achados arqueológicos pertencentes às denominadas culturas Hallstatt e La Tène eram raros em comparação com os da Europa Central e a Espanha era pouco representada nos fóruns e publicações sobre o tema (Lorrio e Zapatero, 2005, p.168).² So-

² Nos estudos sobre os povos celtas são comumente citadas três culturas:

1) A Cultura Urnfield (ou Cultura dos Campos de Urna) surgiu na Europa por volta do final do segundo milênio a.C. e recebeu este nome devido ao fato de que após a cremação do cadáver, as cinzas eram depositadas em urnas e enterradas em cemitérios planos. Outra característica era o trabalho do bronze em lâminas finas, usadas para moldar os vasos, os escudos e as armaduras. Esta cultura esteve presente em vários locais da Europa e, muitas vezes, identificam-se os povos a ela associados como “proto-celtas” (Green, 2000, p.5).

2) A Cultura Hallstatt é assim denominada devido ao sítio arqueológico de mesmo nome na Áustria descoberto no século XIX e no qual havia cerca de 2.0000 enterramentos, dos quais 1.270 foram investigados. Os túmulos continham objetos com estilos peculiares que posteriormente foram identificados em outras regiões da Europa e correlacionados com esta cultura. Inicialmente, o termo referia-se a certos estilos discerníveis daqueles da Idade do Bronze Tardia, as últimas fases da Cultura Urnfield (Hallstatt A e Hallstatt B), que compreendem o período de 1.200 a 750 a.C. Hoje, o termo refere-se mais frequentemente à Idade do Ferro Inicial, conhecida como Hallstatt C (750-600 a.C.) e Hallstatt D (600-475/450 a.C.), sendo a mesma relacionada com elementos de estrutura social, ritos de sepultamento e padrões de enterramento que evidenciam nitidamente a existência de uma elite guerreira (Koch, 2006, p. 884-889).

3) A Cultura La Tène tem seu nome derivado da localidade próxima ao lago Neuchâtel (Suíça) cujo período de seca prolongada e as subseqüentes escavações arqueológicas no século XIX revelaram cerca de 2.500 objetos, dentre os quais espadas de ferro, pontas de lança, fíbulas, ferramentas, caldeirões de bronze. Esta cultura desenvolveu-se em continuidade à cultura Hallstatt e

mente na década de 90, este quadro começou a mudar, com a inclusão da Península Ibérica em publicações introdutórias sobre os celtas como, por exemplo, no livro de Barry Cunliffe, *The Ancient Celts* (1997). Não obstante, boa parte das pesquisas ainda continua a ignorar a presença celta na península e para superar tal impasse são necessários estudos interdisciplinares envolvendo fontes literárias antigas, documentação arqueológica e evidências epigráficas e linguísticas.

Analisar a presença celta na Península Ibérica é uma questão complexa e, segundo Almagro-Gorbea (1999, p.20) e Lorrio (1997, p.49), deve-se levar em conta não somente o recorte geográfico, mas sobretudo o aspecto etnocultural. Assim, dentro da grande variabilidade de povos existentes na península, para Almagro-Gorbea (1999, p.21) cabe diferenciar três grandes grupos: os turdetanos e os iberos (cuja língua não era indo-europeia) que ocupavam as zonas meridionais e do leste, próximos às costas mediterrâneas; os vascões que também não eram indo-europeus e que ocupavam os vales montanhosos perto do Pirineu Ocidental; e, por fim, o grupo indo-europeu do qual os celtas faziam parte, habitando especialmente o centro, o norte e o Ocidente, desde o Sistema Ibérico até o Atlântico.³

As pesquisas que colocam em relevo os aspectos etnoculturais (como as realizadas por Almagro Gorbea, Lorrio, Zapatero) ganharam força a partir da década de 80 e contrapõem-se aos estudos que viam nas invasões a explicação para as mudanças que ocorreram na Hispânia.⁴ Para Almagro-Gorbea (1999, p.23), as teses invasionistas não foram comprovadas arqueologicamente e há mais de 100 anos o problema essencial dos celtas na Península Ibérica é explicar sua origem de acordo com os dados linguísticos, históricos e arqueológicos. Para superar esta questão, o autor propõe analisar o substrato cultural dos celtas peninsulares de modo a precisar suas características.

cronologicamente abrange aproximadamente o período de 500/450 a.C. a I d.C. (Koch, 2006, p.1071-1076).

³ Denomina-se Sistema Ibérico a Cordilheira que limita a Meseta Central.

⁴ Dentre os estudos, que abordaram este assunto, destaca-se o livro de Bosch-Gimpera (*Two Celtic Waves in Spain*, 1939). Para o autor haveria duas importantes invasões. A primeira teria ocorrido por volta de 900 a.C (povos provenientes do sul da Alemanha) e seria atestada pela presença de objetos da Cultura Urnfield na parte norte da Península. A segunda teria acontecido entre os anos de 650-570 a.C (povos que teriam vindo do baixo Reno) e seria comprovada pela existência de objetos da Cultura Hallstatt no planalto da Meseta. Os belgas da província da Gália seriam os últimos grupos celtas a chegar na Hispânia por volta de 570 a.C. e teriam trazido elementos da Cultura La Tène para o norte da Meseta e o vale do rio Ebro.

As raízes do mundo celta peninsular estariam, portanto, em um substrato proto-celta conservado no Ocidente peninsular e que, durante a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, se estenderia desde as regiões atlânticas até o planalto da Meseta. Tal fenômeno seria atestado pela existência de elementos ideológicos (rituais de iniciação dos guerreiros), achados e estruturas arqueológicas (depósitos votivos de armamentos em água, construção de habitações pétreas) e evidências linguísticas (antropônimos e topônimos) comuns nas diversas áreas e que apontam para um substrato de tipo indo-europeu (Almagro-Gorbea 1992, p. 8).

Neste ponto, cabe colocar a seguinte ressalva: embora a tese do substrato proto-celta apontada pelos citados pesquisadores seja no momento a mais eficaz para a compreensão da variabilidade cultural e das similitudes existentes na península, a refutação das teses invasionistas não deve levar a um simples descarte de toda e qualquer influência das culturas Urnfield, Hallstatt e La Tène.

Lorrio (2001, p.188), por exemplo, ao mesmo tempo em que afirma que não se pode simplesmente vincular a presença de povos da Cultura Urnfield com uma “celtização” da península (uma vez que se verifica a existência de grupos desta cultura entre os iberos), também relata que não se deve subestimar a possibilidade de que sua infiltração na Meseta Oriental durante os últimos séculos do primeiro milênio tenha sido portadora de uma língua indo-europeia precedente da língua dos celtiberos (um dos grupos celtas existentes na península). Podemos dizer que não há contradição entre estas duas afirmações, uma vez que não se trata de considerar a existência de levas invasoras que determinaram uma mudança cultural, mas sim de ponderar a influência de grupos da Cultura Urnfield (provenientes da Europa Central e que chegaram à península após cruzar os Pirineus), na região da Meseta Oriental.⁵

⁵ Cabe lembrar que embora Lorrio reporte-se à Cultura Urnfield (2001, p.187-188), ele também afirma que é absolutamente essencial abandonar de uma vez por todas a interpretação tradicional que liga os celtas peninsulares à cultura La Tène, ligação usada há décadas como critério para excluir a Ibéria do mundo celta ou, na melhor das hipóteses, referir-se a ela como um local onde havia um grupo regional estranho e atípico, os celtiberos. Algumas teorias europeias agora reconhecem explicitamente esse fato e admitem a existência de um grupo com sua própria identidade que emergiu antes dos movimentos migratórios da Cultura La Tène (Lorrio e Zapatero, 2005, p. 231).

Assim, ao longo deste artigo, objetos da cultura Urnfield, Hallstatt e La Tène presentes nos sepultamentos serão analisados visando compreender aspectos relacionados à estrutura social e econômica dos celtiberos (como, por exemplo, as trocas comerciais de bens de prestígio entre chefias guerreiras) a partir da análise da documentação material.⁶

Dentre os vários povos da Península Ibérica (vetões, lusitanos, galaicos, iberos, turdetanos), os celtiberos são os mais conhecidos, fato atribuído à sua maior presença nas fontes históricas e às informações provenientes dos sepultamentos. A primeira menção textual à Celtibéria aparece na obra de Políbio, na descrição do cerco a Sagunto durante a Segunda Guerra Púnica:

Esta cidade está situada no pé da cordilheira, onde convergem as fronteiras da Ibéria e da Celtibéria e é cerca de sete estádios do mar. O distrito cultivado por seus habitantes é extremamente produtivo, e tem um solo superior a qualquer outro em toda a Península Ibérica (Políbio – História, 3, 17)

Ao longo da obra, a Celtibéria aparece em destaque no relato das Guerras Celtiberas (Políbio 35, 2), onde é relatado que a vitória de Roma ocorre em 133 a.C., após o cerco à cidade de Numância.

Salientamos, no entanto, que um problema que se coloca em relação à análise das fontes escritas refere-se ao uso da palavra “celtiberos”. O termo aparece tanto para dar nome aos povos cuja cultura era uma mescla de elementos “celtas” e “ibéricos”, quanto para designar povos contrários à presença de Roma, aludindo em geral aos celtas na Ibéria e não propriamente aos celtiberos. Segundo Lorrio (2001, p.183), ainda que para parte dos pesquisadores atuais o termo não remeta a uma unidade étnica, para outros, trata-se de um grupo com estas características, já que incorporara entidades de menor categoria, de forma semelhante ao que ocorre quando se examina os povos gauleses e os iberos. Não obstante a polêmica existente, são comumente aceitos sob a alcunha de “celtiberos” os arévacos, os belos, os lusões, os váceos, os carpetanos.

A análise dos grupos étnicos considerados celtiberos e sua delimitação por meio das cidades que lhes são atribuídas permite determinar os limites da

⁶ A presença destes objetos nos enterramentos não será vista como resultante de invasões migratórias, mas de uma troca de bens de prestígios entre as elites de várias regiões da Europa.

Celtibéria, que de forma alguma devem ser considerados fixos. Nesse sentido, pode-se avaliar os nomes que acompanham certas cidades e que fazem referência ao caráter limítrofe das mesmas, como Segobriga, *caput Celtiberiae*, (em Cuenca), Clunia, *Celtiberiae finis*, (em Burgos) ou Contrebia Leucade, *caput eius gentis*, (em La Rioja). Geograficamente, a Celtibéria aparece situada nas terras altas da Meseta Oriental e na margem direita do vale médio do rio Ebro, abrangendo, em linhas gerais, a atual província de Soria, boa parte de Guadalajara e Cuenca, o setor oriental de Segóvia, o sul de Burgos e La Rioja e a parte oeste de Zaragoza e Teruel, chegando a alcançar a região noroeste de Valência (Lorrio, 2001, p. 183).

Além das fontes textuais e dos dados linguísticos, o registro arqueológico oferece a possibilidade de traçar o processo de formação da cultura celtibera, fenômeno que remete ao período anterior à presença romana, ao longo do primeiro milênio a.C. (Lorrio, 2001, p.184). A sequência cultural do mundo celtibero tem sido estabelecida a partir da análise do habitat, das necrópoles e dos objetos arqueológicos, abarcando uma periodização que inicia no século VIII e termina no século I a.C. Dentro desta ampla cronologia, a cultura celtibera geralmente aparece dividida em quatro fases: Protoceltibero (século VIII ao século VII a.C.), Celtibero Antigo (meados do século VI até início do século V a.C.), Celtibero Pleno (século V a.C. até o século III a.C.) e Celtibero Tardio (século II a.C. até o século I a.C.).

Se os debates sobre a presença celta na Península Ibérica e os celtiberos são complexos, o mesmo pode-se dizer sobre os aspectos relativos às práticas mortuárias. Existem questões ainda não completamente esclarecidas sobre os rituais funerários (exposição do cadáver para ser devorado por abutres ou corvos, incineração dos corpos seguida ou não pela seleção dos ossos para posterior inserção em urnas cinerárias, deposição das cinzas do defunto em meio aquático) e sobre os indivíduos sepultados, uma vez que há enterramentos masculinos e femininos junto à armamentos, o que suscita questões ligadas ao gênero e tipo de objeto depositado.⁷

⁷ A prática do enterramento secundário é particularmente visível na necrópole de Numância (Genzor, 2005, p. 385). Após o processo de queima na pira funerária, os ossos eram selecionados (especialmente os do crânio, sobre cuja simbologia discutiremos mais adiante) e inseridos em urnas cerâmicas decoradas. Este rito estava reservado a uma pequena parcela da população, provavelmente indivíduos da elite celtibera.

Assim, a questão dos sepultamentos entre os povos celtiberos ainda gera controvérsias e está longe de ser completamente elucidada. Um dos problemas com que os pesquisadores se deparam reside no fato de que grande parte dos achados como pontas de lança, espadas (a maior parte propositalmente danificada), fíbulas, fechos de cinturões, são provenientes de escavações arqueológicas antigas, não sendo possível recuperar o contexto. Outro ponto chave é a da falta de necrópoles nas quais seja possível encontrar o defunto com suas vestimentas e mobiliário funerário completo. Não obstante a existência destes obstáculos, dados provenientes de necrópoles celtiberas têm trazido à tona importantes dados.

Na primeira necrópole de cremação, no vale médio do rio Ebro em Lérida (que remonta ao segundo milênio a.C.), é possível atestar manifestações de uma nova estrutura social. De acordo com Burillo Mozotta (2005, p. 456), as práticas mortuárias assimilaram a cremação ritual originária da Europa Central (Cultura Urnfield) com a prática local de enterramentos em *mounds* (elevações artificiais na paisagem natural onde o defunto era sepultado). Como já afirmado no parágrafo anterior, muitas escavações foram feitas no início do século XX e revelam “a escassez de contextos fechados e a impossibilidade resultante de realizar estudos sobre os aspetos sociais dessas comunidades” (Burillo Mozotta, 2005, p. 457). Algumas necrópoles, porém, revelam-se extraordinárias exceções e têm sido alvo de projetos arqueológicos recentes. É o caso de La Mercadera (Soria/século VI a.C. ao início do século III a.C.), conhecida por ser local de enterramento de uma elite guerreira, e Carratiermes (também em Soria), que contém enterramentos do século VI a.C. ao I d.C. numa área de três hectares. Nesta última, há 644 tumbas com grande quantidade de documentação material (cerâmicas, armas, ornamentos) e os estudos osteológicos⁸ ali realizados revelaram uma equidade entre os enterramentos masculinos e femininos. Além disso, existem 28 tumbas com enterramentos duplos: indivíduos do sexo feminino enterrados juntamente com cri-

⁸ Burillo-Mozota (2005) indica que foram feitas análises osteológicas mas, infelizmente, não especifica os métodos que foram utilizados. Supõe-se que o processo deva seguir as etapas habituais de reconstituição em laboratório de ossos incinerados, de modo a observar o tamanho dos ossos (maiores e mais robustos nos homens), a diferença do osso íliaco (mais proeminente em mulheres) e dos ossos do crânio como, por exemplo, os ossos dos arcos superciliares (maiores nos indivíduos do sexo masculino).

anças ou adultos do sexo masculino junto a adultos do sexo feminino. Provavelmente haveria algum propósito ritualístico ainda não identificado nestes sepultamentos.

Tal qual na citada necrópole de Carratiermes, o exame dos enterramentos de Numância (Soria/século III a.C. ou II a.C. ao século I a.C.), é crucial para a detecção de processos ritualísticos. A necrópole possui 156 tumbas caracterizadas por uma estrutura simples, cujos restos mortais eram depositados em pequenos buracos na terra, sendo alguns marcados por estelas funerárias e protegidas por blocos de pedra colocados na superfície. “O total dos restos humanos em cada tumba é de 5,73 gramas” (Burillo Mozotta, 2005, p. 459). Esta pequena quantidade seria resultado de um processo ritual (que será descrito mais adiante) no qual os ossos eram previamente selecionados. Outro ponto importante é a presença de treze pavimentos circulares nas proximidades do *oppidum* de Numância, constituídos por pedras arredondadas cuja função pode ter sido a de plataforma para exposição dos cadáveres a serem devorados por aves necrófagas (Genzor, 2005, p.371).

Além dos processos ritualísticos, a análise do mobiliário funerário presente nos sepultamentos celtiberos como fíbulas, espadas, punhais e braceletes têm sido examinados com propósitos diferentes, embora complementares: observação da continuidade/ruptura das denominadas culturas Halstatt e La Tène; detecção da classe social do morto; simbolismo presente nos enterramentos.

A pesquisadora Lernez de Wilde (2001, p. 323-324), ao tratar da região do planalto da Meseta, visualiza uma continuidade entre as denominadas culturas Halstatt e La Tène, vista sobretudo nos objetos que se encontram no centro da Espanha, os quais deveriam sua presença ao fato de terem sido levados por mercenários ou trazidos como presentes, botim de guerra ou mercadorias. Nos mobiliários funerários analisados, são descritas espadas La Tène cujas bainhas possuíam alças para prender ao cinturão (um costume que não era celta), o que, para a autora, junto com outros dados como a incomum representação de dragões, comprova que tais bainhas e espadas foram produzidas fora da região da Meseta (figs. 1 e 2). Os achados remontam à segunda metade do século IV ou ao início do século III a.C.

Também foram objeto de análise da pesquisadora as fíbulas La Tène e os broches de cinturões presentes nos enterramentos. Todavia, ao examinar os enterramentos com armas é preciso levar em consideração dois importantes fatores. O primeiro é a constatação de que nos cemitérios da Meseta existiam armas em poucos sepultamentos. Lorrio (1997, p. 210-211) salienta que em Riba de Saelices (Guadalajara/século III a.C. ao século II ou I a.C.) nenhum dos 103 enterramentos continha armas e em Aguilar de Anguita (Guadalajara/século VI a.C. ao século II ou I a.C.) somente 21 sepultamentos de um total de 5.000 continham armamentos. Por outro lado, configuram exceções necrópoles como La Mercadera (Soria) e Sigüenza (Guadalajara), nas quais há armas em quase metade dos enterramentos no período que compreende os séculos IV e III a.C. (em La Mercadera há armas em 44 dos 100 enterramentos e em Sigüenza em onze dos 33 enterramentos). Um caso raro é a Necrópole de Atienza (Guadalajara), na qual durante os séculos IV e III a.C. todos os quinze defuntos foram enterrados com suas armas, o que leva a crer que provavelmente era a necrópole de uma elite guerreira (Lernez de Wilde, 2001, p. 326).

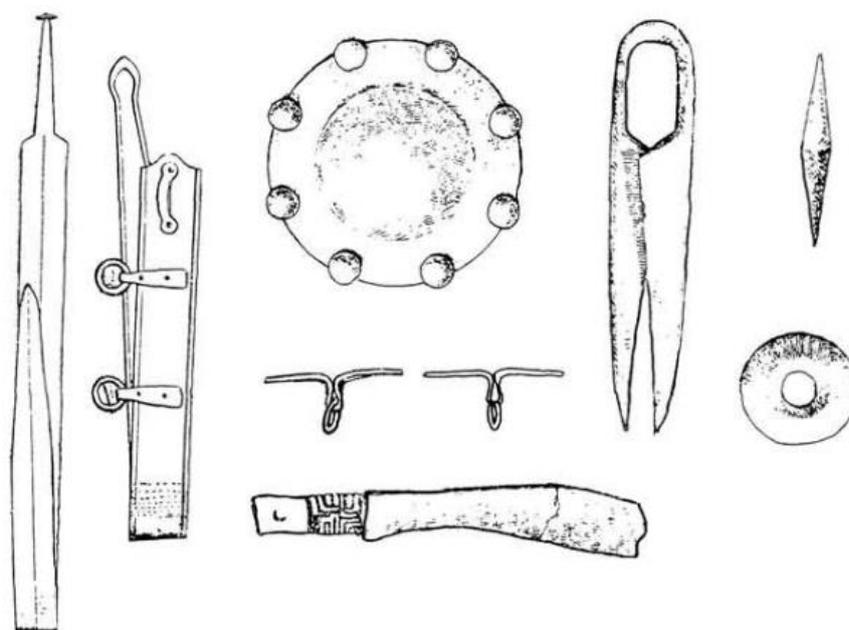


Fig. 1 – Tumba “D” de Arcobriga (Zaragoza). Referência Bibliográfica – Lernez de Wilde, 2001, p. 325

O segundo ponto é o fato de que no texto de Lernez de Wilde (2001) não há a descrição de todas as peças do mobiliário funerário. Isto porque o foco do

estudo não é a análise do conjunto, mas a verificação dos objetos relacionados com a cultura La Tène entre os celtiberos. Logicamente, há que se ter em mente que o que se denomina de La Tène varia de uma região para outra e, além disto, é importante observar que existem mobiliários funerários cujo conjunto suscita questões relativas ao gênero. É o caso de mobiliários nos quais, além de espadas, encontram-se fusos e outros nos quais foi possível verificar por meio de análise osteológica que as armas estavam ao lado de indivíduos do sexo feminino.

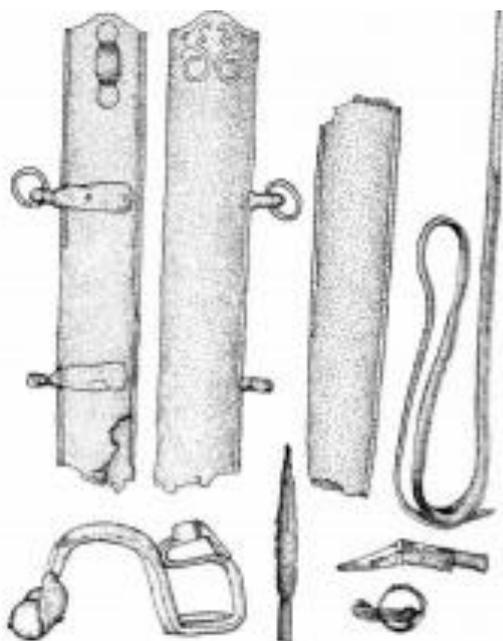


Fig. 2 – Tumba de Quintanas de Gormaz (Soria). Referência Bibliográfica – Lerne de Wilde, 2001, p. 325

Lorrio (1997, p. 203), ao examinar o mobiliário funerário, destaca que espadas e pontas de lança seriam indicadoras do *status* do guerreiro e de sua posição privilegiada dentro do grupo, enfatizando o caráter militar desta sociedade. Embora na maior parte das vezes a análise antropológica confirme que os indivíduos sepultados juntamente com espadas, punhais e lanças sejam do sexo masculino e indivíduos enterrados com braceletes, pulseiras e anéis sejam mulheres adultas, há casos nos quais isto não ocorre.⁹

Isso pode ser visto no cemitério celtibero de Las Ruedas (Padilla de Duero/século V a.C. ao II d.C.), onde foi encontrada uma sepultura feminina com

⁹ Tal qual Burillo-Mozota (2005), Lorrio não detalha as análises antropológicas utilizadas para diferenciar esqueletos masculinos e femininos.

armamento militar, no de Sigüenza (Guadalajara/século VI a.C – I d.C.), onde foram encontradas quatro sepulturas femininas com armas e no de La Yunta (Guadalajara/final do século IV ao século II a.C.), no qual havia seis sepultamentos femininos com mobiliário militar. Nos sepultamentos de Las Ruedas e Sigüenza, a maior parte dos túmulos com armas eram masculinos, mas o caso de La Yunta é singular, pois do total de doze sepulturas com armamentos, a maior parte é feminina (seis), existindo quatro sepultamentos masculinos e outros dois cuja identificação do sexo não foi possível. Lorrio defende uma posição segundo a qual

a existência de armas em sepulturas femininas não deve ser vista como um indício do pertencimento de algumas mulheres ao estamento militar, mas que isto deve ser interpretado como uma prova da posição privilegiada que a morta possuía em vida, por seu matrimônio ou por pertencer a um grupo familiar destacado (Lorrio, 1997, p. 203-204).

Com relação à particularidade da necrópole de La Yunta, o autor relata que

sua cronologia avançada e a localização geográfica a situam numa área marginal em relação aos focos mais ativos da Celtibéria, caracterizada pelo empobrecimento dos mobiliários e praticamente o desaparecimento das armas e, por isto, dificilmente pode-se extrapolar para o resto do território celtibero os resultados obtidos neste cemitério mediante as análises antropológicas (Lorrio 1997, p. 204).

Na mesma linha de pensamento, Cerdeño (2005, p.13) igualmente demonstra preocupação no que concerne aos dados obtidos nas necrópoles celtiberas visto que os mesmos podem ser incompletos e propõe outra interpretação para a concentração de armas em túmulos femininos: as armas do guerreiro morto em batalha seriam recolhidas e posteriormente enterradas com um membro da família, o qual poderia ser a sua esposa.

Embora as explicações de Lorrio (1997) e Cerdeño (2005) sejam bastante plausíveis e importantes, resta explicar porque em túmulos masculinos há a presença de fusos. Este tipo de objeto se distribui de forma equivalente na necrópole de La Yunta em sepultamentos de ambos os gêneros, é encontrado num túmulo masculino da necrópole de Sigüenza e ocasionalmente associa-se a túmulos nos

quais encontram-se armamentos. Temos como exemplo, o conjunto de achados funerários do final do século IV e início do século III a.C. encontrado em Arcobriga (Zaragoza) que é descrito por Lernez de Wilde (2001, p. 329-331) como um mobiliário que inclui, além de um punhal e outros elementos (fíbulas, bainha, pedaços de metal), a presença de um fuso.

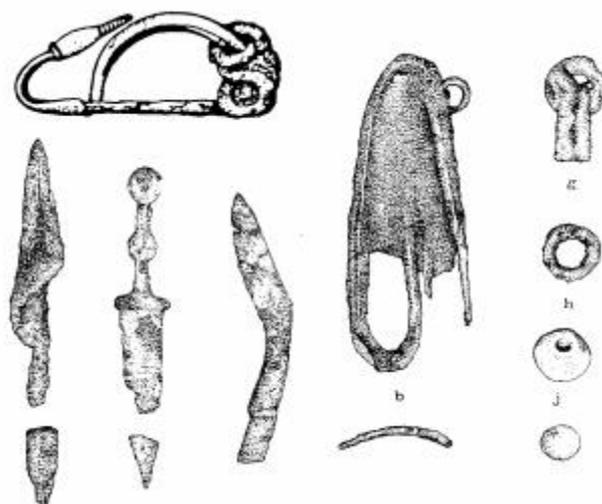


Fig. 3 – Tumba de Arcobriga (Zaragoza). Referência Bibliográfica – Lernez de Wilde, 2001, p. 331

Outro objeto importante para a análise são as fíbulas encontradas nos enterramentos celtiberos. Lernez de Wilde (2001, p.338-340), ao relatar a presença destes objetos nos enterramentos de Ávila, observa que as fíbulas anulares são mais frequentes nos enterramentos sem armas, enquanto as denominadas fíbulas de pé traseiro são encontradas em sepultamentos com armas. Algumas tumbas nas quais foi possível identificar o sexo do defunto confirmam a presença das fíbulas anulares junto a enterramentos femininos. No entanto, na necrópole de La Mercadera, há fíbulas anulares em sepultamentos masculinos e também nos femininos, sendo que os demais tipos (como as de pé traseiro) aparecem mais em tumbas masculinas. Qual seria o critério para tal escolha? Lernez de Wilde (2001, p.239) pontua que nos sepultamentos em que foi possível detectar o sexo do indivíduo, as fíbulas anulares maiores e mais pesadas encontravam-se nos sepultamentos masculinos e as menores nos enterramentos femininos. As fíbulas muito pequenas que se destinavam a prender tecidos finos são inexistentes em sepultamentos masculinos e presentes nos sepultamentos femininos, evidenciando, neste caso, uma relação entre o tamanho e o peso das fíbulas anulares e o

sexo do defunto. No entanto, por que existem diferenças quanto ao tipo de fíbula e por que em locais como La Mercadera existem fíbulas anulares tanto em enterramentos masculinos quanto femininos? Tal qual a questão das armas presentes em enterramentos de ambos os sexos, as fíbulas igualmente fomentam questões ainda não completamente solucionadas.

As famosas fíbulas de tipo celta, com o formato de um cavalo estilizado, e também de estandartes (século III/II a.C.) aparecem em enterramentos de Numância (Soria), La Osera (Ávila), Arcobriga (Zaragoza), Las Cogotas (Ávila), Gormaz (Soria), Luzaga (Guadalajara), Herrera de Navarros (Zaragoza).

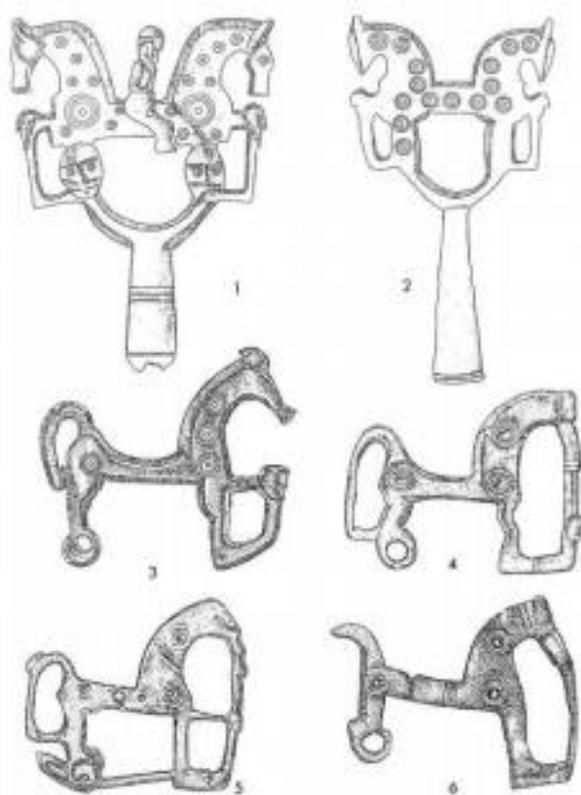


Fig. 4 – Estandarte e fíbulas com imagens de cavalos e cabeças humanas. 1-2: Numância (Soria). 3: sin proc. (Mus. Barcelona), 4: La Osera (Avila), 5: Arcobriga (Zaragoza), 6: Las Cogotas (Avila), tumba 12. Referência: Lerne de Wilde, 2001, p. 340

A presença das cabeças em algumas destas fíbulas e estandartes remete ao culto celta das cabeças, atestado na província romana da Gália nos santuários de Roquepertuse (Cunliffe, 1999, p.82) e Entremont (Green, 2001, p.101-102).



Fig. 5 – Pilar de entrada do santuário de Roquepertuse (Gália), com crânios incrustados (século III/II a.C.). Referência: Cunliffe, 1999, p. 82

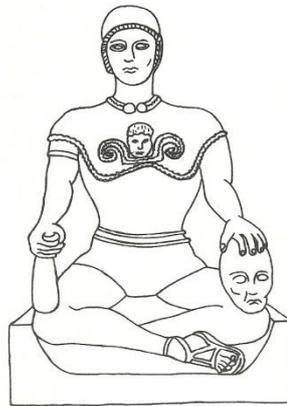


Fig. 6 – Escultura do Santuário de Entremont (Gália) representando um deus ou um guerreiro sentado e segurando um crânio. Século IV/III a.C. Referência: Green, 2001, p. 102.

Além da documentação material, fontes escritas mencionam a existência de cabeças utilizadas como troféu de guerra. Temos como exemplo, o relato de Estrabão:

Eles tinham o costume bárbaro e absurdo, apesar de comum em muitos locais do Norte, de suspender as cabeças dos seus inimigos nos pescoços dos seus cavalos no retorno da batalha e, quando chegavam, pregavam-nas para espetáculo em seus portões. Posidônio disse ter testemunhado isto em muitos locais diferentes, ficando inicialmente chocado e posteriormente familiarizado devido à frequência com que isto ocorria (Estrabão, Geografia, IV, 4, 5).

Em vista do que foi exposto, a existência de fíbulas com iconografia de cavaleiros carregando cabeças cortadas leva a questionar se tais sepultamentos não pertenceriam a uma elite guerreira, visto que, com relação às cabeças de inimigos mortos em batalha, Genzor aponta que apossar-se do crânio do inimigo morto em combate significava “apropriar-se das qualidades do vencido, fato que também poderia estender-se na Celtiberia à mutilação das mãos (2004, p. 69)”. Neste sentido, há fortes indícios de que as fíbulas com representações de cavaleiros e cabeças interligam-se à afirmação de um poder bélico.

Todavia, existem interpretações discordantes. Burillo Mozzota (2005, p. 460), citando a pesquisa de Frédérique Horn (2003), relata que os estudos sobre as representações de cabeças e crânios na Península Ibérica estão longe de serem limitadas a uma interpretação de cabeças cortadas como troféu de guerra.

Para o autor, as representações encontradas nas cerâmicas parecem pertencer a dois estilos iconográficos distintos: um identificado com a influência Mediterrânea e outro identificado com a Celta. Estes significados podem ser diversos: glorificação do guerreiro, representação de ancestrais ou divindades, máscaras funerárias. Esta ambiguidade interpretativa pode ser estendida às cabeças representadas nas fíbulas com cavalos, frequentemente interpretadas como cabeças cortadas. No que diz respeito aos restos cranianos, o único conjunto identificado como a manifestação de um ato ritual envolvendo exposição de restos humanos foi encontrado na parte Nordeste da Península Ibérica (Pujol 1989, p.301-314). Os crânios preservados (alguns dos quais foram empalados) compartilham semelhanças com os encontrados na Gália, cujos laços com a parte nordeste da península corroboram com a predominância nesta última da cultura material La Tène: fíbulas e espadas. O único vestígio remanescente deste tipo identificado no território celtíbero é proveniente de Numância. Embora este achado tenha sido interpretado como um troféu (Taracena 1943, p.168), a ausência no crânio do maxilar inferior e quaisquer vestígios de exposição levam estudiosos a interpretarem-no como evidência de um ritual não-guerreiro.

Não obstante as observações acima, que enfatizam a ambiguidade interpretativa que permeia a iconografia das cabeças cortadas (cujo caráter não seria exclusivamente o de acentuar o poder bélico), há que se ter em mente que as simbologias de poder, ancestralidade e proteção não são estáticas. A representação

da cabeça cortada enquanto troféu de guerra nas fíbulas e estandartes dos enterramentos de Numância (Soria/século III ao século II a.C.) tem o propósito de ressaltar o papel combativo do guerreiro (e, ao mesmo tempo, seu papel de defensor da comunidade). Mas isto não significa que em diferentes regiões esta mesma imagem não possa estar sujeita a simbolismos que a associem à glória decorrente da batalha ou à máscaras funerárias. Tal fato, no entanto, não invalida a correlação entre a representação das cabeças e sua associação com aspectos marciais e defensivos pois, como veremos a seguir, existem na Celtibéria vários elementos que permitem tal conexão.

Um ponto importante é que ao examinarmos as cremações de necrópoles celtiberas notamos que há uma seleção dos ossos colocados nas urnas, sendo frequente o aparecimento de restos cranianos e de extremidades das mãos. Genzor (2005, p. 385) relata que das 23 tumbas encontradas na necrópole de Numância, quatorze continham ossos que correspondiam ao crânio e às extremidades dos dedos. Logicamente, neste caso, as urnas provavelmente seriam de restos mortais de um membro da comunidade e não de um inimigo visto que também existiam cabeças preservadas dentro do ambiente doméstico que estavam relacionadas ao culto dos ancestrais (Genzor, 2005, 378).¹⁰ Seja no caso da existência de crânios que se referem ao culto dos antepassados ou ao inimigo vencido em combate, a importância da cabeça como local no qual residia a alma humana (Green, 2001, p.95) evidencia-se quando encontramos crânios expostos em pórticos de santuários, cabeças esculpidas em pedra e objetos como as citadas fíbulas que retratam guerreiros sobre cavalos portando cabeças como troféu de batalha.

Cabe destacar que armas igualmente tinham papel relevante como troféu de guerra. Segundo Genzor (2004, p. 71) “do mesmo modo que despojavam o inimigo de partes significativas de seu corpo, os celtas consideravam as ferramentas tomadas na guerra como troféus que consagravam em túmulos”. Isto explica os achados funerários nos quais os armamentos encontram-se junto às fíbulas e outros materiais de modo a compor um mobiliário que confirma o prestígio da elite

¹⁰ A cabeça para os celtiberos não constituía simplesmente uma metáfora da vitória sobre o inimigo. Ela era a parte que simbolizava o todo, o elo com os ancestrais. Há evidências de que os celtiberos deliberadamente preservavam crânios no espaço doméstico, o que torna patente que os mesmos praticavam o culto aos antepassados (Genzor, 2005, p. 379). De modo semelhante, a seleção dos ossos contidos nas urnas cinerárias aparece vinculada a este culto.

guerreira. Outro aspecto importante era a inutilização ritual das armas, que não se realizava no momento do enterramento sendo, na verdade, resultado de uma ação anterior e metódica que contava com um “instrumental próprio e era realizada por um perito” (Genzor 2004, p. 72).

Por fim, é importante sublinhar que em relação aos ritos funerários celtiberos, a já mencionada exposição do morto sobre plataformas pétreas encontra correspondência em outra documentação material. Este rito pode ser confirmado arqueologicamente pela existência de cerâmicas pintadas numantinas, datadas do século I a.C., que mostram o defunto (provavelmente um guerreiro) junto a abutres e corvos que devoram seu corpo. O propósito seria o de levar a alma do combatente ao céu, sendo este ritual muito particular e destinado aos mais valerosos (Genzor, 2005, p.371).

As pesquisas relativas aos enterramentos celtiberos revelam importantes dados (ainda não de todo esclarecidos) sobre o mobiliário funerário e o simbolismo a ele vinculado, a posição social do defunto, as práticas de cremação, os locais destinados à exposição dos corpos. Muitas são ainda as questões a serem respondidas e a documentação material juntamente com as fontes escritas traçam novos caminhos para interpretações.

Artigo recebido em 15.10.2017, aprovado em 09.01.2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Strabo. *The Geography of Strabo. Literally translated, with notes, in three volumes*. London. George Bell & Sons. 1903.

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0239%3Abook%3D4%3Achapter%3D4%3Asection%3D5>>. Acesso em 9 out. 2017.

Polybius. *Histories*. Evelyn S. Shuckburgh. translator. London, New York. Macmillan. 1889. Reprint Bloomington 1962.

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0234%3Abook%3D3%3Achapter%3D17>>. Acesso em 30 dez. 2017.

Bibliografia crítica

Almagro-Gorbea, M. Los pueblos célticos peninsulares In: Almagro-Gorbea et al. *Las guerras cántabras*. Cantabria: Fundación Marcelino Botín, 1999

_____. El origen de los celtas em la Península Ibérica. *Protoceltas y Celtas In Polis, revista de ideas y formas politicas de la antigüedad clásica* 4, 1992, p. 5-31.

Bosch-Gimpera, P. *Two celtic waves in Spain*. Oxford: University Press, 1939.

Burillo Mozotta, F. Celtiberians: problems and debates. *e-Keltoi*, 6, 2005, p. 411-480. <https://www4.uwm.edu/celtic/ekeltoi/volumes/.../burillo_6_8.html>. Acesso em 10 out. 2017.

Cerdeño, M.L. Arqueología funeraria celtibérica. *Historiae (Zaragoza)* 2, 2005, p. 1-26

Cunliffe, B. *The ancient celts*. Londres: Penguin Books, 1999

Genzor, G. S. El mundo funerario celtibérico como expresión de um ethos agnóstico. *Historiae (Zaragoza)* I, 2004, p. 56-107.

_____. Celtiberian ideologies and religion. *e-Keltoi* 6, 2005, p. 347-410. <http://www4.uwm.edu/celtic/ekeltoi/volumes/vol6/6_7/sopena_6_7.html>. Acesso em 14 de set. de 2016.

Green, M. *The celtic world*. Londres: Routledge, 2000.

_____. *Dying for gods: human sacrifice in Iron Age & Roman Europe*. Stroud: Tempus Publishing Ltd, 2001.

Horn, F. Les céramiques pré-romaines à décor de têtes plastiques en péninsule Ibérique. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 33 (1), 2003, p. 199-237.

Koch, J. T (ed.) *Celtic culture: a historical encyclopedia*. Oxford, Santa Bárbara, Calif: ABC-Clio, 2006.

Lernez de Wilde, M. Los Celtas em Celtiberia. *Zephyrus (Salamanca)*, 2001, p. 53-54.

Lorrio, A. J. Los Celtiberos in Almagro-Gorbea, M., Mariné, M. e Alvarez-Sanchis, J. R. ed[s] – *Celtas y Vettones*. Ávila: Disputación Provincial de Ávila, 2001, p.182-191.

_____. *Los Celtiberos: etnia e cultura*. Madri: Complutum, 1997.

Lorrio, A. J.; Zapatero, G. R. - The Celts in Iberia: An Overview. *e-Keltoi* 6, 2005, p. 167-254. <https://www4.uwm.edu/celtic/ekeltoi/volumes/vol6/6_4/lorrio_zapatero_6_4.html>. Acesso em 26 de out. de 2017.

AS *CETARIAE* NA PROVÍNCIA DA HISPÂNIA BÉTICA: O *GARUM* ENQUANTO CONTINUAÇÃO DE UMA PRÁTICA ECONÔMICA E CULTURAL FENÍCIO-PÚNICO EM GADES E SUA RESSIGNIFICAÇÃO EM CONTEXTO ROMANO

Rodrigo Araújo de Lima¹

RESUMO: Produzidos nas *cetariae* da Hispânia Bética o *garum* e seus derivados foram iguarias alimentares introduzida na dieta latina tanto por suas qualidades gastronômicas e medicinais quanto pelo seu status. Neste artigo descreveremos a continuação da prática das salgações fenícias e púnicas estabelecidas na cidade fenícia de Gádir, mantida na Gades romana e absorvida pela dieta romana.

PALAVRAS-CHAVE: Produção fenício-púnica; *Garum*; Bética; Continuidade; Dieta romana.

ABSTRACT: Produced in Hispania Baetica *cetariae*, the *garum* and its derivatives were delicacies introduced in the Latin diet for your gastronomical and medicinal qualities, and by its status. In the article, we will describe the continuity of these Phoenician and Punic brine practice established in the Phoenician city of Gadir, maintained in the Roman Gades and absorbed by the roman diet.

KEYWORDS: Phoenician-Punic Production, *Garum*, Baetica, Continuity, Roman Diet.

Amphora corrupto nec uitiata garo

Ao se referir à uma cortesã chamada Thais, Marco Valério Marcial (6, 93, 6) utiliza a composição epigramática acima, aplicando-a de modo a dizer que “*nem uma ânfora apodrecendo de garum, cheira tão mal como ela*” (Lejavitzer, 2000, p. 119). Não há dúvida de que *garum* foi um importante condimento a base de peixe amplamente apreciado na Antiguidade tanto por fenícios, púnicos, gregos e em especial pelos romanos (fig. 1). No entanto, qual seria a polêmica em relação a esse molho de peixe consumido pelas mais diversas camadas sociais de

¹ Mestrando em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos (MAE/USP). Membro do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA) e membro do grupo de estudos do CNPQ Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (Arise) Bolsista Capes. E-mail: rodrigo.araujo.lima@usp.br. Agradeço os membros do LEIR-MA e a Revista *Mare Nostrum* pelo convite e pelo diálogo estabelecido durante nossa apresentação no Congresso de Pesquisadores e Pós-graduandos do LEIR-MA em 2016.

Roma tanto nas províncias quanto na capital? Mesmo ironicamente desmerecido por alguns autores antigos, como veremos adiante, o *garum* conquistou a mesa romana se tornando uma verdadeira mania como afirmou Maguelone Toussaint-Samat, (2009, p. 338) sendo amplamente utilizado na culinária, como pode ser atestado nas receitas gastronômicas que chegaram até nossos dias (cf. Apício, *De Re Coquinaria*). Usado tanto como um tempero como um unguento medicinal o *garum*, o *liquamen*, o *hallec* e a *muria* estão entre os condimentos mais apreciados pela antiga cozinha romana sendo também os mais comentados pelas fontes clássicas (Areteu, 1, 2).



Fig. 1: Distribuição das ânforas contendo os molhos produzidos nas salgações fenícias durante o século VI-V a.C. (López Castro, 1995: p. 65; Adaptado por Araújo De Lima, 2017).

No que diz respeito a sua origem autores como Ponsich, Tarradell e posteriormente Étienne², preferem afirmar que possivelmente o *garum*, a *muria* e o *hallec* seriam condimentos de origem púnica (Botte, 2009, p. 13; Martin, 1981, p. 53). No entanto, não há um consenso entre os pesquisadores sobre o povo criador desse molho. Arqueologicamente, como veremos adiante, as oficinas de salgação se concentram mormente na Península Ibérica, especificamente na região da

² Após publicar um artigo afirmando que o *garum sociorum* era de origem grega, Robert Étienne (1970). Segundo Martin (1981, p. 53), em 1971, Robert Etienne, durante o I Simpósio da Economia Antiga da Península Ibérica, afirmou que as indústrias antigas de conserva, como o *garum* eram invenção grega e que os púnicos a haviam copiado. No entanto em 2006 em suas retratações Étienne revê sua postura e assume o posicionamento de seus colegas considerando uma origem púnica que o *garum* (apud Botte, 2009, p. 13).

atual comunidade autônoma de Andaluzia. Até o momento há evidências arqueológicas de uma intensa produção de *garum* nessa área ainda no século VI a.C. Sob Roma, as oficinas de salgação aumentam suas dimensões e se expandem para outras regiões ibéricas, fato que nos leva a considerar a Ibéria enquanto local primaz, dentre as demais áreas mediterrânicas, em vistas de suas excelentes condições climáticas, biológicas e ecológicas para a feitura da conserva. Vale lembrar que os assentamentos fenícios já dispunham de uma longa tradição de oficineiros acostumados à realização dessa atividade.

Segundo Robert Curtis (1983, p. 232) há algumas décadas os pesquisadores acreditavam que nossos estômagos não suportariam um prato preparado com *garum*. Essa ideia, atualmente, encontra cada vez menos seguidores, tanto que autores como Pierre Grimal, Thomas Monod afirmam que é difícil acreditar que o *garum* fosse realmente a podridão e a perversão do gosto uma vez que as *cetariae*, as oficinas de salgação de peixe, floresceram desde o século VI a.C. e seus produtos, o *garum* e seus derivados foram consumidos continuamente por um milênio (1952, p. 27).

O primeiro (e principal) argumento utilizado para infamar esse molho de peixe diz respeito ao seu mal cheiro. O seu longo processo de produção, como veremos adiante, provavelmente causou repulsa aos escritores antigos. No entanto tal como conclui Grimal e Monod (1952), Claude Jardin (1961) também considera que o *garum* não cheiraria pior que o *nuoc-mam*³ asiático (*apud* Curtis, 1983, p. 232).

Dada a necessidade de acondicionamento de alguns gêneros alimentícios, Gabriela Martin (1981, p. 49) esclarece que as populações mediterrânicas foram obrigadas a desenvolver meios para a conservação de seus alimentos. No caso dos pescados, o sal marinho foi um recurso vital para a conserva.

Na Antiguidade havia duas formas de obtenção desse recurso. O sal marinho, a cristalização do cloreto de iodo (NaCl), poderia ser obtido tanto pela evaporação da água do mar nos campos salineiros como poderia ser extraído de jazidas subterrâneas sendo o conhecido sal-gema, composto pelos cloretos de iodo, potássio (KCl) e magnésio (MgCl₂). Tanto o sal marinho quanto o sal-gema eram essencialmente constituídos pelo cloreto de sódio.

³ Molho de peixe vietnamita.

Utilizado em grandes quantidades durante a salga dos peixes, o sal era um composto ideal para a prevenção da putrefação assim como neutralizava o cheiro fétido sendo um dos recursos mais explorados na Antiguidade para a manutenção de víveres. O peixe conservado no sal se tornava um produto seguro para o consumo humano uma vez que suportava seu armazenamento em ânforas assim como o transporte por longas distâncias, assegurando um abastecimento contínuo entre os povos mediterrânicos.

No que diz respeito ao seu processo de fabricação, temos os relatos de Plínio o Velho (*História Natural*, 13, 43) que resume o *garum* como sendo um alimento elaborado a partir das vísceras dos pescados de atum ou da cavala (Martin, 1981, p. 50). Para seu fabrico, os peixes eram macerados em sal e deixado em salmoura sob o sol durante dois ou três meses, produzindo um líquido de aspecto apodrecido.

Como o descrito por Curtis (1983, p. 233) o líquido límpido que se forma na parte superior do tanque é drenado e o produto sedimentado dá origem ao *hallec*, um derivado do *garum*, mais espesso, contudo mais barato, sendo popularmente mais acessível. Ainda segundo o autor, a fermentação era induzida por bactérias, provocando a maturação do preparo em um processo similar ao fabrico de diversas variedades de queijos.

Com o preparo reduzido a um molho viscoso, o líquido era coado, armazenado em ânforas e distribuído pelo Mediterrâneo, alcançando, ainda nos séculos VI-V a.C., a Península Balcânica, a Península Itálica e a Sardenha (López Castro, 1995, p. 65), como ilustrado na figura 1.

A *muria* por sua vez, seria um condimento que se distinguiria tanto do *garum* quanto do *liquamen* e do *hallec*, no entanto é muito difícil estabelecer qual teria sido a sua natureza. Para Botte (2009, 21), as fontes literárias nos dão recursos suficientes para melhor compreendermos o que de fato teria sido a *muria*. Seu significado original designaria uma salmoura (i.e. mistura do sal com a água) (Grainger, 2014, p. 7) utilizada para a preservação dos mais diversos gêneros alimentícios. Plínio o Velho (*HN*, 31, 40), se refere à *muria* enquanto um subproduto do sal:

[...] Em uma parte da Espanha, eles preparam uma salmoura para esse propósito, a partir de poços profundos, para os quais eles dão o nome de *muria*, sendo da

mesma opinião deles, a madeira utilizada no processo faz uma considerável diferença, sendo o *quercus* (carvalho) a de melhor qualidade uma vez que as suas cinzas, não misturadas, tem a pungência do sal [...] (Plínio o Velho, *HN*, 31, 40, Tradução nossa).

Para José Rodríguez Remesal (1998, p. 255), em seu estudo do papel da Hispânia na política alimentar do Império, durante o período de pesca do atum, (entre maio e julho) as oficinas de salgação, as *cetariae* – que se constituíam enquanto “um rosário de fábricas” –, se enchiam de vida para o fabrico dos condimentos da província de Alicante até a desembocadura do Tejo.

Segundo a RAMPPA (Rede de Excelência Atlântico-Mediterrânea do Patrimônio de Pesca da Antiguidade), só nas orlas do Ocidente Mediterrâneo e no Atlântico Norte até o momento há vestígios arqueológicos de 284 *cetariae* (fig. 2), sendo a Bética (40,50%), a Lusitânia (26%) e a Tarraconense (9,50%) os maiores expoentes dessa prática econômica na Península Ibérica, representando juntas 76% de todas as oficinas de salgação do Ocidente escavadas até o momento.

O período do desenvolvimento das salgações na Península Ibérica data de um momento anterior à conquista latina, sendo resultado de um novo arranjo econômico desenvolvido pelas fundações fenícias estabelecidas no litoral. A baila do fim do tráfico de metais, estabelecido pelos fenícios desde o século IX a.C. até o VI a.C., com a hinterlândia tartésica, as oficinas de salgação, que já existiam em quantias modestas, se transformam em uma das principais forças econômicas das cidades fenícias da Ibéria (Neville, 2007, p. 163-170). O início do século VI a.C. marca um período de grandes transições que atinge todo o território ibérico, reestruturando consideravelmente o padrão de organização dos assentamentos semíticos e alterando sua convivência com os povos autóctones.

Na baía de Cádiz os oficineiros fenícios gozavam de condições tanto ecológicas quanto climáticas adequadas para a manutenção das salgações. A migração de peixes do gênero *scombridae*,⁴ tipo de peixe que se acredita ter sido muito

⁴ Assim como outros membros da família *scombridae* (cavala e serras) o atum migra das águas frias do Atlântico para o Mediterrâneo em maio e em junho, passando pelo Estreito. Após a desova, os cardumes retornam para o Atlântico nos meses de junho e julho (Neville, 2007, p. 169).

utilizado na produção do *garum*, em conjunto com as salinas gaditanas, utilizadas até a atualidade, encontrou, sob o clima quente do sul da Ibéria, condições ideais para a organização das salgações.

A partir do século VI a.C., com o desenvolvimento de inúmeras salgações de peixe, as cidades fenícias obtiveram ganhos exponenciais a partir da atividade de salgação da indústria conserveira e oleira, que atuava em conjunto. Tão grande foi a fama da Península Ibérica na produção do *garum* que as moedas cunhadas por algumas das cidades fenícias (e.g. como aconteceu com a produção monetária de Gádir a partir do século III a.C.), possuíam a representação do atum em seu reverso, utilizando-o como símbolo de sua riqueza, e no anverso o cunho representava Hércules/Melqart, divindade que teria um templo nas cercanias de Gádir, na ilha de Sancti Petri, próximo à Cádiz e à cidade de Chiclana de la Frontera. Como podemos perceber na figura abaixo (fig. 3) nota-se o atum no reverso das moedas batidas por Gádir (atual Cádiz) e em Sexi (atual Almuñécar), cidade onde se descobriu um grande complexo de salgações (fig. 4).



Fig. 2: Distribuição das cetareas pelo Ocidente Mediterrâneo e Atlântico Norte⁵

⁵ Disponível em: <<http://ramppa.ddns.net/pelagios>>. Acesso em: 06 mar. 2018.



Fig. 3: Moeda de Gádir (século III a.C.) e de Sexi (Século II a.C.), no anverso se observa a representação de Melqart/Héracles e no reverso o atum com a legenda das duas cidades (Botte, 2009, p. 28; Adaptado por: Araújo De Lima, R. 2015).

A cidade de Gádir, segundo a teoria do Círculo do Estreito⁶ proposta por Miguel Tarradell (1967), era o centro nevrálgico de uma vasta rede de cidades fenícias que se localizavam entre o sul da Península Ibérica e o Norte Ocidental da África.

Tal como narra Estrabão (*Geografia*, 1,3,2; 3,2), os fenícios detinham as melhores terras da Ibéria desde tempos homéricos. As cidades semíticas, dispunham dos abundantes recursos madeireiros, agrícolas, minerais e piscícolas. Como dito anteriormente, as salinas que circulam a atual cidade de Cádiz podem ter sido na Antiguidade uma rica fonte para o abastecimento das salgações na ilha. Tal como afirma Neville, a empresa das oficinas de salgação pode ter sido

⁶ A proposta de Tarradell sobre a existência de uma liga de cidades fenícias que abrangia as duas orlas (Península Ibérica e Norte da África Ocidental) deu condições para a valorização do Estreito de Gibraltar tanto enquanto uma ponte como uma fronteira. Arqueologicamente, os achados de cerâmicas do tipo *Kuass* em conjunto com a circulação de moedas cunhadas por Gádir formam o arcabouço da teoria do Círculo do Estreito. Essa área teria sido conduzida por uma talassocracia de Gádir (a romana Gades e a atual Cádiz). Gozalbes Cravioto (2015, p. 201) afirma que a preponderância de Gádir foi sobrevalorizada pelos investigadores espanhóis e contesta a aplicação do Círculo do Estreito para contexto romano imperial. Para esse autor, Roma não teria interesse em potencializar essa liga, mas justamente o contrário, uma vez que as duas orlas, enquanto províncias romanas, mostravam ritmos econômicos diferenciados (cf. 2015, p. 202).

uma saída encontrada pelas fundações semíticas em controlar o seu território imediato. Uma vez que se supõe que o contato com os povos ibéricos na hinterlândia se tornou menos cordial, a partir do século VI a.C., possivelmente devido a redução das trocas resultantes da exploração das minas ibéricas. Os territórios se encontrariam em disputa com os recém organizados *oppida* ibéricos que passaram a controlar extensos territórios (Neville, 2007, 168-169).



Fig. 4 – Fábrica de Salgação de Sexi no Parque el Majuelo (Almuñécar) nos anos 70 a partir de escavações levadas a cabo por Manuel Sotomayor, Enrique Pareja e posteriormente Federico Molina Fajardo, a famosa salgação citada por Estrabão (3, 4, 2) da cidade fenícia de Sexi – Ἐξιτανῶν πόλις – foi encontrada⁷

Hannibal ad portas

A presença de Cartago já se fazia sentir desde o século VII a.C. até ser de fato concretizada pela conquista militar, conforme Pillar Uriel (1998, p. 52), através do esforço do general Amílcar Barca para conseguir o apoio do Senado de Cartago, os cartagineses marcham para a Península Ibérica, território que assentava fundações fenícias bem consolidadas, e iniciam campanhas para a conquista das tribos no interior das terras. Sob a égide da família Barca, Cartago passa a agir diretamente como herdeira das cidades fenícias do Levante assumindo a gestão das antigas fundações estabelecidas na Ibéria ainda nos séculos IX-VIII a.C. e explorando os abundantes recursos das salgações, das minas e da extração da tintura púrpura obtida do *murex trunculus* (Kormikiari, 1994, p. 8).

⁷ Disponível em: <<http://www.turgranada.es/fichas/fabrica-romana-de-salazones-16891>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Temos que notar também sobre o importante processo de migração de cartagineses na Baía de Cádiz, fenômeno que se inicia na 2^o Guerra Púnica e perdura até 146 a.C. com a destruição de Cartago. De acordo com Antonio Sáez Romero e Dario Bernal-Casasola (2007, 346), pelos vínculos econômicos e culturais que os gadiritas mantinham com os cartagineses desde a época dos Barcas, novos contingentes populacionais se estabeleceram em Gádir. Segundo esses mesmos autores as últimas “ondas migratórias” podem ser atestadas a partir da introdução de novas práticas funerárias na necrópole gadirita onde se identificam *askoi* aviformes depositados nos enterramentos. No século II a.C. os resultados desses contatos também podem ser identificados pelo registro material cerâmico onde objetos culturais de difícil interpretação são encontrados tanto na necrópole quanto nas oficinas locais (Sáez Romero; Bernal-Casasola, 2007, 346).

No que diz respeito aos envases, após a derrota de Aníbal em Zama (202 a.C.), a organização das salgações e das olarias não se alterou substancialmente. As oficinas ativas continuaram em maior parte ativas mesmo durante os anos de conflito. Já no século II a.C., houve o início de uma transformação no sistema de funcionamento das salgações. No que diz respeito às técnicas de fabrico, o sistema tradicionalmente fenício-púnico, recebe novos tipos anfóricos (T-7.4.3.2/3, conhecido como Mañá c2b de inspiração centro-mediterrânea (Sáez Romero, Bernal-Casasola 2007, p. 345).

Não só Gádir como todas as cidades fenícias do Estreito testemunham a introdução de novos tipos cerâmicos, sendo o T-7.4.3.2 um tipo cerâmico exclusivamente gadirita de inspiração fundamentalmente cartaginesa. Se acredita que dada a grande diversidade de artesãos, esse recipiente inspiraria a variante T-7.4.3.3, coexistindo com o anterior até 100/90 a.C, até se tornar um século mais tarde, o modelo dominante. Ao que se sabe esses contentores possuíam funções múltiplas, sendo possível, portanto, pensarmos na sua difusão não só para o armazenamento do *garum* e seus derivados como para outros gêneros alimentícios (Sáez Romero et al., 2005, p. 874).

Uriel (1998, p. 53) afirma que a submissão aos romanos aconteceu em Cástulo (Linares), Baecula (Bailén), Ilipa (Lora del Río) e Carmo (Carmona) junto a todo o restante da Bética e da Turdetânia. Gádir preferiu estabelecer com Roma um pacto vantajoso, em que apenas três cidades ibéricas mantinham um tratado de aliança, sendo elas, Ampúrias, Sagunto e a própria Gádir.

Será a partir da instalação do *foedus* em 78 a.C. que a sociedade gadirita começará a mudar substancial sua mentalidade e suas práticas político-econômicas. A epigrafia anfórica em latim, encontrada em vestígios cerâmicos em uma antiga oficina oleira escavada na rua Doctor Marañón na atual Cádiz, auxiliam na confirmação dessa mudança de paradigma. O uso das normas jurídico-administrativas romanas assim como a proliferação dos *fundi* oleiros e difusão de assentamentos rurais no litoral e no interior (no atual município de Jerez de la Frontera e em El Puerto de Santa María) são marcadores de uma inserção cada vez mais profunda das antigas fundações fenícias ibéricas ao mundo romano (Sáez Romero et al., 2005, p. 345).

Civitas Foederata

Com a derrota de Cartago na Segunda Guerra Púnica, Gádir, como assinala Uriel (1998, p. 53), se alia à República Romana em 206 a.C. O nome fenício passa a ser transcrito como Gades versão latinizada do original. A cidade adquire o status de *civitas foederata*, posição que a manteve autônoma em relação à Roma. Desprovidos de Gádir, seu último bastião na Ibéria, os cartagineses foram expulsos da Península e se retiraram para o Norte da África (Havell, 2003, p. 267).

Em Gades, os Balbo, uma poderosa família que se acredita ser de origem fenícia ou púnica – assim como diversas elites provinciais –, se associaram à Roma e realizaram grandes reformas na cidade. Gades era então uma cidade pequena, mas de considerável importância uma vez que se conectava à via Augusta, a mais longa estrada romana na Península, e era local onde o governador celebrava suas audiências. Em 49 a.C., Gades receberá a visita de Júlio César que havia se tornado próximo da família Balbo (Ferreiro López, 2008, p. 311-309).

Segundo Ferreiro López (2008, p. 309), muito provavelmente por conselho do próprio Júlio César, em 61 a.C. Gades começa a adequar sua legislação aos “gostos de Roma”. Os tradicionais sufetes⁸ viriam a se converter gradualmente

⁸ O termo *spt* vocalizado como *sufete* se refere à um tipo de magistratura semítica presente nas cidades fenícias tanto levantinas quando em suas fundações. Como funcionava a justiça pouco conhecemos. Não há documentos que elenquem as penalidades previstas para crimes, tampouco como era executada a sentença e nem se os acusados tinham a possibilidade de se defenderem. Das fontes antigas gregas e latinas temos ecos sobre crucificações que dizem respeito sobretudo às categorias militares, como generais derrotados e mercenários em revolta, fato que pode dar condições de pensarmos em uma possível divisão da legislação das cidades entre regulamentos civis e militares (Dridi, 2006, p. 111). Esse tipo de juiz era eleito anualmente e se tornavam os

em tribunos, assim como o senado semita se tornaria a típica cúria municipal romana (Ferreiro López, 2008, p. 317 *apud* Lomas, 1991, p. 104).

Durante a República e o Império a prática econômica da salgação do *garum* foi continuada e expandida, algo que pode ser atestado arqueologicamente pela presença de inúmeras fábricas dos períodos fenício, púnico e romano em Cádiz, tais como o sítio arqueológico musealizado de época romana *Factoría de Salazones del Teatro Andalucía*; as fábricas de salgação púnica de El Puerto de Santa Maria descritas no trabalho de Ruiz Gil (1988); assim como no complexo industrial de salgações gaditanas de Camposoto em San Fernando (Cádiz) estudado no artigo de Gago Vidal *et al.* (2000).

Martin (1981, p. 54) afirma que as fábricas no Estreito de Gibraltar formavam unidades de grande porte, sendo que as de Gades deveriam ser as maiores e mais numerosas, por que, juntamente com Cartago Nova, são as mais citadas nas fontes textuais.

Conventus Gaditanus

O *Conventus Gaditanus* (unidade administrativa que perdurou do século I a.C. até o V d.C.) era formado pela maior parte da província da Bética indo da desembocadura do Guadalquivir até Almería. A pesca continuava sendo uma atividade econômica característica tanto em Gades quanto nas demais cidades fenícias, a maior parte de seus habitantes vivia da pesca e da *cetariae* e das oficinas cerâmicas que a ela estava relacionada (Ferreiro López, 2008, p. 313).

responsáveis pelos caminhos que a cidade tomaria. Sufete: (Masculino; plural Sufetes). Magistrado cartaginês. Disponível em: <<http://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary>>. Acesso em: 20 de nov. 2017. Tito Lívio utiliza aqui o termo latim *quaestor*. Segundo Freund e Thiel em seu terceiro volume do *Grand Dictionnaire de la Langue Latine* (1862, p. 6). *Quaestor* é o nome de certas magistraturas romanas, dado a dirigentes das finanças do Estado. Em outros levantamentos, ainda segundo o mesmo autor, é o nome dado a indivíduos responsáveis pelos processos criminais individuais. Mas sempre como um mandatário do povo, como um comissário do processo criminal. Tito Lívio provavelmente tentou aproximar o cargo púnico ao cargo romano optando pelo termo latino para um entendimento aproximado desse tipo de magistratura semítica.

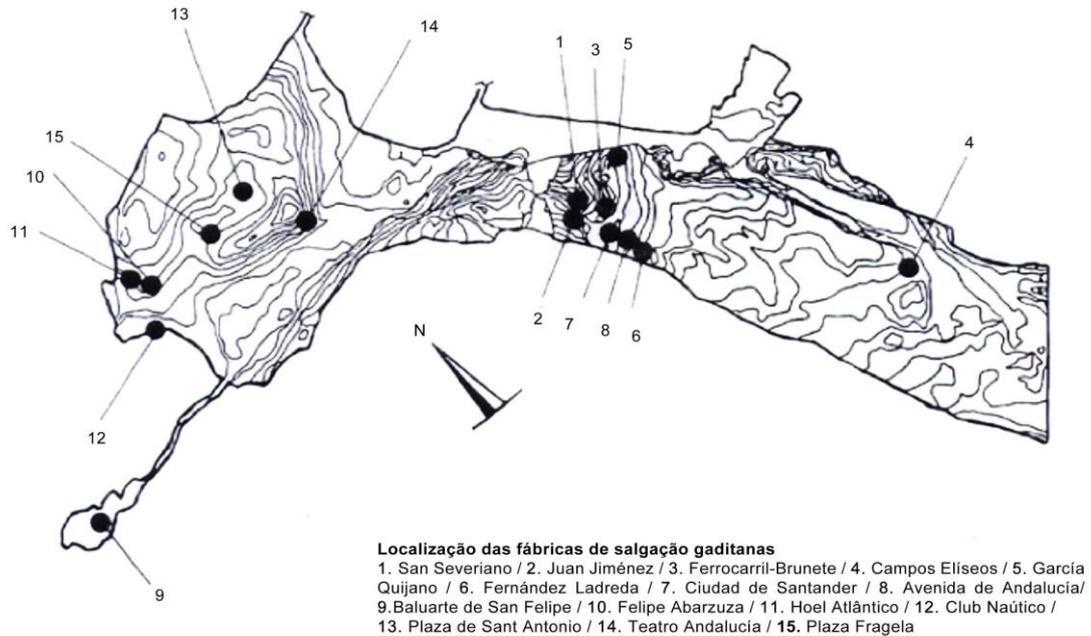


Fig. 05– Localização das fábricas de salgação em Gades. Disponível em: <<http://www.blogsdecadiz.com>>. Adaptado por: Araújo de Lima, 2017. Acesso em: 21 nov. 2017.

Seguramente, a Gades do século IV a.C. era uma cidade com características fenício-púnica. Estabelecida no arquipélago das ilhas Gadeiras (formado por Eritéia, Cotinussa e Antípolis), a cidade contaria ao menos com um porto ao seu dispor assim como possuiria diversas *cetariae* tanto suas duas ilhas principais, Eritéia (ilha em que se acredita ter sido erigido o centro urbano inicial fenício), Cotinussa (ambiente reservado para a necrópole semítica arcaica) (fig. 5), Antípolis (atual San Fernando, ilha que tradicionalmente abrigava oficinas de salgação) quanto nas praias de El Puerto de Santa María

A topografia é um dos elementos que distingue as fundações fenícias frente aos demais povos mediterrânicos. Era frequente que sua paisagem fosse formada por promontórios ou ilhas não muito distantes do continente beneficiada por águas rasas. Para a proteção do porto, no geral o assentamento era erigido no interior de baías ou grandes lagos, abrigado dos efeitos de marés mais violentas (Araújo de Lima, 2017, p. 324).

Essa situação iria mudar graças ao exitoso *cursus honorum* da família Balbo. Possuidores de remotas raízes fenícias ou púnicas, os Balbo eram uma fa-

mília oligárquica gaditana, provavelmente enriquecida pelas atividades mercantis, que firmou uma vantajosa aliança política com Roma (Rodríguez Neila, 2009, p. 308).

Com a influência política conseguida tanto por Lúcio Cornélio Balbo, o Maior, quanto por seu sobrinho Lúcio Cornélio Balbo, o Menor, a pequena Gades foi engrandecida e reorganizada com o intuito de abrigar edifícios públicos próprios de uma cidade romana.

Durante sua expansão, o subúrbio de *Didyme*, foi construído para servir Gades (Estrabão, 3, 5, 3). Era imperativo também a construção de um novo porto, no continente – e se acredita que, o mesmo, conhecido como *Portus Gaditanus* se encontrava no atual município de El Puerto de Santa Maria –. A construção de outro porto não se justificaria pela antiga área portuária ter dimensões reduzidas, mas sim graças à facilidade do embarque dos produtos do continente, entre eles o *garum* e seus derivados (Ferreiro López, 2008, p. 319).

A indústria conserveira dependida, naturalmente, do comércio e produção do sal que se encontrava organizado em monopólios estatais durante o período cartaginês e romano. É provável que para o abastecimento das salgações, as instalações estivessem próximas a salinas. Martin (1981, p. 58) aponta que dificilmente uma fábrica seria construída sem ter uma mina de sal em suas proximidades para facilitar o fluxo da produção e comenta que, por mais que os sítios mineiros possam ter sido abandonados, os topônimos podem indicar a sua existência, como no caso de Alcácer do Sal (Salacia), Salinas, Las Salinas de San Rafael, El Salinar, El Saladar, Lagunas de Salinas, dentre outras localidades. Podemos concluir que os topônimos podem auxiliar, em alguns casos, até mesmo na reconstrução da paisagem pretérita.

Liquoris exquisiti

Martin afirma que o *garum* se difundiu mais entre os pobres, que “formavam a grande massa da população junto com os escravos” (1981, p. 59) justamente por ser mais barato que a carne de porco, aves e boi, consumidas pelos mais abastados. No entanto, seu consumo pode ser atestado no interior das domus romanas, como em Roma, Pompéia e em Herculano (Curtis, 1983, p. 236-237). O *garum* teria atingido preços tão exorbitantes que, segundo a comparação

de Toussaint-Samat (2009, p. 338), sequer o caviar moderno seria capaz de superá-lo. Durante a época de Júlio César, a autora afirma que 1 *congius* (aproximadamente três litros e um quarto) de *garum* custaria 500 sestércios, que nos valores modernos corresponderia em algo como £4.000,00.

Havia categorias diferenciadas para as mais diversas qualidades do *garum*, algo que implicaria em seu valor de mercado. A *flos gari* (flor do *garum*) provavelmente fosse a primeira porção do líquido retirado após o final de seu processo de produção, sendo, portanto, de qualidade superior. Outras qualidades conhecidas seriam o *optimum* (melhor), o *primum* (primeiro) o *excellens* e o *prae-excellens* (excelentes). No que se refere aos de qualidade inferior, conhecemos os tipos *secundum* (segundo) e *penuarium* (baixa qualidade). Existiam também marcas especiais do *garum* tal como o *garum castum*, *castimoniarum* e o *castimoniale*, que seriam consumidos apenas por consumidores judeus, que segundo seus preceitos, não poderiam ingerir o peixe sem as escamas (Déry, 1998, 106).

Portanto, pensar tão somente na divisão social, entre ricos e pobres, castra o entendimento da individualidade que permeava o mundo romano (Lejavitzer, 2000, p. 119; Blázquez, 1998, p. 101).

Amalia Lejavitzer (2000, p. 119) levanta importantes pontos em seu trabalho para pensarmos o *garum*. É importante relembrar que os romanos, antes do Império, eram conhecidos por sua frugalidade e austeridade, situação que se inverteu em algumas camadas sociais com a passagem da República para o Império.

Essa mudança de comportamento foi assumida por Montesquieu (1734) como sendo resultado de um fluxo de tesouros que fluiu para dentro da cidade, vindos das conquistas dos generais. Fato este que, para o autor, acabou com a austeridade romana e produziu um gosto exagerado pelo luxo e pela ostentação. Montesquieu chega a afirmar que este afluxo de riquezas fez com que “antigas máximas e virtudes fossem se perdendo paulatinamente, sem possibilidade de retorno” (Montesquieu, [1734] 2005, p. 11).

No banquete de Trimalquião na obra *Satíricon* de Petrônio, o peixe, enquanto alimento, se encontra presente na narrativa, nadando em um rio de molho temperado (Petrônio, *Satíricon*, 36, 6). Ainda nessa sátira fica evidente a crítica de Petrônio sobre os hábitos do rico Trimalquião, que havia sido um ex-escravo. Em sua tentativa de demonstrar para seus convivas a grandeza de sua fortuna o

anfitrião mostra como seus hábitos são na realidade grosseiros. Como moral, Petrônio nos faz entender que por mais próspero que Trimalquião possa ter conseguido se tornar, não superou costumes vulgares. Nesse festim fictício, o molho com os peixes ainda nadando, pode ser interpretado enquanto uma metáfora sobre o status que o condimento das salgações propiciava àquele que o adquirisse. O trecho clarifica como fator social desse tempero era útil na demonstração de riqueza e poder durante as refeições comunais.

Ora, sabe-se que o *garum* conquistou o paladar romano e, nessa perspectiva, podemos interpretá-lo no interior do movimento de crioulização tal como foi proposto por Jane Webster (2001). Webster, entende que as trocas entre Roma e suas províncias não aconteceriam em uma via única, mas sim em um movimento de mão-dupla que a autora denomina como crioulização. Esse conceito se mostra interessante para uma melhor compreensão da difusão do *garum* pelas mais diversas camadas. Por meio dele podemos supor que a incorporação de práticas alimentares exógena foi um outro elemento que também criou a elite romana.

Assim como o figo fresco exposto por Catão o Velho diante do Senado Romano (Plutarco, 27, p. 1; Harris, 1998, p. 9; Dumas, 2006, p. 140), fora símbolo da potência, ameaça e proximidade que Cartago representava, o *garum* era considerado, para os autores latinos (Plínio o Velho, *HN*, 31, 43, 93; Seneca, *Epístolas*, 95, 25) como símbolo da podridão e da corrupção. Apesar das difamações e da inquestionável popularidade desse molho de peixe, acusado de exalar mal cheiro, a quantidade de sal utilizada era tamanha que não permitiria o processo de putrefação. O *garum* era na realidade fermentado não exalando mal odor durante seu fabrico uma vez que o sal inibia o odor (Déry, 1998, p. 108).

Déry (1998, p. 110) afirma que a figura do peixe teria um apelo estético em Roma uma vez que a representação desse animal pode ser encontrada em diversas cenas de mosaico em casas de elite. Há representações do peixe tanto em seu ambiente natural quanto em cenas de pesca, sendo um ingrediente constantemente ilustrado em murais e mosaicos de pescadores que buscavam promover suas mercadorias.

Como já citamos anteriormente, o *garum* estaria, em algumas ocasiões, ligado à uma prática social vinculada a comensalidade, de modo a exibir o poder

de seu adquirente, sendo também um importante conservante para outros alimentos além de possuir extensas capacidades medicinais, tais como servir de analgésico, anestésico e também como soro reconstituente (Lejavitzer, 2000, 127). Plínio (*HN*, 31, 44) elenca as propriedades medicinais do *garum* para os mais diversos (e curiosos) casos:

[...] Queimaduras recentes também podem ser curadas pela agência do *garum*, com o devido cuidado de não mencionar o nome do produto durante a aplicação. É útil também para as mordidas de cachorro, e em particular de crocodilo, assim como é um tratamento para úlceras serpiginosas ou sórdida. Para ulceração e dor na boca e nas orelhas é um remédio maravilhosamente útil [...] (Plínio o Velho, *HN*, 31, 44, Tradução nossa).

Plínio conclui comentando sobre as propriedades curativas da muria:

[...] A muria também, enquanto um molho salgado que mencionamos (no final do Capítulo 42 do Livro 31) tem certas funções adstringentes e mordente dentre outras propriedades discutidas, sendo altamente funcional para a cura da disenteria, mesmo quando a ulceração já atacou os intestinos. Injeções também são feitas no ciático, e para os fluxos celíacos de natureza inveterada [...] (Plínio o Velho, *HN*, 31, 44, Tradução nossa).

Os relatos acima nos dão condições de pensarmos o *garum* e seus derivados para além do consumo voltado somente para a subsistência da vida, e da sua ostentação enquanto produto de luxo. A prática social intrínseca desse alimento também o indica como um medicamento eficaz para os mais diversos males.

O *liquoris exquisiti* referido por Plínio (31, 43, 93) se tornou um verdadeiro paradoxo (Lejavitzer, 2000, p. 117), sendo tanto um necessário condimento quanto uma verdadeira tendência para o paladar latino de seu tempo.

Considerações finais

A leitura dos textos clássicos quando se refere ao *garum* deve ser analisada com cautela, como afirma Curtis (1983, p. 240). Embora não possamos negar o valor excepcional das fontes históricas não podemos deixar de reconhecer que o texto, por muitas vezes, apresenta um certo descompasso com a realidade

não respondendo objetivamente por todos os acontecimentos do passado. Nesse sentido, as fontes materiais em diálogo com as fontes históricas apresentam um maior potencial interpretativo acerca do que foi o fenômeno do *garum* para além de seus aspectos gastronômicos.

De fato, o *garum* e seus derivados foram consumidos em larga quantidade na dieta diária romana, da República ao Império, nas mais diversas camadas sociais, assim como também fica evidente a amplitude das *cetariae* instaladas na Bética. Difundido anteriormente à conquista romana, o *garum* já era famoso em vários pontos do mediterrâneo desde o século VI a.C.

É perceptível que o potencial do *garum* não se restringia somente às práticas alimentares e comensais. Sendo também um útil tratamento medicinal para as mais variadas mazelas. Por mais exótico e degradante que o molho fosse considerado para alguns escritores latinos, podemos afirmar que não foi um produto de baixa circulação. Segundo o conselho de Toussaint-Samat (1991) é preciso tratar não somente da história natural, mas também da história moral (e medicinal) dos alimentos e sua significação nas diferentes sociedades mediterrânicas.

Artigo recebido em 30.12.2017, aprovado em 07.03.2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

Aretaeus. *De curatione acutorum morborum libri duo*, translated by Francis Adams. Boston: Milford House, 1972.

Apicius. *Cookery and dining in imperial Rome: a bibliography, critical review, and translation of the ancient book known as Apicius De Re Coquinaria*, translated by Joseph Dommers Vehling. New York: Dover Publications, 1977.

Martial. *Epigrammaton. Liber Vi*. Translated By Wilhelm Heraeus; Jacobus Borovskji. Leipzig, 1925.

Petronius. *Satyricon Liber*. Translated by Michael Heseltine. London: William Heinemann, 1913.

Pliny, the Elder. *The Natural History*. translated by Bostock, J. M. D; Riley, H. T; Mayhoff, K. F. T. London: Tailor and Francis, 1855.

Plutarch. *The life of Cato the Elder*. Translated by Bernadotte Perrin. London: William Heinemann, 1914.

Strabo. *Geography*. Translated by Hamilton, H. C; Falconer, W. M. A. London: George Bell & Sons, 1903.

Titus Livy. *The History of Rome. Book 28*. Translated by Frank Gardener Moore. London: William Heinemann, 1949.

Bibliografia crítica

Araújo de Lima, Rodrigo. A casa fenício-púnica. *Revista Heródoto*, vol. 2, n. 1, 2017, p. 323-345.

Botte, Emmanuel. *Salaisons et sauces de poissons em Italie du sud et em Sicilie durante l'Antiquité*. Nápoles: Collection du centre Jean Bérard, 2009.

Bernal-Casasola, Dario; Sáez-Romero, Antonio. Saladeros y alfares en Gadir. La perspectiva fenício-púnica del Extremo Occidente. In: López Castro, José Luis (ed.). *Las ciudades fenício-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Almería: Editorial Universidad de Almería, 2007, p. 317-368.

Blázquez, José María. *Los productos de la tierra*. In: Almagro-Gorbea, Martín. *Hispania, el legado de Roma: en el año de Trajano*. Madrid: Ministerio de educación y cultura, 1998, p. 95-102.

Curtis, Robert. In Defense of Garum. *The Classical Journal*. vol. 78, n. 3, 1983, p. 232-240.

Déry, Carol. Fish as food and symbol in Ancient Rome. In: Harlan Walker (ed.) *Fish from the Waters*. Totnes. Prospect Books: 1998, p.94-115.

Dumas, Alexandre. *Grande Dicionário de Culinária*. Tradução André Telles. 1º Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Dridi, Hédi. *Carthage et le monde punique*. Paris: Les Belles Lettres, 2006.

Ferreiro López, Manuel. Cádiz en el tiempo de César y los Balbo. La ordenación territorial en la Bahía de Cádiz a finales de la República Romana. *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, Cádiz, vol. 10, 2008, p. 309-324.

Freund, Willian; Madvig, Johan Nikolai; Thiel, Jean-François-Napoleón. *Grand Dictionnaire de La Langue Latine*. Tome Troisième. Paris: Firmin-Didot, 1862.

Gago Vidal, María *et al.* El complejo industrial de salazones gaditano de Camposoto, San Fernando (Cádiz): Estudio Preliminar. *Habis*. n. 31. 2000, p. 37-61.

Gozalbes Cravioto, Enrique. El círculo del Estrecho: en la Antigüedad: Una revisión historigráfica. *Índice Histórico Español*. n. 128, 2015: p.175-209.

Grainger, Sally. Garum, Liquamen and Muria: *a new approach to the problem of definition*. In: Botte, Emanuelle; Leich, Victoria. *Fish and ships: production and commerce of salsamenta during antiquity, Rome 18-22 juin 2012* ed. Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine 17 (Centre Camille Julien, Aix-en Provence, 2014. p. 37-46.

Harris, Jessica. *The African Cookbook: Tastes of a Continent*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1998, p. 9-10.

Havell, Herbert Lord. *Ancient Rome: The Republic*. Londres: Geddes and Grosset, 2003.

Lejavitzer, Amalia *Garum paradoxum, misterio y maravilla de la cocina romana*. Noua Tellus, vol. 18, n. 2, 2000, p. 115-128.

López Castro, José Luis. *Hispania Poena: Los fenicios en la Hispania Romana*. Barcelona: Crítica, 1995.

Montesquieu, Charles-Louis de Secodant. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e da sua decadência: concentração do poder*. Tradução: Pedro Vieira Mota, 2º Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

Martin, Gabriela. Garum e Salsamentum. Técnicas de salga de peixe na Antigüidade. *Clio. Revista do Curso de Mestrado em História*. n. 4, 1981, p. 49-60.

Neville, Anne. *Mountains of silver & Rivers of god: The Phoenicians in Iberia*. Oxford: Oxbow Books, 2007.

Rodríguez, Remesal. Hispania en la política alimentaria del imperio romano. In: *Hispania. El legado de Roma*. Zaragoza: Tipolinea, 1998, p. 338.

Rodríguez Neila, Juan Francisco. Los Cornelios Balbos. Políticas y mecenazgo entre Gades y Roma. In: Bernal, Darío; Arévalo, Alicia (orgs.) *El theatrum balbi de Gades*. Actas del Seminario "El Teatro Romano de Gades. Una mirada al futuro". Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2011.

Ruiz Gil, José Antonio. *Las Factorías de Salazones Púnicas de El Puerto de Santa María*. Cádiz. Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Madrid, 1988.

Sáez-Romero, Antonio; Bernal-Casasola, Darío; Montero Fernández, Ana. La producción anfórica tardopúnica de Gadir (S. II-I a.C.): Nuevos datos aportados por el alfar de c/asteroides (San Fernando, Cádiz). In: Arruda, Ana Margarida (ed.). *Fenícios e púnicos, por terra e mar*. Vol. 2. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 2005, p. 867-878.

Uriel, Pilar Fernández. *Fases de la conquista romana e inicios del asentamiento*. In: Almagro-Gorbea, Martín. *Hispania, el legado de Roma: en el año de Trajano*. Madrid: Ministerio de educación y cultura, 1998, p. 51-64.

Webster, Jane. *Creolizing the Roman Provinces*. *American Journal of Archaeology*, vol. 105, n. 2, 2001, p. 209-225.

PRESENÇA E AUSÊNCIA DO *UT* COMPLETIVO EM PLAUTO: A ESTRUTURA, ALGUMA BIBLIOGRAFIA E DADOS GLOBAIS

Alex Mazzanti Jr.¹

RESUMO: Este artigo tem como objeto o estudo da presença e ausência do *ut* completivo em Plauto, com os verbos principais *facio* e *uolo* complementados por subjuntivo. Primeiramente, discuto a estrutura em questão, fazendo a diferenciação entre duas possíveis leituras dos termos “parataxe” e “hipotaxe”. Por conta da polêmica indefinição do termo “parataxe”, opto por sempre utilizar “justaposição” para me referir à estrutura em questão quando sem uso da conjunção. Em seguida, apresento a análise de dois autores que apresentam recolhas que visam ser exaustivas dos exemplares, mas que analisaram a questão sob outra perspectiva e com outros objetivos. Por fim, apresento os resultados globais quantitativos de minhas próprias recolhas relativas à complementação de subjuntivo dos verbos *facio* e *uolo* em Plauto. Embora ambos os verbos apresentem exemplares ora com e ora sem o *ut*, a distribuição da estrutura tem números opostos, evidenciando a necessidade de que sejam analisados separadamente.

PALAVRAS-CHAVE: Plauto; Latim arcaico; Parataxe; Justaposição; Sintaxe.

ABSTRACT: This paper aims to study the presence and absence of the conjunction *ut* in substantive clauses in Plautus. The main verbs *facio* and *uolo*, when followed by subjunctive, are considered. Firstly, there is a discussion about the structure researched. A difference between the two possible interpretations of parataxis and hypotaxis is made. Owing to the controversy of the term “parataxis”, I chose to always use “juxtaposition” to refer to this structure in the absence of the conjunction. Then I analyse the texts of two scholars who have done similar complete collections of tokens, but that have made their analysis with other perspectives and objectives. Finally, I present the general quantitative figures of my own collection of tokens of subjunctive complementation of *facio* and *uolo* in Plautus. Although both verbs have tokens with and without *ut*, the distribution of it has opposite figures, making clear the necessity of separate analysis.

KEYWORDS: Plautus; Archaic Latin; Parataxis; Juxtaposition; Syntax.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas, FFLCH/USP. Essa pesquisa teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2015/26060-5. E-mail: alexmazzantijr@gmail.com.

No chamado latim clássico, baseado especialmente nos textos de Cícero e César, no século I a.C. (e um pouco além), encontramos um sistema linguístico, seja no âmbito morfológico quanto sintático, mais simétrico e padronizado. Essa normalização se opõe à variação encontrada em períodos anteriores, dos quais me interessa o que chamarei de latim arcaico, geralmente identificado com os séculos III e II a.C. Vejamos a sugestão de periodização empregada por Weiss (2009, p. 23), das quais seleciono as que nos interessam:

B. Old Latin (OL): 3rd-2nd century. We have a considerable number of texts from this period, both epigraphical and literary (most importantly Plautus, Cato, and the fragments of Livius Andronicus, Naevius, Ennius, Pacuvius, and Lucilius).

C. Classical Latin (CL): 1st century BCE to 3rd/4th century CE. In the works of Cicero and Caesar the morphological and syntactic variation found in earlier Latin has been greatly reduced. The norms developed in this period became fixed standard for many centuries.²

Desse modo, enquanto no latim clássico o comportamento em geral das estruturas sintáticas é muito mais previsível por conta dessa padronização, uma série de estruturas do latim arcaico, embora já notadas e até classificadas em estudos sobre a língua arcaica, não foram detalhadamente descritas e explicadas, como no caso do uso da conjunção *ut* num contexto com verbo no subjuntivo: enquanto no latim clássico há uma série de estruturas sintáticas que usam subjuntivo que são obrigatoriamente introduzidas pela conjunção *ut*, tendo como exceção a isso alguns usos estilísticos, no latim arcaico a conjunção ora está presente, ora está ausente, ocasionando um uso que na literatura é chamado de paratático e que preferirei chamar de justaposto.

A seguir, discutirei a estrutura como um todo, tendo já como enfoque o recorte que farei mais à frente, das orações completivas que podem apresentar ou não a conjunção *ut*, tendo como verbos principais *facio* e *uolo* em Plauto, principal *corpus* do latim arcaico. Após, exemplifico o tratamento que a bibliografia fez

² Em tradução: “B. Latim Arcaico: séculos III-II [a.C.]. Nós temos um número considerável de textos desse período, ambos epigráficos e literários (os mais importantes Plauto, Catão e fragmentos de Lívio Andronico, Névio, Ênio, Pacúvio e Lucílio). C. Latim Clássico: século I a.C. ao século III/IV d.C. Nas obras de Cícero e César, a variação morfológica e sintática encontrada no latim mais antigo foi muito reduzida. As normas desenvolvidas nesse período se tornaram um padrão fixo por muitos séculos.”

sobre o assunto, notadamente em Durham (1901) e Bennett (1982), e, então, apresento os dados globais consolidados para os dois verbos, que permitem ver o comportamento global das estruturas em Plauto.

Teorizando parataxe e justaposição: compreendendo a estrutura

Ao longo da tradição de estudos do latim, o termo “parataxe” tem sido usado com uma enorme variação de definições, muitas vezes não muito esclarecidas pelos autores, incluindo, por exemplo, (i) a mera coordenação assindética: duas orações de mesmo estatuto sintático, ou seja, nenhuma exerce função sintática na outra, e sem o uso de conjunção alguma, como em Plaut. *Most.* 566 *hic ad me it, saluos sum*, “ele vem até mim, estou salvo”; ou ainda (ii) pode ser utilizado para designar orações que, embora possam ser entendidas como subordinadas por utilizarem geralmente o subjuntivo e exercerem alguma função sintática relacionada a um verbo dito principal, não estão conectadas por uma conjunção ou outra partícula subordinante, estando, portanto, justapostas à oração principal (como em Plaut. *Cas.* 544 *uin uocem?* “você quer que eu [a] chame?”). Sendo aplicado pela tradição a uma gama tão diversa de estruturas, o termo “paratático” foi e ainda pode ser objeto de polêmica, de modo que utilizo sempre a terminologia derivada do termo “justaposição”: enquanto o termo “paratático” gera ambiguidade quanto ao julgamento do estatuto sintático (Deve ser aplicado somente onde não há subordinação? Pode também ser aplicado quando há subordinação não evidenciada pelo subordinador?), o termo “justaposto” simplesmente descreve a ausência de um mediador, sem entrar no mérito do estatuto sintático dos termos, o que é funcional para esta pesquisa, já que ela visa justamente verificar a presença ou ausência do *ut* completivo.

De qualquer modo, para deixar claro qual é meu objeto de estudo, coloco mais alguns exemplos do que acabamos de discutir:

(1) Parataxe “real” ou sentenças assindéticas:

(a) *Tantas diuitias habet;*

nescit quid faciat auro

(Plaut. *Bacch.* 333-334)

[Tão grandes riquezas tem; não sabe o que fazer com o ouro]

(b) *credo hercle adueniens nomen mutabit mihi
facietque extemplo Crucisalum me ex Chrysalo*
(Plaut. *Bacch.* 361-362)

[Creio que retornando ele mudará meu nome e imediatamente me transformará de Crísalo em Pula-cruz]

Em (a), tanto *habet* quanto *nescit* estão no indicativo e não estão conectados por nenhum tipo de conjunção, de modo que não se pode falar em subordinação, no âmbito sintático-formal. Todavia, percebemos uma relação de causa e consequência entre esses verbos, o que é enfatizado pelo intensificador *tantas*, comum quando há uma oração subordinada consecutiva. Em (b), o verbo *credo* está justaposto aos verbos no indicativo *mutabit* e *faciet*, de modo que os elementos que comumente caracterizam a subordinação não estão presentes. Inclusive podemos traduzi-lo tanto como o fizemos, usando a subordinação no português, ou como se o *credo* fosse o que se chama de parentética, um trecho que comenta outro. O fato é que, mesmo havendo interdependência semântica, há a ausência de marcas morfossintáticas que as explicitem e enfatizem (como a conjunção ou o subjuntivo). Esse tipo de relação não me interessará.³

(2) Hipotaxe (marcada com conjunção):

Fac iam Amphitruonem aduenientem ab aedibus ut abigas
(Plaut. *Amph.* 978)

[Trata de afastar Anfitrião da casa, quando ele chegar]

(3) “Parataxe” ou justaposição:

I sane, et quantum potest parata fac sint omnia
(Plaut. *Amph.* 971)

[Vai sim e faz com que tudo esteja preparado o quanto antes possível]

³ Cf. Weissenhorn (1884), que se detém somente sobre esse assunto.

Enquanto em (2) há a conjunção subordinativa *ut* e o uso do subjuntivo *abigas*, em (3) o subjuntivo passivo *parata sint* encontra-se justaposto ao verbo principal *fac*, ou seja, temos a presença de *ut* em (2) e sua ausência em (3).

Para generalizar, tanto a hipotaxe quanto a justaposição são modos de organização de estruturas que, num primeiro momento, são vistas como apresentando a relação de subordinação, em que há um verbo tradicionalmente chamado de principal e um verbo, obrigatoriamente no subjuntivo, chamado de subordinado, núcleo de uma oração que exerce alguma função sintática ligada ao verbo principal, ou seja, seria equivalente a um sujeito (nominativo) ou a um objeto (acusativo), por exemplo. A diferença entre hipotaxe e justaposição, repito, seria respectivamente a presença e a ausência da conjunção *ut*.

Quando essas orações equivalem a um nominativo ou a um acusativo, recebem o nome de Oração Completiva ou Oração Substantiva.⁴ Desse modo, chamo de *ut* completivo a conjunção que introduz orações de subjuntivo que ocupam o lugar de nominativos ou acusativos de outros verbos e sua ausência chamo de justaposição, já que um subjuntivo estará justaposto a outro verbo.

Discutindo a bibliografia

A bibliografia que comenta a existência dessas estruturas justapostas com subjuntivo ou o uso da conjunção *ut* é ampla e remonta ao menos à segunda metade do século XIX, como o estudo de Lindsay, *Syntax of Plautus* (1907, p. 66). A seguir, comento o estudo de dois pesquisadores, Durham e Bennett, que foram selecionados para comentário por serem os únicos que dispõem de coleções de exemplares que visavam ser exaustivas, enquanto todos os outros estudos a que tive acesso são impressionísticos, baseados na experiência de leitura dos pesquisadores e apresentam poucos exemplos, o que não diminui o valor global das análises e sistematizações, mas deixa de aproveitar a força argumentativa que um olhar detalhado e completo sobre a materialidade do texto permite. Vejamos como métodos e objetivos desses dois autores, que fizeram recolhas exaustivas dos dados, divergem dos que objetivo.

⁴ Veja, por exemplo, Cart et al. (2007, p. 130-135), Allen e Greenough (1903, § 560) e Faria (1958, p. 403-406).

O estudo de Durham, *The Subjunctive Substantive Clauses in Plautus, Not Including Indirect Questions* (1901), é o principal estudo para a questão deste trabalho, na medida em que seus objetos são justamente os mesmos, as orações substantivas subjuntivas. Todavia, tanto os objetivos quanto a metodologia de Durham são bem diferentes da aqui adotada. O autor teve a orientação de Bennett, o qual por sua vez utilizou a pesquisa de Durham em seu livro *Syntax of Early Latin*⁵ (1982), de modo que, ao compartilharem a mesma visão sobre o assunto, muito do que aqui for comentado também será encontrado no comentário sobre o livro de Bennett mais à frente.⁶

Sua preocupação fundamental é com a origem dessas construções, de modo que organiza as orações substantivas tendo como critério o entendimento de Delbrück sobre os valores semânticos do subjuntivo e do optativo indoeuropeus:

Chapter I. Substantive clauses developed from the jussive;

Chapter II. Substantive clauses developed from the subjunctive of determined resolution;

Chapter III. Substantive clauses developed from the deliberative subjunctive;

Chapter IV. Substantive clauses developed from the optative subjunctive;

Chapter V. Substantive clauses developed from the subjunctive of contingent futurity.⁷

Essa divisão de acordo com o valor original do subjuntivo fez com que um mesmo verbo principal aparecesse em mais de um capítulo.

Cada capítulo foi subdividido pelo autor especialmente de acordo com a semântica do verbo principal ou por expressão e organiza os exemplares de acordo com a presença ou ausência de um subordinador, com a ordem em que aparecem os verbos e com o fato de o exemplar apresentar um uso original (por exemplo, “clauses in which the subjunctive may be conceived as having been at

⁵ Publicado originalmente entre 1910 e 1914.

⁶ No prefácio do livro de Durham (1901), lê-se: “The following study was undertaken at the suggestion of Professor Charles E. Bennett, and has throughout received his most generous attention”.

⁷ Em tradução: “Capítulo I. Orações substantivas desenvolvidas do jussivo; Capítulo II. Orações substantivas desenvolvidas do subjuntivo de resolução determinada; Capítulo III. Orações substantivas desenvolvidas do subjuntivo deliberativo; Capítulo IV. Orações substantivas desenvolvidas do subjuntivo optativo; Capítulo V. Orações substantivas desenvolvidas do subjuntivo de futuro contingente”.

one time an independent jussive in paratatic use”,⁸ Durham, 1901, p. 10) ou um uso derivado (por exemplo, “subjunctives where the assumption of an original independent jussive is impossible”,⁹ Durham, 1901, p. 10). Em sua exposição, não são absolutamente claros os critérios para fazer essa distinção entre original e derivado. Independentemente disso, sua preocupação é completamente diversa da deste estudo, em que busco principalmente uma análise sincrônica do latim arcaico.

Além disso, o objetivo fundamental de meu estudo, a presença ou ausência do *ut* é declaradamente irrelevante para o estudo do autor:

But whatever meaning we may advocate as original for *ut*, its presence or absence as a special sign of subordination in a substantive clause is immaterial to the question of coordination or subordination between the parts. [...] The original difference between *volo abeas* and *volo ut abeas* must have been approximately that between ‘I want you to go away’ and ‘I want you just to go away (Durham, 1901, p. 7).¹⁰

Ainda assim, sua listagem foi importantíssima na consolidação do *corpus*, cujos dados globais apresento mais à frente.

Como dito, o estudo de Durham é utilizado por Bennett, em *Syntax of early Latin* (1982). A partir da página 208 do volume 1 de sua obra, o autor se debruça sobre a parataxe no latim arcaico. No que diz respeito a Plauto, diz seguir

⁸ Em tradução: “orações nas quais o subjuntivo pode ser concebido como tendo sido em algum momento um jussivo independente em uso paratático”. Sua definição de parataxe vem direto de Bennett (*Critique of Some Recent Subjunctive Theories apud* Durham, 1901, p. 4): “In order to exhibit parataxis, the two sentences assumed to have paratactic relation must each be capable of possessing an independent value. Just so soon as one of the two clauses is not capable of functioning alone, but only in conjunction with its neighbour, we have subordination or hypotaxis”. Em tradução: “A fim de exibir parataxe, as duas sentenças que se supõem ter uma relação paratática devem, cada uma, ser capazes de possuir um valor independente. Tão logo uma das duas orações não é capaz de funcionar sozinha, mas somente em conjunção com sua vizinha, nós temos subordinação ou hipotaxe.”. Entretanto, não é claro no estudo de Durham quais critérios fazem ser possível discernir se duas sentenças podem existir independentemente ou não, o que torna a distinção bem subjetiva.

⁹ Em tradução: “subjuntivos dos quais é impossível se pressupor um jussivo original independente”.

¹⁰ Em tradução: “Mas qualquer que seja o significado que podemos advogar como original para *ut*, sua presença ou ausência como um sinal especial de subordinação em uma oração substantiva é imaterial para a questão da coordenação ou subordinação entre as partes. [...] A diferença original entre *volo abeas* e *volo ut abeas* deve ter sido aproximadamente aquela entre ‘Eu que que você vá’ e ‘Eu quero que você só vá’.”

Durham (1901) e adiciona a isso exemplos de Terêncio e outros escritores do latim arcaico. Vejamos seu entendimento do termo “parataxe”:

In most primitive stages of language there are no formal subordinate clauses. Subordinate *relations*, however, exist, being indicated by the juxtaposition of independent sentences [...]. The name ‘parataxis’ is used to designate the primitive grammatical structure above referred to. [...]

In a narrower sense the name ‘parataxis’ is applied to those specimens of paratactic structure which ultimately develop in the history of a given language into subordinate clauses. Hypotaxis is merely another name for subordination, convenient as marking the contrast with its opposite parataxis.

It must not be thought, however, that the absence of a special subordinating particle is necessarily the mark of a paratactic form of expression and that where such particles are lacking we are to recognize independent uses. The subordinate relation often established itself without the help of special subordinate conjunctions (Bennett, 1987, p. 208-9).¹¹

Em outras palavras, o termo parataxe aplicado ao latim arcaico é equivalente a justaposição, na medida em que não seria mais paratático de fato, como, na visão do autor, seria o caso da língua originalmente, mas relíquias que, sendo já subordinadas, não utilizam um conectivo: “In Early Latin we find many such subordinate clauses without an introductory conjunction. While these were undoubtedly at one time at the paratactic stage, they are at present best regarded as but relics of an earlier parataxis” (Bennett, 1987, p. 209).¹²

¹¹ Em tradução: “Nos estágios mais primitivos de uma língua não há formalmente orações subordinadas. *Relações* subordinadas, todavia, existem, sendo indicadas pela justaposição de sentenças independentes [...]. O nome ‘parataxe’ é usado para designar a estrutura gramatical primitiva acima referida. [...]

Num sentido mais estrito, o nome ‘parataxe’ é aplicado àqueles exemplares de estrutura paratática que ao fim se desenvolvem, na história de uma dada língua, em orações subordinadas. Hipotaxe é meramente outro nome para subordinação, conveniente para marcar o contraste com seu oposto, a parataxe.

Não se deve pensar, todavia, que a ausência de uma partícula subordinante especial é necessariamente a marca de uma forma paratática de expressão e que onde não se encontram tais partículas devemos reconhecer usos independentes. A relação subordinada frequentemente se estabeleceu sem a ajuda de conjunções subordinadas especiais”.

¹² Em tradução: “Em latim arcaico, nós encontramos muitas dessas orações subordinadas sem uma conjunção introdutória. Enquanto elas estiveram sem dúvida em algum momento no estágio paratático, são, no momento, melhor consideradas somente como relíquias de uma antiga parataxe.”.

Nesse sentido, o estudo das orações com subjuntivo justapostas particularmente lhe interessa na medida em que ofereceriam a oportunidade de acessar características sintáticas de um latim muito antigo e inacessível.

Todavia, há uma importante questão metodológica, na medida em que Bennett tem alguns pressupostos não avalizados pela linguística contemporânea. O autor, explicando a sintaxe do latim arcaico, entende que as línguas passam por trajetórias evolutivas, de momentos mais primitivos a outros mais sofisticados. Veja à página 208: “In course of time every language develops certain types of independent sentences into subordinate clauses”.¹³ Sendo assim, seu objetivo é fazer uma teoria da origem,¹⁴ buscando exemplos de períodos paratáticos que, segundo seu juízo, são primitivos e a partir dos quais, por analogia, outros exemplos são extensões: “Our object will be to determine as far as possible the original paratactic usage out of which the several varieties of subjunctive constructions have arisen, and to give the material belonging under each” (Bennett, 1987, p. 209).¹⁵

Inclusive, algo que é fundamental para meu trabalho, as distinções entre períodos que usam o *ut* e períodos que o não usam, é desprezado por ele, por ser irrelevante a seu objetivo: “Whether *ut* is present or absent is immaterial to our present purpose” (Bennett, 1987, p. 210), ou seja, “o *ut* estar presente ou ausente é imaterial para nosso presente propósito”. *Ut* seria apenas uma partícula adverbial enfática.

O elemento que o autor ignora é o quanto que a distribuição sincrônica da presença ou ausência da conjunção pode também ser indicativo de desenvolvimentos históricos. Mais à frente apresento apenas os dados globais, mas sua análise qualitativa, em subgrupos a partir de critérios específicos, pode tanto explicar o uso sincrônico como oferecer mais subsídios para análises históricas. Não tendo ainda os dados completamente depurados qualitativamente, não entrarei nessas análises, discutindo apenas uma visão geral quantitativa da distribuição de usos.

¹³ Em tradução: “No curso do tempo, toda língua desenvolve certos tipos de sentenças independentes em orações subordinadas.”

¹⁴ No original, “theory of origin” (Bennett, 1987, p. 212).

¹⁵ Em tradução: “Nosso objetivo será determinar, o tanto quanto possível, o uso paratático original a partir do qual as muitas variedades de construções subjuntivas surgiram e dar o material que pertence a cada uma [dessas variedades]”.

Assim, o trabalho de Bennett é importante para esta pesquisa por ser uma recolha dos exemplares com essas estruturas, abrangendo o latim arcaico, mas nada acrescenta no que diz respeito ao seu cerne, a existência ou não de regras que rejam a presença ou ausência do *ut* completivo no latim arcaico a partir da visualização da distribuição sincrônica do uso da estrutura.

Complementação com subjuntivo de facio e uolo

É muito comum na bibliografia, haver a organização das orações substantivas ou completivas, de acordo com a semântica do verbo principal (e.g. Dahl, 1882; Weissenhorn, 1884; Durham, 1901; entre outros).

Em sua gramática, Allen e Greenough (1903, § 562) também o fazem. Classificam as orações substantivas em: orações de indicativo com *quod*; interrogativas indiretas; orações de infinitivo; e orações de subjuntivo. Este último tipo, o qual me interessa, é subdividido por eles em: de finalidade (“of purpose”, o que complementa com “command, wish, fear”) e de resultado (“of result”, o que complementa com “happen, effect, etc.”; também chamado por eles no título do parágrafo 567 de orações consecutivas, “consecutive clauses”). A fim de oferecer conclusões acerca de ambos tipos semânticos de orações de subjuntivo sugeridos por essa tradição, esta pesquisa tem como foco verificar o uso desse tipo de oração com os verbos principais *uolo* e *facio*, respectivamente os principais representantes das categorias supramencionadas “de finalidade” e “de resultado”, e que também são verbos de alta frequência, o que permite que se garantam dados suficientes para embasar qualquer conclusão.

Resultados globais consolidados

Como o objetivo da pesquisa é analisar a presença e ausência do *ut* de modo quantitativo, tenho como unidade de contagem os subjuntivos que acompanham os verbos *facio* e *uolo* das 21 peças de Plauto, principal *corpus* do latim arcaico que nos restou.

Os exemplares foram recolhidos inicialmente com a ferramenta de pesquisa Diogenes e, então, comparei minha listagem inicial com as listagens similares de Durham (1901) e de Lodge (1971). Minha principal referência ao texto de

Plauto foram os livros da Loeb Classical Library atualizados em edição recente (Plautus, 2011a, 2011b, 2011c, 2012, 2013). Além disso, consultei comentários de cada uma das peças, importantes em auxiliar na interpretação das estruturas, e edições críticas para avaliar as soluções textuais variadas. Após esses processos, pude fixar o *corpus*, cujos números apresento a seguir.

A Tabela 1 resume a quantidade de todos os exemplares de complementação com subjuntivo do verbo *facio*, organizados segundo a ausência ou presença da conjunção *ut*, em cada peça de Plauto. São apresentadas também as frequências relativas por peça. Ao final, temos os resultados totais.

Os resultados totais em Plauto foram os seguintes: 35,92% dos exemplares (88 de 245) apresentam justaposição, enquanto, complementarmente, 64,08% (157 de 245) apresentam a conjunção *ut*.

Tabela 1: Frequência de todas as ocorrências de complementação subjuntiva do verbo *facio* em cada peça de Plauto de acordo com a ausência ou presença da conjunção *ut*

	Justa- posto	Com <i>ut</i>	Total	J/T	<i>ut</i> /T
<i>Amphitruo</i>	10	22	32	31,25%	68,75%
<i>Asinaria</i>	3	7	10	30,00%	70,00%
<i>Aulularia</i>	3	9	12	25,00%	75,00%
<i>Bacchides</i>	4	5	9	44,44%	55,56%
<i>Captiui</i>	2	12	14	14,29%	85,71%
<i>Casina</i>	5	4	9	55,56%	44,44%
<i>Cistellaria</i>	0	4	4	0,00%	100,00%
<i>Curculio</i>	4	6	10	40,00%	60,00%
<i>Epidicus</i>	2	1	3	66,67%	33,33%
<i>Menaechmi</i>	8	4	12	66,67%	33,33%
<i>Mercator</i>	3	6	9	33,33%	66,67%
<i>Miles Gloriosus</i>	4	11	15	26,67%	73,33%
<i>Mostellaria</i>	5	6	11	45,45%	54,55%
<i>Persa</i>	5	12	17	29,41%	70,59%
<i>Poenulus</i>	7	13	20	35,00%	65,00%
<i>Pseudolus</i>	8	12	20	40,00%	60,00%
<i>Rudens</i>	4	9	13	30,77%	69,23%
<i>Stichus</i>	2	6	8	25,00%	75,00%
<i>Trinummus</i>	5	5	10	50,00%	50,00%
<i>Truculentus</i>	4	3	7	57,14%	42,86%
<i>Vidularia</i>	0	0	0	0,00%	0,00%
Total:	88	157	245	35,92%	64,08%

Dada a amostra de 245 exemplares, há 95% de probabilidade de a proporção da população (ou seja, do latim de Plauto como um todo) que apresenta *ut* estar no seguinte intervalo de confiança: entre 58,28% e 70,29%.¹⁶ Isso reforça a hipótese de Plauto como um todo e não somente nessas 21 peças preferir a complementação subjuntiva com *ut* à justaposição.

Olhando detidamente para os dados de cada uma das peças, vemos que *Vidularia* não apresentou nenhum exemplar, algo aceitável visto o estado incompleto do texto, e *Cistellaria* apresentou 100% de uso com *ut*, mas com apenas 4 exemplares, o que torna seu resultado pouco relevante. Das 19 peças restantes, 15 apresentam a preferência pelo *ut* completivo como tendência principal, variando de 54,55% de *Mostellaria* a 85,71% no *Captiui*. De modo complementar, nesse grupo o uso de justaposição varia entre 14,29% em *Captiui* a 45,45% em *Mostellaria*.

A exceção de *Casina*, *Epidicus*, *Menaechmi*, *Trinummus*, *Truculentus* pode ser facilmente explicada pelo baixo volume de dados na visão individual de cada peça, o que faz a amostra ser menos representativa, em oposição ao conjunto de dados de todas as peças.

Gostaria ainda de ressaltar que as peças com maior número de exemplares (*Amphitruo* [32], *Pseudolus* [20] e *Poenulus* [20]) apresentam uma proporção próxima da do total, respectivamente 68,75%, 60,00% e 65,00%, como é de se esperar que aconteça.¹⁷

A primeira conclusão que esses dados oferecem é que a língua de Plauto já demonstra um estado avançado da generalização da conjunção *ut*, no que se refere ao verbo *facio*, já que o estado inicial pré-literário seria somente a justaposição, enquanto que no latim clássico haveria a generalização do uso.

A Tabela 2 resume a quantidade de todos os exemplares de complementação com subjuntivo do verbo *uolo*, organizados segundo a ausência ou presença da conjunção *ut*, em cada peça de Plauto. São apresentadas também as frequências relativas por peça. Ao final, temos os resultados totais.

¹⁶ A partir da fórmula para o intervalo de confiança, oferecida por Woods, Fletcher e Hughs (1996, p. 99-101).

¹⁷ Cf. os capítulos iniciais de Woods, Fletcher e Hughs (1996).

Os resultados totais em Plauto foram os seguintes: 67,50% dos exemplares (81 de 120) apresentam justaposição, enquanto, complementarmente, 32,50% (39 de 120) apresenta a conjunção *ut*.

Dada a amostra de 120 exemplares, há 95% de probabilidade de a proporção da população (ou seja, do latim de Plauto como um todo) que apresenta *ut* estar no seguinte intervalo de confiança: entre 24,54% e 41,30%.¹⁸ Isso reforça a hipótese de Plauto como um todo e não somente nessas 21 peças preferir a complementação subjuntiva justaposta à com *ut*.

Tabela 2: Frequência de todas as ocorrências de complementação subjuntiva do verbo *uolo* em cada peça de Plauto de acordo com a ausência ou presença da conjunção *ut*

	Justa- posto	Com <i>ut</i>	Total	J/T	ut/T
<i>Amphitruo</i>	1	3	4	25,00%	75,00%
<i>Asinaria</i>	2	1	3	66,67%	33,33%
<i>Aulularia</i>	2	2	4	50,00%	50,00%
<i>Bacchides</i>	4	2	6	66,67%	33,33%
<i>Captiui</i>	7	1	8	87,50%	12,50%
<i>Casina</i>	4	1	5	80,00%	20,00%
<i>Cistellaria</i>	1	1	2	50,00%	50,00%
<i>Curculio</i>	1	0	1	100,00%	0,00%
<i>Epidicus</i>	2	4	6	33,33%	66,67%
<i>Menaechmi</i>	2	1	3	66,67%	33,33%
<i>Mercator</i>	5	2	7	71,43%	28,57%
<i>Miles Gloriosus</i>	4	4	8	50,00%	50,00%
<i>Mostellaria</i>	3	2	5	60,00%	40,00%
<i>Persa</i>	3	3	6	50,00%	50,00%
<i>Poenulus</i>	14	1	15	93,33%	6,67%
<i>Pseudolus</i>	6	6	12	50,00%	50,00%
<i>Rudens</i>	5	3	8	62,50%	37,50%
<i>Stichus</i>	6	0	6	100,00%	0,00%
<i>Trinummus</i>	4	0	4	100,00%	0,00%
<i>Truculentus</i>	5	2	7	71,43%	28,57%
<i>Vidularia</i>	0	0	0	0,00%	0,00%
Total:	81	39	120	67,50%	32,50%

¹⁸ A partir da fórmula para o intervalo de confiança, oferecida por Woods, Fletcher, Hughs (1996, p. 99-101).

Olhando detidamente para os dados de cada uma das peças, vemos que *Vidularia* não apresentou nenhum exemplar, algo aceitável visto o estado incompleto do texto. Por sua vez, uma análise dos números peça a peça não é muito interessante, visto que muitas delas apresentam pouquíssimos exemplares; somente a soma total traz um número significativo de exemplares. Ainda assim, é notável que das 20 peças que apresentam algum dado, somente *Amphitruo* (25% de justaposição) e *Epidicus* (33,33% de justaposição) apresentam menos exemplares justapostos do que com *ut*.

Ao contrário do que vimos com o verbo *facio*, o verbo *uolo* prefere a justaposição em 7 de 10 exemplares, o que a princípio permitiria a conclusão de que o processo de generalização da conjunção *ut* não estava ocorrendo com o verbo *uolo*. Todavia, somente uma análise qualitativa, ainda a ser feita, permitirá que verifiquemos os contextos em que o *ut* é utilizado e se há alguma explicação para esse quadro.

Conclusão

Enquanto boa parte da bibliografia, visando cobrir uma ampla gama de estruturas do latim arcaico, se contenta com poucos exemplares ilustrativos dessas estruturas, as duas pesquisas que apresentam de certo modo esses dados têm outros objetivos e outros pressupostos teóricos. Em todos os casos, as análises sobre as estruturas costumam ignorar a presença ou ausência da conjunção *ut* nas orações completivas e trazer análises que abarquem todos os verbos principais juntos. Os dados que apresentei acima indicam que o comportamento sincrônico da distribuição do uso ou não da conjunção pode variar muito, sendo inclusive opostos como no caso dos verbos *facio* e *uolo*. Vejamos um resumo na Tabela 3:

Tabela 3: Frequência da presença e ausência do *ut* completivo nos verbos *facio* e *uolo* em Plauto

	Justaposto	Com <i>ut</i>	Total
<i>facio</i>	35,92% (88)	64,08% (157)	100% (245)
<i>uolo</i>	67,50% (81)	32,50% (39)	100% (120)

Apenas o tabelamento exaustivo dos dados permitiu essa visão de modo preciso e a quantidade estatisticamente relevante de dados permite a hipótese de que esse resultado não se restringe às 21 peças, mas à língua de Plauto como um todo.

Assim, a situação de uso ou não da conjunção *ut* para introduzir um complemento com verbo no subjuntivo depende muito de qual é o verbo ou a estrutura principal. E mesmo considerando o mesmo verbo principal, análises preliminares indicam que há regras subjacentes ao uso ou não da conjunção. Todavia, qualquer afirmação nesse sentido exige que os dados sejam trabalhados em uma análise qualitativa que os organizem em subgrupos, a fim de se verificar quais seriam essas regras situacionais que regem essa escolha, e quais contextos são irrelevantes para isso.

Artigo recebido em 31.12.2017, aprovado em 01.02.2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Plautus. *Amphitryon*. The Comedy of Asses. The Pot of Gold. The Two Bacchises. The Captives. Editado e traduzido por Wolfgang de Melo. Cambridge MA, London: Harvard University Press, 2011a. v. I. (Loeb Classical Library 60).

_____. *Casina*. The Casket Comedy. *Curculio*. *Epidicus*. The Two Menaechmuses. Editado e traduzido por Wolfgang de Melo. Cambridge MA, London: Harvard University Press, 2011b. v. II. (Loeb Classical Library 61).

_____. *The Merchant*. *The Braggart Soldier*. *The Ghost*. *The Persian*. Editado e traduzido por Wolfgang de Melo. Cambridge MA, London: Harvard University Press, 2011c. v. III. (Loeb Classical Library 163).

_____. *The Little Carthaginian*. *Pseudolus*. *The Rope*. Editado e traduzido por Wolfgang de Melo. Cambridge MA, London: Harvard University Press, 2012. v. IV. (Loeb Classical Library 260).

_____. *Stichus*. *Three-Dollar Day*. *Truculentus*. *The Tale of a Traveling-Bag*. *Fragments*. Editado e traduzido por Wolfgang de Melo. Cambridge MA, London: Harvard University Press, 2013. v. V. (Loeb Classical Library 328).

Bibliografia crítica

Allen, J. H.; Greenough, J. B. *New Latin Grammar*. Boston, London: Ginn & Company, 1903.

Bennett, C. E. *Syntax of early Latin*. Hildesheim: Georg Olms, 1982 [1910]. 2 v. em 1.

Cart, A. et al. *Grammaire Latine*. [S.l.]: Nathan, 2007 [1955].

Dahl, B. *Die lateinische Partikel ut*. Kristiania [Oslo]: Druck von Grøndahl & Søn, 1882.

Diogenes. Disponível em: <<https://community.dur.ac.uk/p.j.heslin/Software/Diogenes/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

Durham, C. L. *The subjunctive substantive clauses in Plautus, not including indirect questions*. Ithaca (N.Y.): Cornell University Press, 1901. (Cornell Studies In Classical Philology, v. 13). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015035972697>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

Faria, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

Lindsay, W. M. *Syntax of Plautus*. Oxford: James Parker and Co., 1907.

_____. *T. Macci Plauti comoediae: recognovit brevique adnotatione critica instruxit*. Grã-bretanha: Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1903. v.1 (*Amphitruo – Mercator*).

_____. *T. Macci Plauti comoediae: recognovit brevique adnotatione critica instruxit*. Grã-bretanha: Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1905, v. 2 (*Miles Gloriosus – Fragmenta*).

Lodge, G. *Lexicon Plautinum*. Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag, 1971, 2 v.

Weiss, M. *Outline of the Historical and Comparative Grammar of Latin*. Ann Arbor; New York: Beech Stave Press, 2009.

Weissenhorn, J.B. *Parataxis Plautina*. Burghausen: M. Speth, 1884.

Woods, A.; Fletcher, P.; Hughs, A. *Statistics in Language Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 [1986].

RESENHA

LEFEBVRE, L. LE MYTHE NERON: LA FABRIQUE D'UN MONSTRE DANS LA LITTERATURE ANTIQUE. VILLENEUVE D'ASCQ: PRESSES UNIVERSITAIRES DU SEPTENTRION, 2017, 364 P., ISBN 978-2-7574-1729-4.

Ana Lucia Santos Coelho¹

Resultado da tese de doutorado de Laurie Lefebvre defendida em 2009, em Línguas e Literaturas Antigas, na Universidade de Lille, o livro apresenta um meticuloso estudo sobre Nero, um imperador muito conhecido por seus crimes e que acabou se tornando uma espécie de lenda. A proposta da autora é analisar a construção e a evolução do monstro Nero no decorrer dos tempos antigos, a partir de um *corpus* literário que se situa entre os séculos I e V d.C.

Trata-se de entender, então, se o *princeps* era, de fato, como as fontes o apresentavam, ou seja, um tirano cruel, megalomaniaco e matricida. Para Lefebvre, os escritores do passado destacaram os crimes de Nero e interpretaram suas ações em uma luz negativa, forjando a representação terrível que temos hoje. E é justamente tal imagem que a autora tentará reeditar e reescrever nos seis capítulos de seu livro.

O primeiro, intitulado *Archéologie de la Legende*, dedica-se a uma densa análise das fontes latinas e gregas, que abrange desde os autores bastante investigados, como Tácito, Suetônio e Dião Cássio, até os menos conhecidos, a saber, Eutrópio, Ausônio e Hilário de Poitiers. Ao examiná-los, Lefebvre verifica dois aspectos: os textos utilizados para a redação de seus trabalhos e o contexto de produção da escrita.

O segundo, denominado *Les Mutations du Monstre*, pretende evidenciar a construção da figura de Nero ao longo dos séculos. Para tanto, Lefebvre percorre o projeto literário dos escritores antigos, isto é, para quem e para que os autores desenvolveram as suas narrativas. Vemos, assim, que o imperador é exibido com

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sob a orientação do Professor Dr. Fábio Favarsani. É membro integrante do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR/UFOP). E-mail: ana.scoelho@hotmail.com.

base em dois retratos opostos: um associado ao seu gosto por luxo, às suas atividades artísticas e à sua fraqueza de caráter; e outro relacionado à sua crueldade e à sua sede de sangue. Retratos que, aliás, se vinculam, respectivamente, ao caráter pagão ou cristão dos escritores. De qualquer maneira, nos dois eixos a figura de Nero é sempre modificada e obscurecida conforme as preocupações e necessidades de cada um.

O terceiro e quarto capítulos, *Néronologie structurale, I. Néron l'anti-princeps* e *Néronologie structurale, II. Néron l'anti-pater*, são os eixos centrais do livro de Lefebvre e buscam averiguar a concepção de poder em que a imagem de Nero foi edificada. Aí, o soberano é identificado como a antítese do *optimus princeps*, como um chefe de estado ausente da cena política e militar, sobretudo no que concerne ao estrangeiro. Soma-se a isso a sua afeição por música, festas, banquetes e luxúria, os quais o transformaram em um anti-exemplo de virtude romana. Os gostos de Nero, segundo a autora, fizeram dele um personagem efeminado e folião, cujos exageros traduziram-se não só nas menções às suas pilhagens e destruições, mas também à sua tirania. A sua representação é erigida como uma inversão da ordem e da normalidade, sendo ele o responsável e o originador de uma sociedade desonrada e de “cabeça para baixo”.

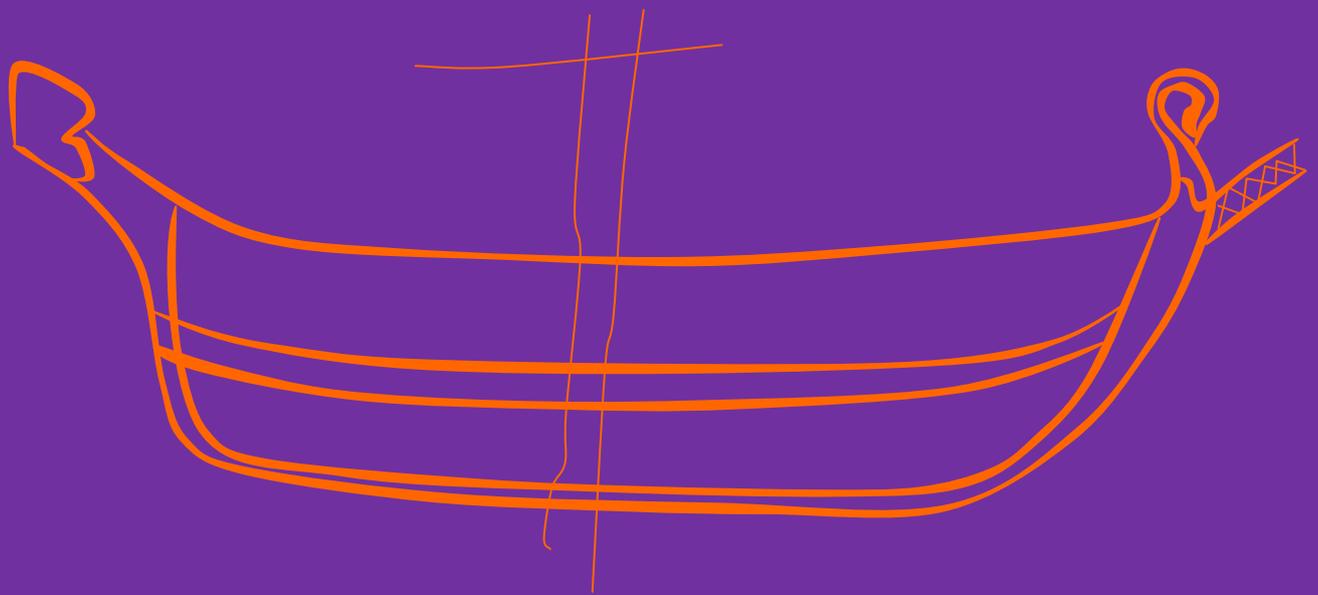
O quinto, *Tyrans en série*, realiza uma inspeção do retrato tirânico de Nero a partir de personagens do passado, como Sula, Pompeu, César e Calígula. Dito de outra forma, Lefebvre faz uma avaliação das justaposições de atos repreensíveis cometidos por outros à caracterização do soberano, o qual teve diversos episódios conectados a sua figura que pioraram ainda mais a sua imagem. Como exemplo, ela cita a ligação estabelecida pelas fontes entre Nero e seu tio Calígula. O incesto, a impiedade, o amor pelas artes cênicas e pelas corridas de bigas, a falta de moderação e o desprezo pelo Senado são todos crimes atribuídos a Calígula e reproduzidos por Nero. A comparação com Calígula – assim como com os outros personagens tirânicos anteriores – foi feita, no entendimento da autora, com os objetivos de lembrar a hereditariedade da tirania em Nero e gerar uma pintura na qual o caráter tirânico do principado neroniano se tornasse imediatamente identificável.

O sexto e último capítulo, nomeado *Le paradigme Néron*, traz uma apuração da figura de Nero como um contra modelo absoluto. Para Lefebvre, esse último encontra-se pautado na associação do imperador a bárbaros ou animais

selvagens, o que explicaria os trechos que aludem à amizade do soberano com os partas e sua assimilação a uma besta feroz, a besta do Apocalipse. A autora comenta ainda que os crimes cometidos pelo *princeps* o tornaram um contraexemplo também para os filósofos que procuravam defender preceitos morais.

Na conclusão, Lefebvre assegura que Nero se tornou um verdadeiro mito, um cânone literário. Ele se converteu em um monstro em todos os sentidos do termo, cuja lenda evoluiu com a permanência e a mutação de certos elementos. A homogeneização da figura de Nero foi acompanhada por um fenômeno de esquematização progressiva e pela eliminação de detalhes, que transformaram Nero em um tipo atemporal e a-histórico, desconectado de sua realidade primitiva. Isto ocorreu porque Nero foi percebido menos como um indivíduo específico e mais como uma encarnação impessoal da tirania.

O mérito do livro de Lefebvre repousa no minucioso trabalho desenvolvido com as fontes, muitas vezes elencadas de forma temática e não cronológica. Esse trabalho, conjugado com a bibliografia riquíssima usada pela autora e com lista dos crimes neronianos trazida nos anexos, servirá como um excelente ponto de partida para os pesquisadores que pretendem estudar ou escrever sobre esse personagem tão paradigmático e fascinante.



Grafite da Casa de Maius Castricius, Pompéia